

# Aracaju Sesquicentenária

Coordenação:  
Francisco José Alves

Edição:  
Marcos Cardoso

Projeto Gráfico:  
Marcelino Galvão

Diagramação e Editoração:  
Adilma Menezes

Foto:  
Jorge Henrique

Jornal da Cidade, Aracaju, 17 de março de 2005. Caderno Especial

# Aracaju Sesquicentenária

## Sumário

- Apresentação, por Francisco José Alves 2
- Aracaju é uma cidade farta de serviço agradável - por Alexandra Brito 4
- Efeitos da mudança não foram imediatos 8
- ARACAJU 150 ANOS: Uma cidade, seus lugares e seus eventos -  
por Manuel alves do Prado 10
- Aracaju minha casa - por Manoel Cabral Machado 15
- Lembranças de Aracajuanos - por Leonardo Zanelli 19
- Aracaju Inspira Arte - por Suyene Correia 23
- O que Aracaju tem em comum com Nova York? - por Rogério Proença Leite 27
- Alguns mitos sobre Aracaju - por José Wellington Carvalho Vilar 31
- Pela memória fotográfica de Aracaju - por Naide Barboza 35
- Os negros no Santo Antônio do Aracaju (1778-1855) - por Fernando Aguiar 38
- Um inimigo da mudança da capital: João Bebe-Água - por José Thiago da Silva Filho 41
- O povoado de Santos Antônio do Aracaju torna-se capital da Província de Sergipe -  
por Maria Thétis Nunes 44



SARCAJU  
**SESQUICENTENARIA**

Comemorando o aniversário da nossa capital (1855-2005), o JORNAL DA CIDADE brinda seus leitores (aracajuanos ou não) com o caderno especial **Aracaju Sesquicentenária**. O suplemento reúne estudos de pesquisadores juniores ou seniores que investigam algumas facetas do passado, distante ou recente, da capital de Ignácio Barbosa (1823-1855). O suplemento se abre com o ensaio do licenciado em história Manuel Alves do Prado versando sobre “fatos” e “lugares” constituintes de identidade da cidade. Neste mesmo bloco, os jornalistas Suyene Correia, Alexandra Brito e Leonardo Zanelli falam das obras de arte que adornam nossa capital e recolhem lembranças de alguns dos seus antigos habitantes.

Já Marcos Cardoso rememora o famoso crime da rua Campos, o assassinato de Carlos Firpo. Fecha este segmento inicial a deliciosa crônica do prof. Manoel Cabral Machado recordando a Aracaju do seu tempo.

Em seguida, os leitores são convidados a uma viagem pela história de Aracaju ao longo dos séculos 19 e 20. O prof. Msc Fernando Aguiar reconstitui os primórdios do Santo Antônio do Aracaju, antes de ser capital. Redimensiona a presença dos negros no velho bairro do Santo Antônio.

Sobre Aracaju do século XIX temos os estudos de Byron Costa, José Thiago da Silva Filho, Maria Thétis Nunes e Anderson Pereira. O primeiro nos delicia dissecando dois poemas oitocentistas que focalizam a Aracaju nos anos iniciais, mostra como era vista a capital nascente por um membro da inteligência letrada da época. Já José Thiago da Silva reconstitui, com sabor, a biografia de “João Bebe Água”, inimigo legendário da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju. Maria Thétis Nunes faz uma síntese sobre a transferência da capital.

Anderson Pereira, por sua vez, descreve o brasão de armas do famoso Barão de Maruim, João Gomes de Melo (1809-1890), conforme alguns o verdadeiro autor da mudança da capital. O jovem pesquisador do baronato sergipano faz uma incursão no simbólico mundo da heráldica. Ibarê Dantas, um dos decanos nos estudos

históricos de Sergipe, comenta um romance de fundo verídico ambientado em Aracaju dos fins do século 19.

Sobre Aracaju nos inícios do século 20, o caderno traz o ensaio do professor Péricles Andrade. O autor historia um momento significativo na história do catolicismo sergipano: a criação da Diocese de Aracaju.

Ainda no tocante à capital nos novecentos, **Aracaju Sesquicentenária** traz os estudos de Dilton Maynard, Amâncio Cardoso, Valéria Santana, Joelina Menezes e Maria da Conceição Gonçalves, José Dias Júnior, Rogério Proença Leite e José Wellington Carvalho Vilar. Maynard resgata um momento dramático na vida da capital aracajuana. Ele reconstitui o cotidiano de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. Mostra como a cidade foi atingida pelos efeitos do conflito.

Já Amâncio Cardoso faz uma primorosa dissecação do brasão da cidade de Aracaju, elaborado no centenário da capital, 1955. Cardoso, com cuidado e perícia, interpreta o símbolo magno da nossa capital. Mostra, inclusive, um equívoco que ele padece e que reclama urgente correção.

Continuando, temos três estudos sobre Aracaju nos anos de 1970 e 1980. Valéria Santana aborda um episódio marcante na história dos movimentos populares de Aracaju: a luta dos moradores do bairro América para fechar a fábrica de cimento Portland. A socióloga Joelina Menezes, em parceria com a professora Maria da Conceição Gonçalves, se debruça sobre a sempre angustiosa questão da habitação urbana. As duas analisam as políticas habitacionais em Aracaju no decorrer dos anos 1980. Enfim, o novel pesquisador José Dias Júnior faz a história da instituição do Orçamento Participativo em Aracaju.

**Aracaju Sesquicentenária** é uma homenagem à nossa capital. Esta homenagem toma forma de visita ao passado e ao presente. Não tivemos a pretensão de escrever uma "história da cidade". Oferecemos alguns quadros ou fragmentos que, com certeza, contribuem para o incremento da bibliografia sobre Aracaju.

Analisar o passado ou o presente da nossa capital contribui para preservar a sua memória, fomentar a sua identidade, esclarecer o seu presente. Parabéns Aracaju pelo seu 150º Aniversário!

# Aracaju é uma cidade farta de serviço agradável

Capital sergipana tornou-se um lugar melhor  
de viver nas últimas três décadas

**N**uma área de 181,8 km<sup>2</sup> às margens do rio Sergipe, Aracaju teve um crescimento acelerado nas últimas três décadas. Neste período a população quase triplicou: são 491 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Se com o crescimento surgiram problemas, também vieram muitas soluções e hoje, ao chegar aos 150 anos, a capital sergipana tem tudo que um centro urbano necessita. "Em termos de comércio e varejo, hoje ela está muito bem servida", afirma Gilson Figueiredo, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). E abre as portas para o setor turístico, se consolidando como um dos destinos mais procurados do Nordeste.

De uma família tradicional do ramo de ótica, ele acompanha de perto a evolução da cidade. Para Gilson, o comércio da cidade avançou muito, principalmente após o surgimento dos shoppings. "Temos grandes marcas e grifes, grandes lojas âncoras, concessionárias de veículos, grandes redes de supermercados e tudo que é necessário no dia-a-dia", destaca ele, ressaltando que hoje não existe mais a necessidade de ir a outro Estado fazer compras. "Aqui tem tudo e os preços também são bons. Engana-se quem pensa que pode ir a outro Estado porque vai comprar mais barato".

O mesmo acontece na área médica, onde Aracaju

serve de referência, não só para Sergipe, como para o norte da Bahia e sul de Alagoas, conforme informa o médico Roberto Gurgel, presidente da Sociedade Médica de Sergipe (Somese). "A cidade tem bons hospitais e bons médicos em todas as especialidades. Aqui é possível fazer a grande maioria dos exames e tratamentos de saúde", afirma ele, ressaltando que poucos e muito específicos são os casos não tratáveis na cidade. "Isso porque a população é pequena e não compensaria ter aqui determinados tipos de aparelhos e procedimentos".

#### ABERTA AO TURISMO

A preocupação que hoje existe em preparar a cidade para o turismo é vista com bons olhos pelo empresário Álvaro Egerland, presidente da Associação de Bares e Restaurantes de Sergipe (Abrasel). Paulista, mas morando há 18 anos em Aracaju, ele afirma que cada dia a capital sergipana está melhor. "A decisão política de torná-la mais atrativa para o turista é boa, inclusive com a atuação de redes de hotelaria internacional, que resolveram investir aqui". E quem chega, hoje tem boas opções de bares e restaurantes e pode escolher entre os quase 1.200 estabelecimentos que se espalham por toda a cidade. "O setor hoje é o segundo maior empregador do Estado e do país", afirma Egerland.

O conforto de um centro urbano sem perder os ares de tranquilidade é um dos grandes atrativos da capital sergipana, que a cada ano atrai mais turistas. Hoje, segundo informações da Infraero, são 11 vôos que aterrissam diariamente no Aeroporto de Aracaju, sem contar os charters que trazem turistas de outros países.

Praias tranquilas, com quilômetros de areia, pontilhadas de bares e uma bonita orla, complementam os atrativos. "Na época de alta estação, os hotéis estão conseguindo boa lotação. Agora precisamos de mais investimentos no turismo de eventos, para alcançarmos uma boa ocupação o ano todo", destaca Luís Simões, presidente da Associação Brasileira de Hotéis, regional Sergipe (ABIH/SE).

Nos últimos cinco anos, os hotéis e pousadas proliferaram na capital. Atualmente, segundo estima Simões, existem cerca de 100 meios de hospedagens no município. "Nós tivemos um aumento de 500 leitos nos últimos anos, e vai crescer ainda mais com a chegada do resort da CVC". Ainda há muitas coisas a serem feitas no setor, mas ele reconhece que o fluxo turístico tem crescido na cidade.

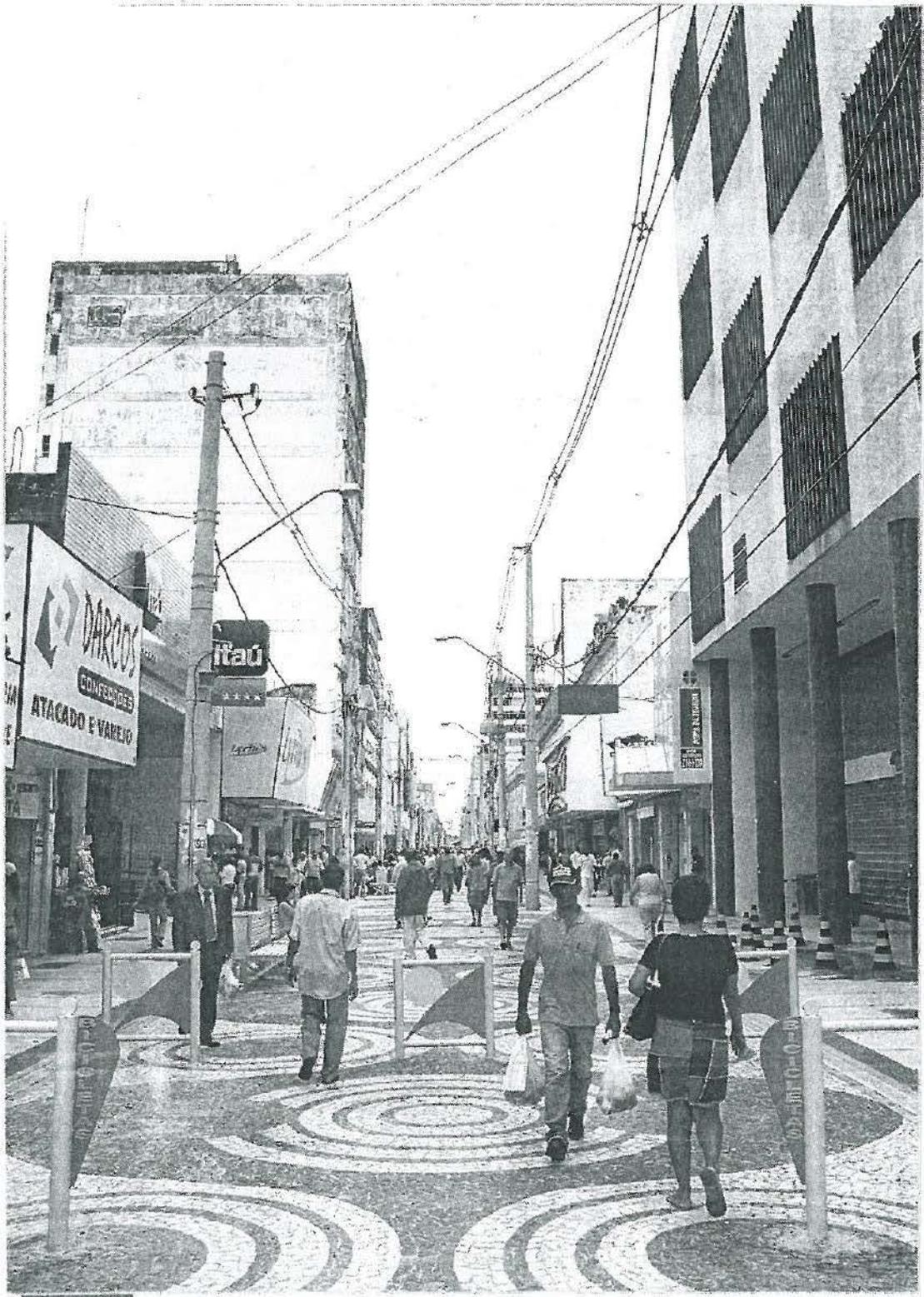
Se há pouco mais de 20 anos, as novelas chegavam com uma semana de atraso em Aracaju, nos dias atuais, até mesmo os filmes lançados no país, começam a ser exibidos na cidade no mesmo dia. É raro acontecer um lançamento onde a capital sergipana não esteja incluída. O mesmo acontece em termos de moda e produtos variados. "Temos aqui cerca de seis mil estabelecimentos comerciais de varejo, onde encontramos tudo que precisamos", diz Gilson Figueiredo, ressaltando que uma curiosidade dos dias atuais é a segmentação por bairros e até ruas, de determinados tipos de comércio. "Quando a gente pensa em peças para carro, por exemplo, lembra logo da avenida Coelho e Campos", exemplifica ele.

#### PROCRIAÇÃO E ÊXODO RURAL

O acelerado crescimento urbano registrado nas últimas três décadas foi causado, segundo o geógrafo Wellington Carvalho Vilar, doutor em ordenamento territorial pela Universidade de Granada (Espanha), pelo próprio crescimento da população e também pelo êxodo rural. "Antigamente os casais costumavam ter mais filhos do que hoje. Aliado a isso, muita gente deixou o campo e veio para a capital, em busca de uma vida melhor, fugindo da seca", explica ele.

Apesar desse crescimento rápido ter gerado uma série de problemas por causa do desordenamento, onde a cidade já ultrapassou os seus limites e hoje se constitui a Grande Aracaju, que envolve municípios vizinhos, o geógrafo aplaude hoje por ela estar inserida no circuito da informação. "A cidade é o lugar das possibilidades, de ter um emprego melhor, serviços públicos à disposição, condições de estudo e de ter uma ascensão social. O êxodo ainda existe, mas em menor intensidade, porque as pessoas estão sempre em busca do melhor".

Ao completar 150 anos, de acordo com Wellington Vilar, está mais do que claro que Aracaju precisa de planejamento e gestão. "Muito se fala que Aracaju foi planejada, mas na verdade ela foi projetada para ser uma capital. Se tivesse sido planejada, não teríamos os problemas que existem hoje, como saneamento básico e crescimento desordenado, pois planejar significa pensar no futuro", diz ele, ressaltando que o aniversário é uma oportunidade de discutir o crescimento e os problemas causados por ela.



**COTIDIANO DE ARACAJU** *Transeuntes no Calçadão da João Pessoa, antiga rua Japarutuba e principal via do centro comercial da cidade; à direita, o edifício Walter Franco, sede do Ministério Público*



# Efeitos da mudança não foram imediatos

A resolução do presidente da Província, Ignácio Barbosa, que no dia 17 de março de 1855 elevou o povoado de Santo Antônio de Aracaju à cidade e capital do Estado, não teve impacto imediato na fisionomia local. No início do século passado, os ares de povoado ainda predominavam na jovem cidade, apesar de concentrar os poderes político, administrativo e religiosos.

O centro do antigo povoado desceu da colina do Santo Antônio para as margens do rio Sergipe, para a região entre as praças Fausto Cardoso e General Valadão. Cerca de vinte anos depois, em torno da Igreja Catedral, várias construções onde os prédios públicos são erguidos. Numa área estreita, entre os prédios da Assembléia e o Palácio do Governo, se planta o Jardim Olímpio Campos. Nos canteiros nasce o 1º coreto de Aracaju, onde por anos felizes as famílias da capital (e vindas do interior) participaram de retretas e quermesses.

Em 1911 e 1920 Aracaju já se impõe como maior centro urbano do Estado e a cidade mais industrializada de Sergipe, confirmando a visão político-administrativa de Ignácio Barbosa. É na segunda década do século vinte que os governantes se preocuparam com o aspecto urbano e isso se configura num ordenamento espacial mais condizente com as novas necessidades. A modernização implica em obras de infra-estrutura para o abastecimento de água, esgotos, energia elétrica, rede telefônica, rede urbana de transportes coletivos, isso tendo que manter o embelezamento das praças e ajardinamentos. As grandes transformações urba-

urbanísticos, com uma gruta; a Cascatinha, de onde nascia um regato por onde as crianças de então botavam para navegar seus barquinhos de papel; um aquário - onde hoje está a Galeria de Arte Álvaro Santos.

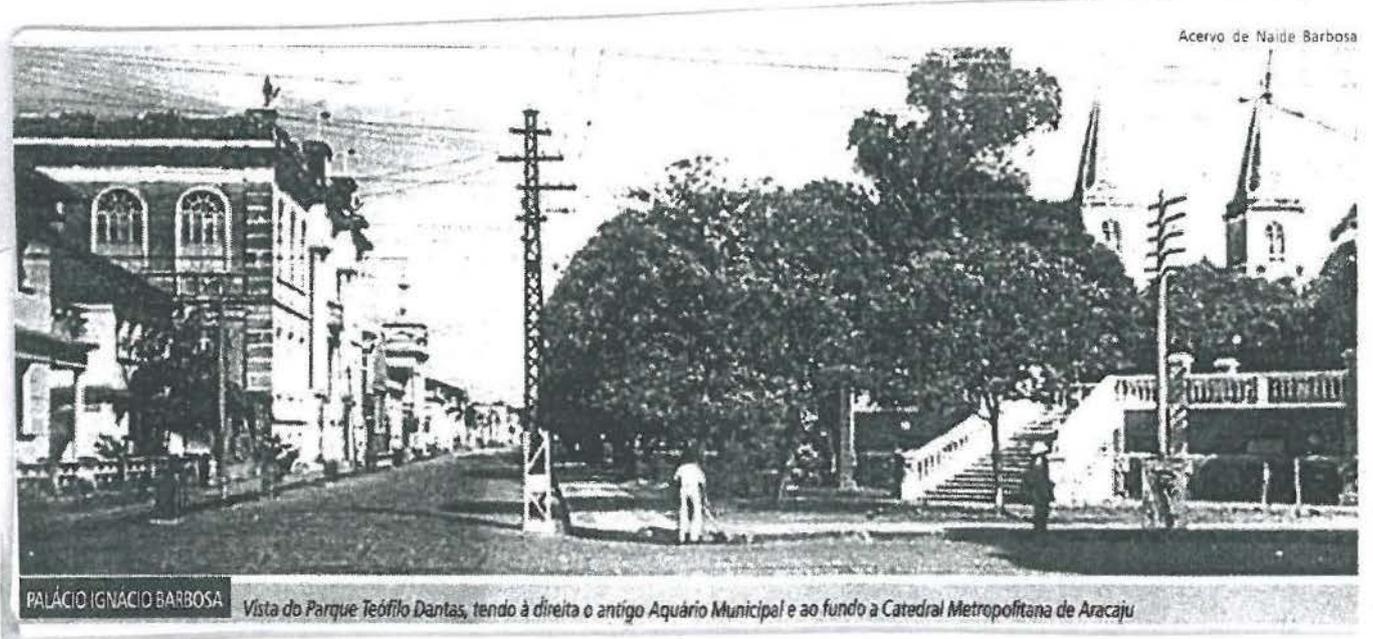
Na década seguinte, entre 1931 e 1940, que o crescimento de Aracaju se desloca para a zona oeste, com o surgimento da ferrovia e o decréscimo dos serviços. A reforma da Catedral (início em 1936 e término 10 anos depois), a construção de um novo prédio para a Biblioteca Pública do Estado e a reforma do prédio

antigo da Biblioteca, passando a Diretoria de Finanças do Estado (até 1958), foram as mudanças que marcaram a década.

Mas o crescimento da cidade aflorou mesmo nas últimas três décadas, período no qual a população triplicou e o número de domicílios também. Marcada pela tranquilidade, atualmente Aracaju avança para se tornar um dos mais procurados roteiros turísticos do Nordeste.

nísticas aconteceram em torno das comemorações do primeiro Centenário da Independência de Sergipe, quando a Intendência associou-se ao Estado para um melhor tratamento urbanístico de Aracaju, por volta de 1920.

Entre 1921 e 1930, o antigo coreto da praça Almirante Cardoso dá lugar à instalação de um mictório público, possibilitando a permanência das pessoas mais tempo longe de casa. A praça Olímpio Campos recebe o tratamento de Parque (Teófilo Dantas), com vários recursos



10  
84

ARACAJU 150 ANOS:

UMA CIDADE, SEUS LUGARES E SEUS EVENTOS\*

Manuel Alves do Prado  
Graduado em História pela UFS e Professor de  
História da Rede Estadual de Ensino

Com a maturidade coroada pelas comemorações do seu sesquicentenário, Aracaju guarda nos diversos cantos de sua urbe e na memória de sua gente muitos dos anos vencidos. Da ereção da Ponte do Imperador em fins de 1859 às eleições municipais de 2004, muitos outros eventos e monumentos foram erguidos na constituição da urbe e mentalidade aracajuana.

Consideremos brevemente algumas construções, logradouros e acontecimentos que marcaram a história de Aracaju nesses 150 anos e que se constituem nas referências espaciais e factuais da nossa identidade.

Começemos pelas arquiteturas, tais como os terminais rodoviários Luís Garcia e José Rollemberg Leite, os edifícios, Estado de Sergipe, Oviêdo Teixeira e do INSS, o Estádio Lourival Baptista, o Ginásio Constâncio Vieira e a já citada Ponte do Imperador.

Cada um desses monumentos traz em si uma imensidão de significados. Seus nomes, por exemplo, indicam a trajetória das elites em Sergipe. Mas é sob o domínio coletivo que os sentidos ganham maior peso. Vinte e seis anos depois e nossa rodoviária continua nova. Sua congênera ficou velha aos 16. Os filhos dos anos 80, não sabem, em geral, que a mulher mais alta do mundo, naquela década, era uma sergipana, mas hoje todos sabem onde fica o edifício Maria Feliciano. É assim com o prédio da morte, com o ginásio dos shows e com as inesquecíveis cenas provocadas pelo vento nas pilastras de sustentação do prédio do INPS. O atracadouro, batizado de ponte é uma marcante evidência de um dos acontecimentos mais importantes na história da cidade; a visita de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II. E de próprio punho deixou ele em seu diário: "Aracaju é bela com seu coqueiral do lado esquerdo do Cotinguiba".

Hoje a cidade cresce com seus arranha-céus rumo à zona sul, mas não perde a opulência do casaril que embelezou sua rua da Aurora (hoje Ivo do Prado) em décadas passadas, dos quais poucos nos restam. É o caso do Palacete da família Rollemberg, (defronte à praça Mini-Golf) ainda imponente; do Colégio Atheneu Sergipense (prédio que abrigou a Secretaria de Estado da Educação); da Faculdade de Direito (Cultural - Centro de Cultura e Arte - UFS) e de casas comerciais como "A. Fonseca", infelizmente em precário estado de conservação.

Vistas algumas arquiteturas da cidade aprecie-mos agora alguns dos logradouros. Realizar compras no centro comercial de Aracaju nos anos 80 significava ir à rua Santa Rosa, desfilar pelos corredores apertados do Huteba e do Paes Andrade, duas das mais tradicionais casas comerciais da cidade. Quem não lembra do "reclame" vinculado à TV pela Casa do Colegial? Como música, essas lembranças mobilizam nossos sentimentos, despertam afetividade, nos faz reviver o passado.

A praia Formosa (hoje 13 de Julho) era o limite sul, até onde os aracajuanaos chegavam ao limiar do século XX. A tão visitada praia de Atalaia, hoje cantada em verso e prosa era, naqueles dias, lugar de visitas nos veraneios e aconselhada somente para jovens aventureiros.

Dentre as praças, ainda trilhando por esses "lugares de memória", vale destacar a Fausto Cardoso, imortalizada, como palco dos grandes eventos políticos e culturais dos quais fomos agentes e espectadores. Não é por acaso que ela é chamada "a praça do povo". Para lá ele correu com a campanha "O petróleo é nosso", em 25 de julho de 1948. Em 08 de maio de 1945 foi nela que Aracaju saudou o fim da 2ª guerra mundial. Foi ali, em 28 de agosto de 1906 que foi assassinado Fausto Cardoso, o principal ícone da política estadual por aqueles anos e de quem a Praça recebera o nome anos depois. Nesse mesmo palco, em 26 de fevereiro de 1984, os sergipanos construíram a sua participação na campanha das "Diretas". Nessa praça, festejamos os mais celebres carnavais e os grandes "arraiás" juninos.

E para além de tudo isso, é ela ainda o testemunho da nossa "Bela época". Para esse recanto, se dirigiram nossos primeiros automóveis e dela saíam, quando alugados, para passeios pela cidade. Em sua calçada, em julho de 1928, foi instalada a primeira bomba de gasolina de Sergipe.

Um outro marco é a Praça Olímpio Campos, caracterizada por abrigar a Catedral Metropolitana é ainda hoje referenciada como "parque" em função do "Carrossel do Tobias" e outros brinquedos que a ocuparam por décadas, desde o ano de 1904, simbolizando em especial as festas natalinas.

Temos ainda a Praça dos Expedicionários, inaugurada em 04 de fevereiro de 1969 é outro importante lugar de memória. Idealizada para homenagear os pracinhas sergipanos que foram à 2ª grande guerra tem, antes de tudo, a função de não nos deixar esque-

cer essa que foi a mais dramática das experiências do século passado.

Compondo esse seletivo grupo das grandes praças públicas temos a hoje denominada Praça General Valadão, ela como bem afirmou o pesquisador Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, em palestra sobre o Patrimônio Tombado de Sergipe (18. 12. 2004), singulariza-se diante das demais por abrigar em suas imediações um conjunto arquitetônico diversificado e representativo das diferentes épocas vividas pela cidade. Um exemplo é o prédio da Alfândega (*estilo eclético*), encravado na própria praça; o edifício da primeira cadeia pública de Aracaju, hoje Palácio Serigy (*Art Decor*); o antigo Hotel Pálace e o prédio da Secretaria Municipal de Planejamento, construções típicas dos anos setenta, marcadas pela funcionalidade, e por fim a sede do Banco do Brasil que expressa leveza e nega o concreto.

Além dos logradouros, os eventos, alguns dramáticos, também são constituintes da memória da cidade. Comentemos ligeiramente alguns deles: o bombardeamento às embarcações mercantes em 1942, a explosão da rua Edézio Vieira de Mello e o Vendaval do Mercado, etc.

Na madrugada de 16 de agosto de 1942, Aracaju acordou perplexa com o bombardeamento de embarcações mercantes, por submarinos alemães, há algumas milhas de suas praias. Pelo menos 600 pessoas morreram. Fato que fez da capital sergipana o único lugar com um "cemitério de naufragos" à toda costa atlântica.

Em 13 de abril de 1980, a cidade preparava-se para dormir quando uma grande explosão ecoou por quase todos os bairros. Naquele dia, por volta das 23 h, uma fábrica clandestina de fogos foi pelos ares na rua Edézio Vieira de Mello. Destruiu dezenas de casas, matou pelo menos 10 pessoas. Nascia a "Rua da Explosão".

Três anos antes, uma forte ventania jogaria ao chão a cobertura do trapiche, no mercado central, provocando grande susto nos comerciantes e levando à morte pelo menos 9 deles. O ocorrido da manhã do dia 16 de julho de 1977 colocou a cidade nas páginas do jornalismo nacional e instigou sério conflito entre os políticos locais.

Outros acontecimentos nos colocaram nessas mesmas páginas em momentos e por motivos bem distintos. Em 19 de abril de 1968, recebíamos o então presidente Costa e Silva que, entre outras coisas, deu os primeiros passos para a instalação da Petrobrás, inaugurada em 23 de agosto de 69. A História de Aracaju pode-se dividir entre antes e depois dessa estatal. No 22 de novembro de 1959 nossa cidade é foco da política nacional. Jornalistas de várias partes do país desembarcam por aqui. Motivo: Leandro Maciel era indicado para o cargo de vice-presidente na chapa de Jânio Quadros. Exatos 35 anos da visita de Costa e Silva, um outro Silva presidente viria a Aracaju. No dia 07 de maio de 2003, Luís Inácio Lula da Silva, em sua primeira visita oficial à capital dos ser-

gipanos, abre o congresso dos prefeitos do Brasil, num curto, porém acalorado debate com o governador do estado João Alveš Filho.

Essa miscelânea de datas perfazem, com muitas outras, um conjunto heterogêneo que constituem a memória identitária de Aracaju. Muitas, ora e outra, reviradas nas lembranças dos que as testemunharam, outras apenas nas edificações que de alguma forma ainda estão presentes. A maioria somente encontrada nas páginas da literatura ou reelaboradas, em seus significados e valores, com o passar das gerações. Essas datas, por fim, nos singularizam e através delas a cidade revive seu passado.

Como numa brincadeira do destino, os próximos 150 anos terão, provavelmente, como marco inicial, uma outra ponte. Foi o porto, ou pelo menos uma das motivações, que trouxe a capital para essas margens. Com ele, pretendia-se ligar nosso comércio direto com a Europa, portanto com o mundo. Nessa configuração aquele porto era antes de tudo uma ponte, uma porta para o moderno, para o progresso, que segundo os defensores da idéia, a velha São Cristóvão não permitia abraçar. A nova ponte liga Aracaju ao litoral norte do Estado e deixa a capital a alguns minutos do nosso moderno e atual porto. Aqueles homens, vivendo em terras alagadiças e em casas de palhoças, nunca imaginariam o cenário de 150 anos depois, mas sem eles esse mesmo cenário não seria possível. Como eles, nós jamais conceberemos o que será 2155, mas também como eles temos a grata satisfação de testemunhar e construir esse novo começo.

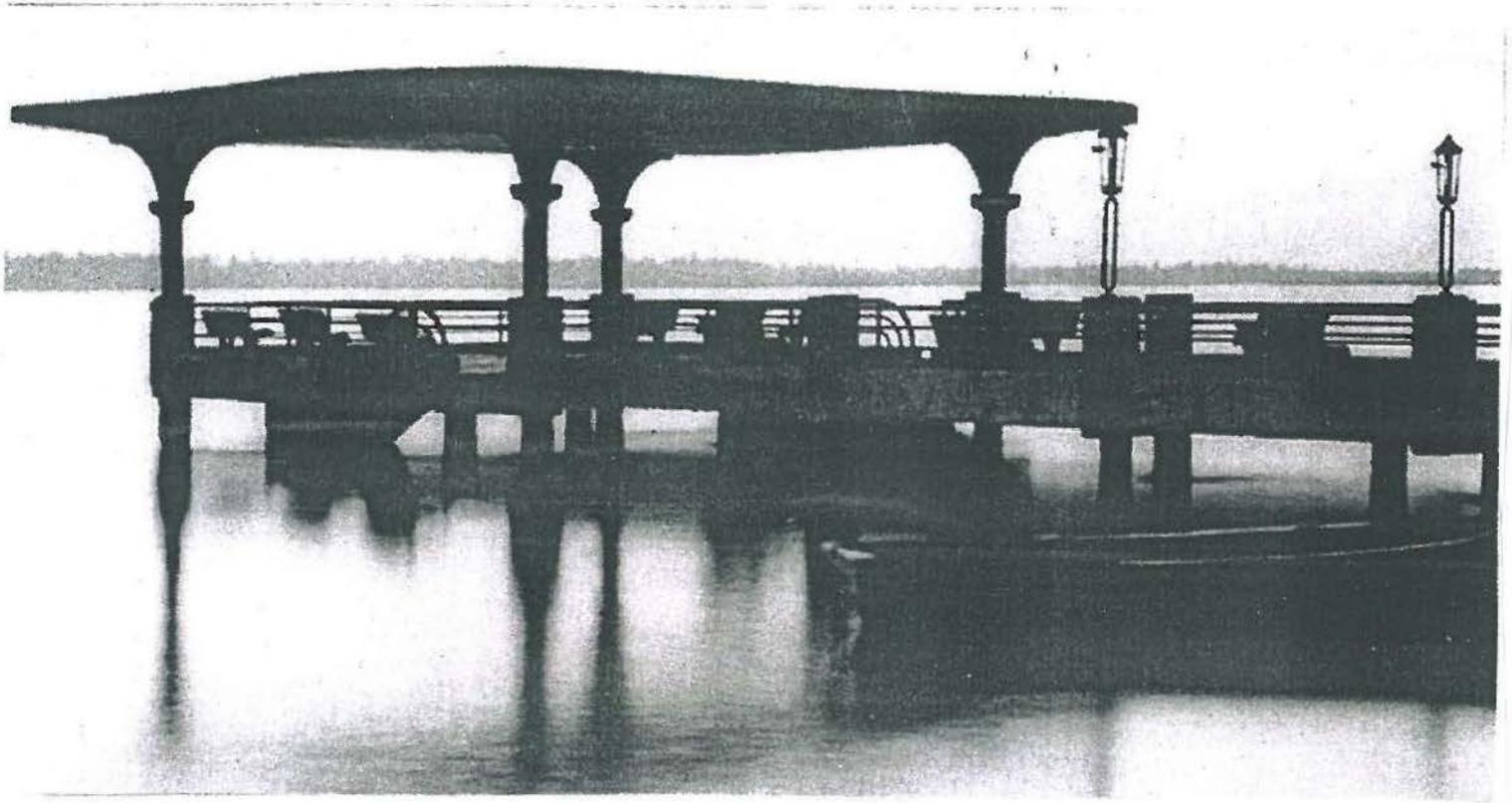
NOTAS:

\* O presente artigo é resultante do trabalho de conclusão de curso em História-Licenciatura, sob a orientação do prof. Dr. Francisco José Alves.



PONTE DO IMPERADOR *Embarcadouro construído para receber a visita imperial em 1870*

Jorge Henrique



# Aracaju – minha casa



Aspectos da mudança da Capital

Visão de Aracaju destacando-se o rio Sergipe

Manoel Cabral Machado  
Advogado, escritor, professor aposentado do DCS/UPS

**C**erta feita escrevi, apreciando a obra do historiador José Ibarê Dantas: "Tudo realmente está a depender da escolha de um "Criterium". Um sistema de referência, ou ângulo de observação, com que se aprecia a paisagem do passado e se considere ou interprete as possíveis imagens do passado. Então, como a realidade poderá ser apreendida? Haverá a verdade histórica ou várias verdades, se-

gundo os pontos de análise? Ademais, cada testemunho (ou documento) oferece simplesmente uma versão? Existirá, assim, a História como ciência, se os nossos juízos ou preconceitos costumam modificar os fatos, isto é, compreendê-los diversamente?

Ora, os realistas ou os céticos dirão que as ciências sociais, sobretudo a História, são simplesmente ciências de sistemas de referências, porquanto, segundo os ângulos de visão, o processo histórico possui tal ou qual significação. Na verdade toda a ciência é assim. Os ângulos de observação acentuam os aspectos vários da realidade. No caso das ciências naturais, todos esses aspectos poderão ser apreendidos e os cientistas conseguem encontrar e definir uma situação única com um perfil de certeza. Na ciência histórica não, por que a história persegue a vida, que é múltipla e complexa, e por isto mesmo, não pode ser expressa numa compreensão unitária, definitiva e plena. A História, em consequência, está sempre a desnivelar e redescobrir o passado. A essência da história vem dessa incessante revelação. Dirá Raymond Aron que a verdade histórica é uma criação contínua. A Filosofia da História Moderna, é pois, pluralista, como compreendem Spengler ou Toynbee, isto pela riqueza do passado vivido". Basta, e desculpe-me as longas citações de mim mesmo. Chegamos estas considerações ao tomar conhecimento das programações do sesquicentenário de Aracaju.

Alguns procuram examinar os feitos e os fatos da própria mudança da Capital. Outros abordam os acontecimentos da história sergipana deste último século e meio da mudança. Outros interessam-se exclusivamente pelos festejos do sesquicentenário.

Abordando o tema da mudança, vale destacar, a compreensão de alguns dos nossos historiadores, alguns acentuam o fato, como resultante da ação política do Governador nomeado, Dr. Ignácio Joaquim Barbosa. Outros afirmaram ou afirmam, que o Governador Barbosa teria sido nomeado para vir executar a vontade política do Sr. João Gomes de Melo, o Barão de Maruim. Político talentoso e hábil, e que representava as forças econômicas poderosas do patriciado rural do Vale do Cotinguiba, enriquecido com a grande produtividade do açúcar, e que estava a necessitar de um Porto favorável. Por isto que São Cristóvão distante não possuía Porto, edificada que fora nos fins do século XVI, e principalmente no século XVII e XVIII. Por esses tempos as cidades eram edificadas em lugares altos como cidade fortaleza, afim, de defender-se de índios ou de corsários.

No século XIX, as cidades deveriam ser construídas em lugares abertos para o grande comércio marítimo. Assim, os condicionantes geográficos e econômicos maiores justificariam a construção da Capital de Sergipe às margens do Rio Sergipe. No tempo as outras barras dos rios da província, ou eram distantes como a Barra do Rio São Francisco, ou inadequadas como as Barras dos demais rios sergipanos. Em consequência, a Capital da Província fora transferida para o povoado Santo Antônio do Aracaju, aos pés do belo estuário do nosso Rio Sergipe.

De qualquer forma como visto tudo concorria para a mudança. Desde Clodomir Silva, José Calazans e Fernando Porto, os historiadores mais modernos como a nossa notável Thetis Nunes, todos destacam, mais o feito de Ignácio Joaquim Barbosa, do que o fato da mudança, inclusive o grande historiador sergipano Pe. Aurélio de Vasconcelos, e que Sergipe muito deve ao talentoso intelectual Luis Antônio Barreto por haver publicado os livros do sacerdote historiador.

Antigamente responsabilizavam pela mudança basicamente o Barão de Maruim, chefe político do Partido Conservador chamado em Sergipe de Partido dos Camundongos e depois Saquaremas.

O Barão de Maruim, homem inteligente e hábil, conseguira reunir em torno de si as forças políticas da Cotinguiba, vindo depois a sobrepor-se ao Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, o velho chefe liberal, chamado depois Partido Rapina. Barão de Maruim fora Deputado Geral na década de 1850. E certamente fizera amizade com Ignácio Joaquim Barbosa Deputado Geral na época pelo Ceará (8ª e 9ª legislatura), e participante também do Partido Conservador.

Ignácio Joaquim Barbosa era talentoso e culto, e distinguira-se na câmara pelos seus projetos de lei sobre, Direito Civil, Direito Público e especialmente Direito Administrativo. Num gabinete de conciliação, organizado por Honório Ermeto Carneiro Leão, o Deputado Ignácio Joaquim Barbosa fora nomeado Governador da província de Sergipe em 07 de outubro de 1853, por ato do Imperador, empossando-se no governo em 17 de novembro do mesmo ano.

Viajando para a Província, afim, de assumir o Governo, atingiu a terra pela Barra do Rio Sergipe, e teve a oportunidade, talvez pela primeira vez, de ver o nosso magnífico estuário, e sentir a vocação do rio para receber em suas margens uma bela cidade portuária. E no Governo da Província, procurou tomar as primeiras providências para a realização do grande feito. Transferiu o Porto e Mesa de Rendas para a margem oposta do rio, margem atual da cidade de Aracaju. Criou uma companhia de rebocadores para ajudar os navios com dificuldades de acesso ao Porto do Rio Sergipe, e providências outras. Destacando-se a conciliação das forças políticas da Província, e todos os políticos, rapinas e saquaremas passaram a apoiar o Governador Barbosa.

E assim com todos esses apoios, ele promoveu os atos jurídicos da mudança com a convocação dos Deputados provinciais para reunião na Assembléia Legislativa no povoado Santo Antônio do Aracaju, quando em 17 de Março de 1855, fora decretada a mudança da Capital, para desespero do povo de São Cristóvão simbolizado no clamor do legendário João Bebe Água.

Assim, Ignácio Joaquim Barbosa de logo passou a residir na nova Capital assumindo diretamente os trabalhos da formação da cidade. As margens do Rio eram planas, mas com muitos charcos, lagoas e riachos. Foi enorme o trabalho de aterro, preparação de ruas e de praças, enfim edificando a cidade. Nesta peleja contra os pântanos finalmente adoece o construtor da cidade, morrendo de febres do Aracaju, logo depois na cidade de Estância. Enquanto pelos anos a cidade crescia seguindo as linhas do mapa traçado pelo seu Engenheiro Pirro.

São agora, 150 anos de existência. Nesses 150 anos a cidade alargou-se pelas planuras chegando às proximidades de São Cristóvão e de Nossa Senhora do Socorro. E seguindo o caminho do desaguar do Rio, chegou às Praias do mar oceano, até as margens do Rio Várzea Barris e Piauí. Cresceu também para o alto, ganhando e conquistando o azul dos céus. Nas festas do sesquicentenário, todos estão a louvar a ação meritória do Presidente Barbosa. Ninguém se referiu ao Barão de Maruim. Só César Macieira, o intelectual maruinense, destacou o papel de João Gomes de Melo, na história de Sergipe e na mudança da Capital. Anteriormente somente se acentuava a importância do Barão, e que até o seu nome designava a principal rua da cidade: Rua Barão de Maruim, depois Rua João Pessoa e hoje conhecida como Calçada da João Pessoa.

Canto agora Aracaju. Aracaju minha casa. Aqui residido desde 1943. Morei inicialmente na rua da frente (Rua Ivo do Prado), numa república de doutores e quase doutores. E nas manhãs iluminadas nadávamos nas águas lustrais do Rio Sergipe. Casado em 1944, morei na Rua Pacatuba, quando na década de 50 vim a construir minha querida residência à rua Senador Rolemberg.

Em Aracaju, minha casa, fui feliz no lar que construí com a esposa Lourdinha, e com os seis filhos que nasceram de nós, Nina, Odilon, Félix, Fátima, Dinda e Lucinha. Só não nasceram o primeiro e o penúltimo, pois que morreram quando eram embriões.

Conheci a nossa Capital em 1923 ou 24. Pequeno, consegui que meu pai me trouxesse até Aracaju. Saltando na Estação da estrada de ferro, fomos à casa da tia Adelaide avó de Dom Luciano, depois andei nos bondinhos de burro da época, eram os burrinhos magrinhos que puxavam os bondinhos pelos trilhos das ruas.

Aquí meu pai comprou-me na livraria Regina, o delicioso livro de ensino primário: *Cartilha Nacional*. E assim de volta à Capela, larguei o horroroso livro de estudos *Cartilha Analítica*, um livro que só ensinava sílabação. E na *Cartilha Nacional*, passei a estudar, brincando: "Pedrinho corre atrás de Rosinha. Rosinha corre atrás de Pedrinho e Pery corre atrás de Rosinha". Que belo livro de figurinhas! Em 1930, vim estudar em Aracaju internado no longínquo Colégio Salesiano.

Aracaju nesses tempos estendia-se da Fundação, hoje Iate Clube, até o Bairro Industrial. E para o norte a cidade chegava ao Santo Antônio, ao sul o casario atingia os apicuns da hoje Igreja de São José. A oeste, as ruas subiam os morros de areia descortinando à distância a Penitenciária Modelo. Antes ficava a barulhenta Oficina da Leste Brasileira. Assim entre a cidade e a penitenciária, alargava-se a enorme baixada da Jabotiana. Esta era a cidade da década de 30.

Canto pois Aracaju. Onde fui rapaz, homem feito, advogado, professor e homem público. Acompanho a cidade crescer magnífica, com seus edifícios. É o momento para se louvar os construtores da cidade, desde os operários da construção civil até as firmas de construção. Destaco os que conheci, e os que conheço: José Franklin, Cícero Gentil, Irênio Braz, Cenezeu Rabelo de Moraes construtor da minha residência onde moro até hoje, e os engenheiros Gentil Tavares e José Rolemberg Leite. E as firmas construtoras: Norcon, Celi, Andrade Mendonça, Construtora Alves, Cosil, Habitacional, Construtora Cunha, Construtora Santa Maria e outras.

É tempo também para relembrar os Prefeitos da cidade, especialmente os que conheci, e os que conheço, os que estão no meu agrado e no meu desagrado. Vale repetir: Teófilo Dantas, Camilo Calazans, Godofredo Diniz Gonçalves (Prefeito por duas vezes), Carlos Firpo, José Garcez Vieira (que me introduziu na vida pública), Marcos Ferreira de Jesus, Antônio d'Ávila Nabuco, Jorge Campos Maynard ("O Prefeito do Centenário da Cidade"), Roosevelt Cardoso de Menezes, José Conrado de Araújo, Gileno Lima, Waldir Santos Brito, Cleovansóstenes P. Aguiar, Aluisio Campos, João Alves Filho, Heráclito Rolemberg, Viana de Assis, José Carlos Teixeira, Jackson Barreto (Prefeito por duas vezes), Antônio Militão, Wellington Paixão, Almeida Lima, João Augusto Gama, e Marcelo Deda (eleito por duas vezes). O Marcelo Deda, meu talentoso ex-aluno Dedão, que veio a ser o Prefeito do sesquicentenário da cidade. Glória pois a todos os que bem serviram a cidade, trabalhando em todos os ramos essenciais à vida cidadina. Canto os grandes e os pequenos.

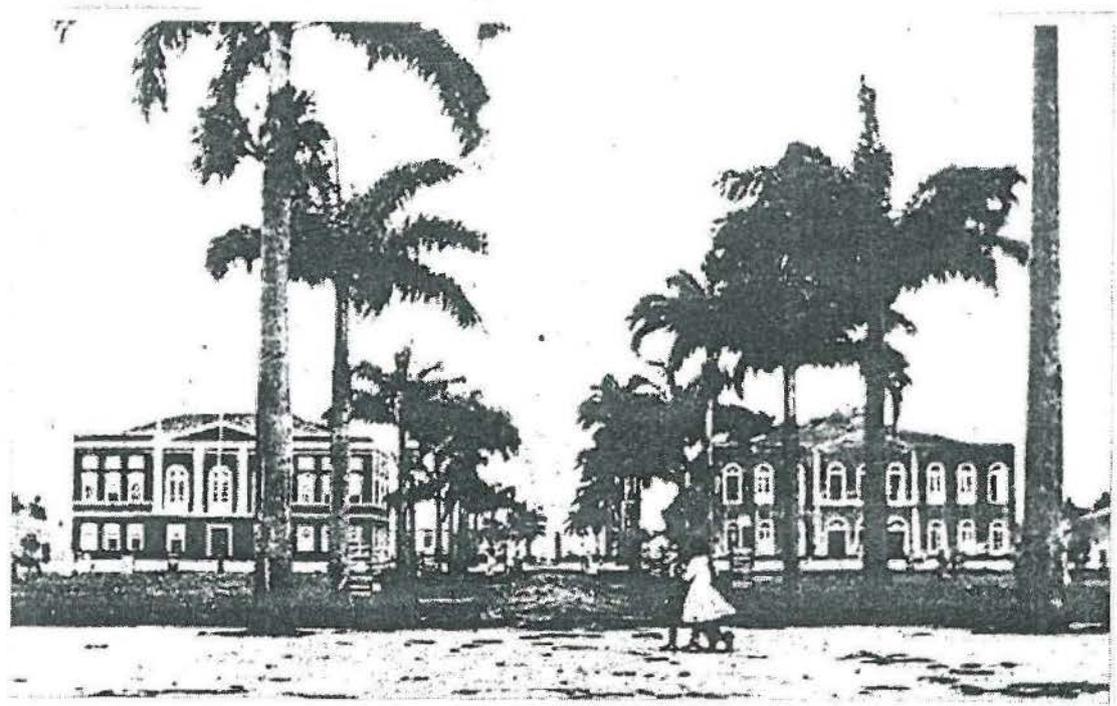
Assim, o tempo passa, os homens nascem, crescem e morrem. Nascem, crescem e morrem as suas ambições e os seus sonhos. Alguns conseguem realizar estes sonhos, e que serão destruídos por outros homens. De qualquer forma, valem a vida e a beleza. Em Aracaju, minha casa, aconcheguei meus filhos, e que são hoje, homens participantes da vida da cidade.

Direi afinal, Ave Aracaju.

Ave ao meu Rio Sergipe.



ARACAJU DE OUTRORA (Acima) Trecho da rua Japaratuba  
(Abaixo) Trecho da 'Praça do Palacio' atual Fausto Cardoso



# Lembranças de Aracajuanos

Leonardo Zanelli  
Da equipe JC

Zé Peixe, Rita Peixe, Manoel Cabral, Luiz Antônio Barreto, Maria Thétis Nunes e Jurandyr Freire. Seis pessoas que viveram boa parte dos 150 anos de Aracaju. Seis pessoas que têm presença marcante na vida da cidade e que se destacaram nas áreas em que atuaram. Por fim, seis pessoas que têm lembranças da capital, que viram diversas transformações ao longo dos anos, que sentiram o passar dos anos. Principalmente, cinco pessoas que se encantaram de alguma forma com Aracaju e fizeram dela a sua casa.

“Conheci Aracaju quando vim fazer admissão e me impressionei com o estuário do rio Sergipe, nunca tinha visto tanta água na minha vida. Foi aí que me apaixonei por Aracaju, vendo o estuário, tudo muito bonito, a Barra dos Coqueiros do outro lado. Me identifiquei com Aracaju”, conta a historiadora Maria Thétis Nunes, um dos ícones na sua área.

Vinda de Itabaiana, ela chegou em Aracaju em 1935, aos 11 anos de idade. “Vim para estudar, não tinha ginásio no interior. E a minha região era de serra, seca, água difícil. E me impressionei com o que vi. Sou de Itabaiana por nascimento, mas de Aracaju por adoção”, afirma Maria Thétis, que chegou de marinete e desceu na rua da Frente com toda a sua família.

Daí para frente, foi toda uma vida na capital. Curvou o ginásio, foi estudar na Bahia, voltou e foi a primeira mulher a ser professora catedrática do Atheneu, depois a primeira mulher diretora do colégio e ainda fundou a Faculdade Católica de Filosofia. “Na minha época, Aracaju terminava na Augusto Maynard. A gente tomava banho de praia na 13 de Julho, onde hoje está o Iate Clube. Ir para a Atalaia era só para veranejar”, conta ela.

Contemporâneo de Maria Thétis, mas um pouco mais velho, é Manoel Cabral, que nasceu em 1916, em Rosário do Catete, conheceu Aracaju em 1924 e veio de vez, para estudar, com 13 anos de idade.

“Chegamos e meu pai me levou para a casa de nossos tios, a Tia Adelaide era avó de Dom Luciano. Ficamos lá hospedados e me lembro que saíamos com bondinhos puxados a burro. Este foi o meu primeiro contato com Aracaju. Os bondinhos pequeninhos passavam pela Rua João Pessoa, onde hoje é o calçadão, e iam até a Fundação, onde é o Iate Clube. E deste bondinho de burro dava para ver a paisagem do rio Sergipe, a beleza do estuário, que vai até lá nas dunas. É um rio extraordinário”, relembra Cabral, ex-vice-governador, ex-deputado estadual, professor, figura ilustre na vida política do Estado.

Ele foi desmamado da família, como mesmo diz, aos 13 anos, quando foi estudar no internato do Salesiano. “Chorei, chorei, pois me separei da família e fiquei internado. Tinha 12, 13 anos. Mas comecei a estudar. O Salesiano era longe. Saíamos caminhando pela Avenida Barão de Maruim, depois chegávamos na praça da Catinga, onde hoje é a Praça da Bandeira, e ali era um vazio, não tinha nada. Neste tempo, Aracaju já tinha bondes elétricos”.

Naquele tempo, a diversão de Cabral era o futebol. “Fazíamos jogos contra o Atheneu, o Tobias Barreto e contra o seminário. Os padres seminaristas jogavam de batina e corriam com a bola escondida entre os pés. Era uma dificuldade danada de vencê-los e tirar a bola debaixo da batina”.

## OUTRAS DISTRAÇÕES

Quem também costumava se divertir era o agora professor e intelectual Luiz Antônio Barreto. “Diversão era ir para a cerâmica, que é um ponto curioso, fábrica antiga de tijolos e telhas, no caminho antigo para São Cristóvão. Tinha a casa do mestre, dos operários, é um lugar bucólico, que fica no Distrito Industrial, perto da ponte velha. Ou então, atravessar e andar uma hora pelo areal da Barra dos Coquei-

ros para ver o mar. Naquele tempo era como ir para a Atalaia, que é um bairro da década de 60 para cá”.

Outro que gostava de distração era o menino José Martins Ribeiro Nunes, que ficou conhecido como Zé Peixe. Para ele, tudo era diversão quando era criança. “Tinha o jogo de pio, os dados, o dominó. Colocávamos tampa de cerveja no trilho do bonde, para ele amassar e fazer ficha de jogo. Era para a roleta de menino”, conta ele.

## O TEMPO VAI PASSANDO...

... e a cidade e os programas mudando. Na rua João Pessoa e nas imediações da praça Fausto Cardoso, os jovens da época paqueravam nas chamadas retretas. “Havia as retretas, nas quintas-feiras e nos domingos, ali onde é a Praça Fausto Cardoso. Os rapazes e as moças caminhando”, diz Manoel Cabral. Os homens ficavam parados na frente das vitrines e as mulheres iam e vinham, de um lado para o outro. “Batia 21h, “soltava a onça”, e todo mundo ia para casa”, relembra Cabral. “Os pais ficavam em casa controlando, para a gente chegar logo depois. Era interessante”, conta Maria Thétis.

Naquele tempo, outra grande diversão eram os cinemas, que começavam a surgir. “Tinha o Rio Branco, depois o Vitória, depois o Rex e, por fim, o Palace, que era mais chique. O Vitória era na rua de Itabaianinha, depois da São Cristóvão. E na Praça da Bandeira tinha também o Guarany, feito pelo Augusto Luz. Lá era muita matinê. O cinema foi a grande distração, depois veio a sorveteria. Era tudo muito simples”, afirma a historiadora.

Quem veio de fora também se apaixonou por Aracaju e acabou ficando. O dentista e jornalista Jurandyr Freire foi um deles. “Cheguei no dia 14 de junho de 1951, vindo de Maceió. Casei-me no dia 13, dia 14 peguei o avião, das Linhas Aéreas Paulista, e vim. Eu tinha consultório em Maceió, que ia muito bem, pois sou dentista. Mas quando cheguei aqui, gostei, vendi meu consultório lá e compreí um na Rua João Pessoa”. Na época, a João Pessoa, principal rua da cidade, também era chamada de Rua das Pedrinhas, por causa do calçamento.

Freire costumava ir à praia da 13 de Julho com a esposa, jogar buraco. "Era um tempo gostoso, maravilhoso. Saía com a minha esposa pra ir para a praia, muitas vezes ficava até de madrugada jogando. Depois voltava para a rua de Arauá, onde eu morava, caminhando. Dormia de porta aberta. Hoje em dia, isto não pode mais".

### SAUDADES

Para Luiz Antônio Barreto, um dos traços marcantes de Aracaju são as feiras. "As feiras antigas se mantêm e o mercado, hoje, só é coberto. Se não fosse, estariam todos ali na pedra, vendendo frutas, legumes, carne, peixes e animais vivos. Só não vendem boi porque não cabe. A feira mais antiga começava com a banca de peixe na esquina da rua de Laranjeiras e se espalhava pela Laranjeiras, São Cristóvão e João Pessoa. É um ponto de contato do passado com o presente", diz ele.

Porém, o fato que mais marcou Barreto foi o fim da zona de meretrício, nas imediações da Pedro Calazans. "A Igreja, com o governo do Estado, no período entre 1951 e 1955, desmontou o chamado curral e puseram as prostitutas para a Agamenon Magalhães. Mas depois, começaram a surgir bares numa região chamada Vaticano, um conjunto de prédios na rua Santa Rosa". Segundo ele, as mulatas e os bares mais refinados se instalavam por ali, inclusive com música ao vivo. "Não era uma zona de briga e eu aprendi muito, por mais que estivesse próximo da rodoviária, junto do porto e dos caminhões que vinham do interior. Era um espaço democrático, todos podiam frequentar. Uma singularidade de Aracaju".

Já Rita Peixe, ou Rita Ribeiro Nunes Schunk, irmã de Zé Peixe, que acompanhou toda a evolução da cidade ao lado de seu irmão, se lembra da comemoração dos primeiros 100 anos de Aracaju. "Na comemoração, houve uma travessia entre a Atalaia Nova e a Ponte do Imperador, era uma competição. Mas o Zé Peixe, brincando, disse que não iria participar, só se colocassem todos no barco e ele fosse puxando. Eram 17 homens competindo e eu, miudinha, com 18 anos, achava que não alcançaria a ponte. No final, não chegaram oito homens e eu fiquei em terceiro lugar, porque pensava que a chegada fosse na ponte, mas ela era num barco que estava mais distante. Mesmo assim, cheguei em terceiro e ganhei uma medalha", lembra ela.

Jurandyr Freire, que foi auditor da Federação Sergipana de Futebol por 15 anos, tem saudade do bom futebol. "Nunca perdi um clássico. Os campos eram bons, principalmente o da capital, e o futebol era bem melhor". Saudade de um tempo melhor também tem a historiadora Maria Thétis. "Eu sinto saudade da convivência humana que tínhamos. Hoje é mais difícil encontrar as pessoas. Antes, saíamos na rua e encontramos todo mundo. O contato humano desapareceu. Todo mundo tem carro, a cidade cresceu, cada um vai para o seu canto".

A lembrança de Manoel Cabral também foi importante para Aracaju e para o Estado. Para ele, o mais importante foi a criação dos centros de ensino superior. Foram criados, ainda na década de 1940, os centros de Direito (particular), Ciências Econômicas (Estado), Serviço Social (Estado) e Química (Estado). Por último, foi criada a Faculdade de Medicina.

"Com essas faculdades, Sergipe deu grande passo para crescer. Tinha um carroceiro que dizia 'Seu Cabral, tenho um filho que está na faculdade, saído do Aribé, e vai se formar em Direito' E esse rapaz, depois, foi um dos meus melhores alunos. Um dia, o pai dele veio todo orgulhoso e me mostrou o filho dele, que eu já conhecia, mas não sabia que era filho do carroceiro. E isto me marcou muito".

22  
84

Silvio Rocha



Manoel Cabral

Silvio Rocha



Luiz Antonio Barreto

Silvio Rocha



Maria Thétis Nunes



# Aracaju inspira arte

Ainda que os aracajuanos menos atentos não tenham percebido, a cidade respira arte. Ou melhor, Aracaju inspira o fazer artístico, uma vez que, da zona norte à zona sul, é possível flagrar um pouco do talento daqueles que nasceram nessa cidade que completa hoje um século e meio de vida, ou apenas a escolheram como seu porto seguro. De uma forma sutil ou mais evidente, a arte está impregnada nas praças, nos terminais de ônibus, nas pontes e viadutos, mas seja qual for sua maneira de aparecer, através da pintura, da escultura ou grafiteagem, a obra de arte não ofusca o brilho da cidade “menina”. Pelo contrário, embeleza-a cada vez mais, tomando-a um referencial no quesito modernidade urbanística, já que o antigo se mescla ao novo, sem que haja um ruído visual. Esse casamento perfeito é observado através das obras de artistas consagrados e com um estilo mais acadêmico, a exemplo de Jenner Augusto, Eurico Luiz, Leonardo Alencar e José Fernandes, que se harmonizam perfeitamente com a contemporaneidade dos traços de Fábio Sampaio e Edidelson. Se os materiais utilizados por estes produtores de arte divergem na sua natureza, o mesmo não acontece com sua criatividade. E é essa característica comum a todos eles, que desperta o interesse naqueles que visitam a cidade. Como não se render às araras e cajus, que poderiam virar típicos clichês cristalizados na mãos de um profissional menos gabaritado, mas que assinadas por Eurico Luiz ganham um toque todo especial? Deixar passar incólume, os painéis em cerâmica, de autoria de Jenner Augusto, o precursor do modernismo no Estado, que até hoje resistem ao tempo e retratam um pouco sobre as origens da nossa terra? Ou ainda não interagir com a arte provocativa de Fábio Sampaio, que através de códigos personalizados, constrói uma linguagem visual através de seus murais respeitada até pelos pichadores? Se o leitor nunca ouviu falar de nenhum desses exímios criadores, a partir de agora, está convidado a fazer um *tour* artístico, a fim de conhecer algumas de suas produções mais destacadas na cidade.

## PINTURA DO RELÓGIO DO PARQUE DA SEMENTEIRA



**Autor:** José Fernandes

Sobre o artista: Natural de Lagarto (SE), seu primeiro trabalho em pintura, deu-se aos nove anos de idade. Na época, ele retratou numa tela de estopa, um andarilho que passava pela Praça do Mini Golfe. Estava dado o pontapé inicial para o mundo das cores, porém antes de se tornar um artista plástico profissional, José Fernandes tentou outras atividades. Trabalhou como desenhista em uma fábrica de tecidos, foi operador de telex na Agência Nacional de Notícias (atualmente Empresa Brasileira de Notícias) e auxiliar de restauração do Museu de Arte Sacra, mas o tropismo para com sua arte falou mais alto. Difícil de ser

classificada pelos críticos especializados, a arte de José Fernandes perpassa pelo abstracionismo e expressionismo. As pombas, os peixes e madonas são a marca registrada de seus trabalhos que aliam a brasilidade com um lado onírico e proporcionaram ao artista o reconhecimento nacionalmente e internacionalmente nesses 30 anos de profissionalismo.

Sobre a obra: O convite para pintar o relógio surgiu do jornalista Osmário Santos que, através de um contato com a TV Sergipe, possibilitou ao artista, registrar com sua arte aquele marco nacional, único ainda em funcionamento no país. Há dois anos, juntamente com Tonho Magaref e Wilson Mendonça, José Fernandes incrementou o relógio com sua marca registrada: uma madona, algumas pombas e um peixe. Segundo o pintor, a madona está de braços abertos para acolher os aracajuanos e os turistas, assim como a pomba, representa a paz que deve reinar na cidade. Depois de trabalhar durante um mês e meio para compor a obra, pode-se dizer que José Fernandes compôs seu próprio "outdoor". "Até hoje muitos vêm a mim, querendo conhecer meu trabalho, por terem gostado do relógio. Acho que esse trabalho é a cara de Aracaju".

## ARARA E CAJUS PRÓXIMO AO IATE



**Autor:** Eurico Luiz

Sobre o artista: Natural de Aracatuba (SP), mas radicado em Sergipe por mais de três décadas, o artista plástico Eurico Luiz costumava dizer que era paulista de nascimento, baiano de coração e sergipano por adoção. Sua sergipanidade foi sacramentada após ter recebido, no início dos anos 90, o título de cidadão sergipano. Artista plástico formado pela Escola de Belas Artes do Estado da Bahia, tanto na pintura como na escultura, ele gostava de retratar e de buscar a alma humana, provocando, através das formas de suas obras de arte, o sentimento interior do homem.

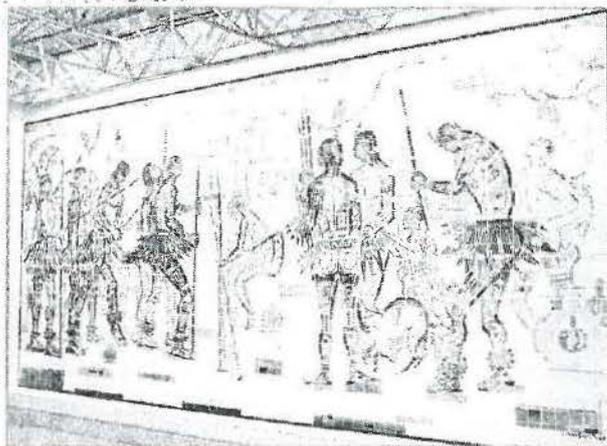
Falar do artista plástico é passear pelo mundo das artes como quem passeia pelas belas paisagens de Aracaju. Quem conhece um pouco a

cidade, sabe que suas inúmeras obras espalhadas pelas praças e avenidas, a exemplo do enorme Caju na Ponte da Coroa do Meio, os Cajus e a Arara, o boto e o brasão de Aracaju na praça do Iate Clube, entre outras, hoje todas símbolos de nossa cidade, não passam incólume.

Tendo exposto em vários Estados brasileiros e também no exterior, ao longo de sua carreira, Eurico Luiz mostrou seus últimos trabalhos inéditos, numa exposição ocorrida no ano passado, na Agência do Banese do Jardins. Na véspera do Dia de Nossa Senhora da Conceição, santa que ele tanto pintou na última fase de sua carreira, ele se foi, aos 68 anos, vítima de complicações pulmonares.

Sobre a obra: No final dos anos 80 e início dos 90, o artista deixou sua marca em vários pontos da cidade. Suas obras podem ser encontradas no Parque dos Cajueiros, Gonzagão, assim como em praças e avenidas.

### OS PRIMEIROS HABITANTES DE SERGIPE



**Autor:** Jenner Augusto  
**S**obre o artista: Nascido em Aracaju, no dia 11 de novembro de 1924, Jenner Augusto da Silveira usufruiu de uma vida dedicada a registrar as coisas e pessoas da sua terra, através da pintura. Desde jovem já se arriscava com os pincéis produzindo anúncios para cinema, faixas e cartazes comemorativos. Mas foi em Laranjeiras, na adolescência, que começou a se dedicar à pintura, quando descobriu a arte de Horácio Hora. Em 1945, realizou sua primeira exposição individual em Aracaju, sendo que dois anos depois procura se integrar ao ambiente artístico da capital sergipana, participando de algumas mostras

coletivas. Em 1949, o pintor realiza o que se considera uma manifestação pioneira da arte moderna no Estado: a pintura decorativa mural do bar Cacique, onde se evidenciava a influência de Portinari em seu trabalho. Tendo fixado residência neste mesmo ano em Salvador, ele começa a integrar-se aos artistas baianos da estirpe de Mário Cravo Jr., Lygia Sampaio, Rubem Valentim, entre outros. Em 1953, iniciou os trabalhos de execução do afresco "Evolução do Homem", no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, que concluiu no ano seguinte e participou pela primeira vez do salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, no qual expôs regularmente até 1962. Depois de residir vários anos no Rio de Janeiro, voltou a fixar residência em Salvador. Sua arte foi apreciada em várias galerias e museus do país, bem como em mostras brasileiras realizadas nos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Portugal. Em 2000, expôs em Aracaju, nos salões da Energipe, quando da restauração do seu mural, "Os Primeiros Habitantes de Sergipe". Em março de 2003, morre em Salvador, um mês depois de ter sido inaugurada a Galeria Jenner Augusto, localizada na Sociedade Semear.

**Sobre a obra:** Pintado em 1961, o painel foi elaborado para compor um dos saguões do antigo aeroporto Santa Maria, de Aracaju. Com as obras de ampliação e reforma do aeroporto, o painel em cerâmica (azulejo) seria destruído, mas devido à sensibilidade da Infraero e da Energipe, este foi desmontado peça a peça, e depois restaurado. Com mais de 1500 azulejos, especialmente confeccionados para servir de suporte para este tipo de arte, o painel demorou cerca de seis meses para ser restaurado. Desde maio de 2000, que ele embeleza o hall de entrada da empresa de energia elétrica do Estado, que em regime de comodato, responde pela manutenção e preservação da obra de arte por um período de até 30 anos.

### PINTURA DO VIADUTO SOBRE A AVENIDA HERMES FONTES

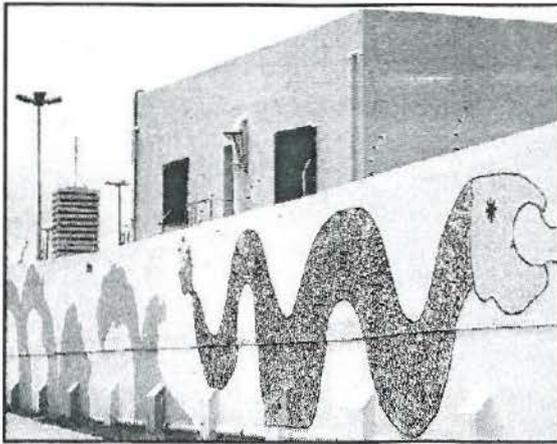


**Autor:** Edidelson  
**S**obre o autor: Edidelson Silva nasceu em Aracaju, no ano de 1966. Em 1988, realizou sua primeira exposição individual "Figuras Surrealistas" na Galeria Florival Santos, localizada no Cultart/UFS. Três anos depois, participava da III Bienal de Santos/SE com uma individual em Salão Paralelo. Seus trabalhos se espalham pelo Brasil adentro e fora, participando em 1991 de coletiva de pintores Brasileiros em Rhoad Island, Providence/USA. Criador inquieto, já experimentou várias técnicas para compor sua arte: do papel à tela, do mosaico à cerâmica, das paredes aos muros. É por excelência um muralista, vide o painel do

Balneário do Sesc/Atalaia, do Terminal Fernando Sávio, da Codise e do Centro de Convenções (CIC), tendo conquistado seu primeiro prêmio em 1990, no II Salão de Artes Plásticas do FASC/São Cristóvão. Depois veio outro 1º lugar, desta vez no Salão "A Cara da Cidade", em comemoração aos 140 anos de Aracaju. Campeão incontestado do Concurso de Jornalismo do Banco do Brasil em Sergipe, na categoria charge (três prêmios), Edidelson é único, por seus desenhos de formas volumosas, de traços ousados e cores fortes.

**Sobre a obra:** O viaduto construído sobre a Av. Hermes Fontes ganhou um toque diferente no ano de 1996. Depois de dois meses e meio de trabalho árduo, dividindo a tarefa com os amigos Wellington Lino e Hugo Portela, Edidelson finalizou o trabalho idealizado pela equipe de marketing da Prefeitura Municipal de Aracaju e entregou à cidade uma grande obra de arte a céu aberto. Adepto das intervenções feitas em muros, logradouros e construções arquitetônicas da cidade é um exímio muralista, retratando um pouquinho da história da cidade em uma linguagem de fácil assimilação.

## MURAL DA ORLA DO BAIRRO INDUSTRIAL



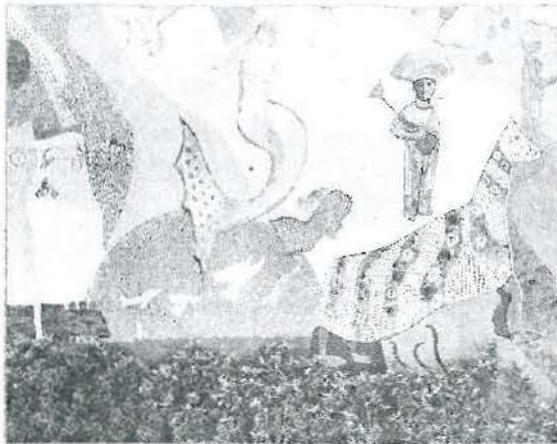
**Autor:** Fábio Sampaio

**S**obre o Autor: O balzaquiano Fábio Sampaio nasceu em Santos (SP), mas adotou Aracaju como terra natal, em 1991. Apreciador da grafiteagem, técnica muito utilizada em São Paulo, decide colocar em prática esse tipo de intervenção ao ar livre em Aracaju. Em 2003, dá o pontapé inicial com o Projeto Interacidade e seu primeiro alvo são os tapumes de madeira que cercavam a construção da Agência do Banese do Bairro Jardins, onde são pintadas figuras do cotidiano aracajuano, entre anônimos e personalidades ilustres. A novidade foi tão bem aceita pela população que logo em seguida o artista recebia o convite para intervir com suas figuras geométricas peculiares, em outros pontos da cidade. Sua marca pode ser encontrada ainda hoje,

na Sociedade Semear, Advocacia Operária e no Bairro Jardins. Com seu estilo contemporâneo arrojado, participou de uma Bienal de Arte Contemporânea na Itália, no início de 2000 e no ano passado, a convite da Prefeitura Municipal de Aracaju, foi responsável pela idealização e execução do mural de mais de 200 metros, localizado na Orla do Bairro Industrial. Recentemente, finalizou mais uma intervenção, desta vez nos tapumes de madeira que circundam o futuro Hospital Municipal de Urgência, localizado na Av. Maranhão.

**Sobre a obra:** Para imprimir sua marca no muro da Orla do Bairro Industrial, Fábio Sampaio precisou de duas semanas, contando com a ajuda do também artista plástico Laércio. Em seus desenhos, é possível conferir uma miscelânea de figuras inanimadas em meio a répteis, crustáceos e peixes. Na pintura, metodicamente executada, o urbano se completa com o clima mais interiorano que emana do Bairro Industrial, um dos mais antigos da cidade e composto em sua maioria por uma população de pescadores. A interação do público residente e de visitantes é das mais positivas, sendo a obra uma das poucas da cidade respeitadas pelos pichadores.

## PAINEL DO TERMINAL DE INTEGRAÇÃO DA VISCONDE DE MARACAJU/ MOSAICO NA ÁREA EXTERNA DO MERCADO ALBANO FRANCO



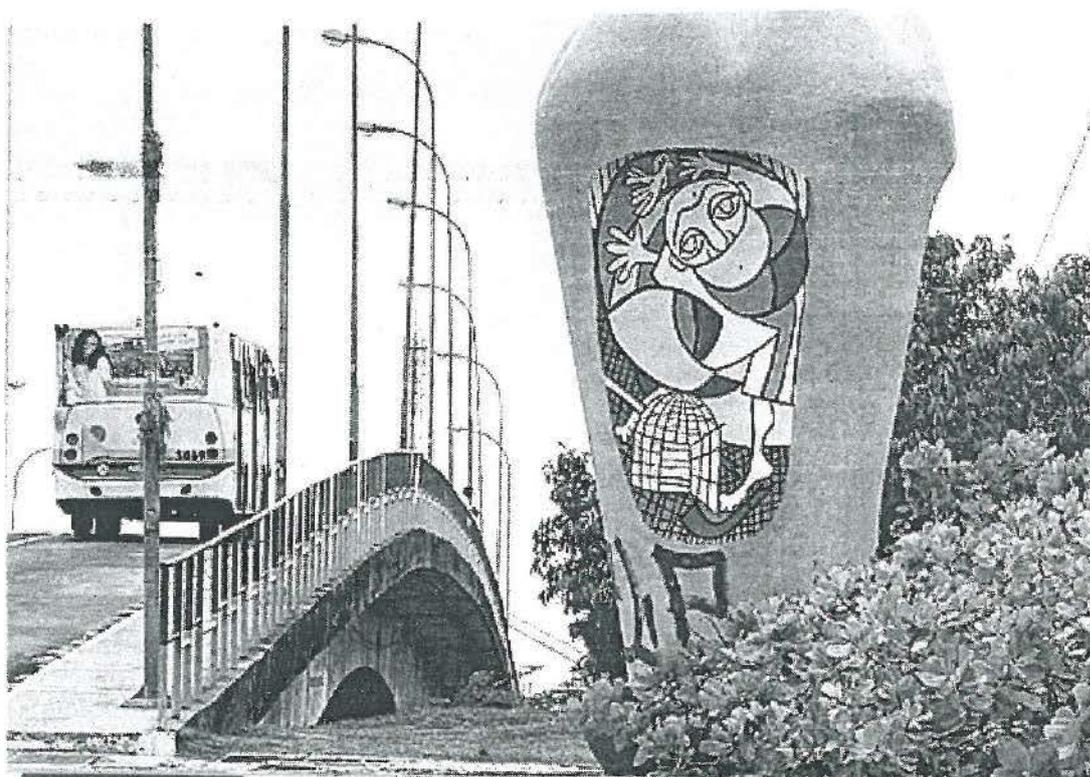
**Autor:** Leonardo Alencar

**S**obre o autor: Leonardo Fontes de Alencar nasceu no dia 7 de abril de 1940, em Estância, Sergipe, filho de Eurydice Fontes de Alencar e Clodoaldo de Alencar. Seu interesse por artes plásticas vem desde sua infância, quando lia histórias em quadrinhos. No entanto, passou a dedicar-se à pintura quando tomou contato com o trabalho de outros artistas sergipanos, como J. Inácio, Álvaro dos Santos e Florival dos Santos, estimulado pelo professor Jordão de Oliveira. Em 60, fez uma exposição na Belvedere da Sé, em Salvador, patrocinada pelo escritor Vasconcelos Maia, na época, diretor do Departamento de Turismo. Em 61, expôs na Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, na Galeria Macunaíma. No mesmo ano, recebeu uma bolsa de estudos do curso livre de gravura

da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Em 63, entra no curso oficial desta escola e no curso de cenografia da Escola de Teatro. Foi contratado como Professor Notório Saber desses cursos em 64, ajudando a implantar a cadeira de artes visuais da EBA. Ensinou até 70, quando recebeu uma bolsa como artista residente num programa elaborado pelos assessores culturais das Indústrias Teves, do colecionador alemão Ernst August Teves. Por dois anos, viajou por toda a Europa, expondo e conhecendo as manifestações artísticas locais. Entre 71 e 74, fixou residência em Londres. Nesse período, vivia como *freelancer* e desenhava para a revista *Time Out*. Em 91, ilustrou a capa do livro *O Homem de Branco*, do escritor brasileiro Adonias Filho, que foi editado somente na Inglaterra, com o nome *The Man in White*, pela editora Wyvern-Sell. Em 97, associou-se ao Metropolitan Museum of New York. Desde 95, é o representante de Sergipe do programa pan-americano *Partners of America*. Membro da Confraria dos Bibliófilos do Brasil e do Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo, o artista divide seu tempo ministrando aulas e palestras sobre artes plásticas e seu ateliê.

**Sobre a obra:** O painel do Terminal de Integração da Visconde Maracaju foi sua última obra em área pública. Com dimensões que giram em torno de 3,50 m X 4 m, a pintura retrata a evolução dos transportes durante a história do homem e mescla figuras que remetem a cultura local. Tendo sido feito no período de um mês e meio, o painel foi entregue à população do bairro Santos Dumont e adjacências no ano passado. Já o mosaico do Mercado Albano Franco, repleto de borboletas brilhantes, foi feito com azulejos, pastilhas e outros materiais, como bolas de gude. Finalizado na época da entrega do prédio, durou 90 dias para ser finalizado e possui uma característica no mínimo inusitada: em um olho de uma das borboletas, foi cravado o cálculo renal que foi extirpado do pintor, pouco tempo antes de ter iniciado a obra de arte.

# O que Aracaju tem em comum com Nova York?



ENGENHARIA E ARTE O Caju na ponte da Coroa do Meio, escultura símbolo da capital

Rogério Proença Leite  
Doutor em Ciências Sociais (Unicamp) e professor de sociologia da Universidade Federal de Sergipe, onde coordena o Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais

A cidade de Aracaju está simbolicamente mais próxima de Nova York do que parece. Mas essa aproximação não se dá pelo fluxo internacional do turismo, ainda muito acanhado para os padrões médios brasileiros. A porta de entrada não é o aeroporto, mas as políticas de *gentrification* em curso na cidade.

Nas últimas duas décadas, tem se intensificado em todo o mundo uma tendência de renovação urbana, cujas principais características são formas de intervenções, compreendidas como *empreendimentos*, que elegem certos espaços da cidade e os transformam em segmentos do mercado para investimentos públicos e privados. Esses processos de *gentrification* (ou *enobrecimento*, na melhor tradução disponível) consistem na readequação dos usos de certos espaços da cidade, através de políticas públicas com forte inflexão da iniciativa privada na elaboração e financiamento das intervenções urbanas, tendo em vista a recuperação da infra-estrutura, a restauração do patrimônio edificado e/ou da paisagem urbana e ambiental, a substituição de usuários e a construção de uma nova imagem de centralidade.

Essa forma de "*embourgeoisement*" do espaço urbano, para utilizar a expressão de Neil Smith, tem sido uma das principais alavancas para o incremento das economias locais, no contexto mundial da chamada "concorrência inter-cidades". Exemplos paradigmáticos são a renovação do *Soho* e a revitalização do *Times Square*, em Nova York, que transformaram antigas áreas degradadas em espaços sofisticados de lazer e consumo cultural para a classe média americana.

No Brasil, experiências diversas de *gentrification* podem ser observadas nos processos de revitalização dos centros históricos do Pelourinho, do Recife Antigo, do Centro de São Luis do Maranhão, na Praça XV do Rio de Janeiro, entre outros. Em todos esses casos, a despeito de suas peculiaridades, tratam-se de experiências em áreas de forte apelo simbólico para a população local. São paisagens da história, cuja memória e tradição se materializam em ruas, praças, casarios e monumentos. Em suma: têm *sentido*, construído e atribuído mediante práticas sociais cotidianas, pelos seus usuários mais imediatos. O resultado mais visível desse processo é a transformação desses espaços em áreas intensivas de lazer e consumo, com a inserção ou consolidação dessas cidades nos fluxos internacionais de signos, pessoas e capitais. É a concorrência inter-cidades formatando disputas econômico-culturais.

Apesar de Aracaju estar tentando entrar no páreo, o embrionário processo de *gentrification* em Aracaju guarda ainda muitas incompletudes. A metropolização tardia da cidade, que somente se acentuou nos anos 70 com os primeiros impactos na economia local advindos da exploração de petróleo, pode ser considerado um processo ainda incompleto. Somente a partir daquela década, com um maior crescimento do setor secundá-

rio na economia sergipana, verificam-se expansões urbanas, a exemplo das demarcações espaciais de zonas residenciais e um acanhado processo de verticalização do padrão arquitetônico. O processo de segmentação sócio-espacial de atividades, ou zoneamento urbano, que desde o início do século já atingia as principais capitais brasileiras, só muito tardiamente veio a ocorrer na capital sergipana.

De outro modo, a relativa indefinição de uma atividade econômica hegemônica, e com expressividade nacional, pulverizou o discurso sobre a imagem da cidade. Aracaju nunca possuiu claramente uma "identidade", no sentido simbólico de uma representação bem definida sobre seu modo de vida urbano. O processo de construção simbólica de uma imagem é recente e está em curso nas diversas formas de apropriação cultural e econômica da cidade. É nesse contexto que podemos localizar ações como a Reforma da Orla de Atalaia, a construção do Shopping Jardins e a formação de uma paisagem enobrecida em seu entorno, assim como a reforma da área do Mercado Central. A necessidade de situar Aracaju no fluxo (trans) nacional de mercadorias e bens simbólicos tem impulsionado uma nova onda de incentivo ao turismo na cidade, cujos investimentos públicos e privados se voltam, predominantemente, para as práticas urbanas que dão suporte aos processos de *gentrification*. Neste ponto, Aracaju parece estar em sintonia com as principais tendências mundiais do chamado "*cultural turn*".

Pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe têm, contudo, demonstrado o fraco apelo simbólico que estes espaços condensam. A Orla de Atalaia, a despeito de estar em um dos mais antigos bairros da cidade, não retém outro sentido que não o de lazer através da praia. No Projeto Orla, empreendimento financiado pelo Estado, a participação da iniciativa privada se deu pela ocupação dos novos espaços voltados à gastronomia. Contudo, a substituição dos usuários sofreu considerável redução, na medida em que parte dos antigos "barraqueiros" se deslocou para o espaço da areia, imprimindo uma ruptura aos padrões substitutivos de usuários, que geralmente predominam em intervenções dessa natureza.

O bairro Jardins, reinventado através do *Shopping*, tem sido um novo espaço de sociabilidades e consumo, mas não representa para seus usuários nada além da visibilidade pública e o status simbólico que oferece, materializado na curiosa rejeição dos novos moradores aos nomes de origem dos bairros circunvizinhos: tudo agora é *Jardins*.

No caso do Mercado Central, igualmente financiado pelo Estado, mediante recursos do Prodetur, houve uma exclusão de antigos "barraqueiros", mas parte dos antigos usuários se manteve na atual configuração do Mercado. A construção do mercado Albano Franco também contribuiu para uma manutenção dos usos, na medida em que assegurou práticas sociais semelhantes de consumo de gêneros alimentícios, já existentes

antes da reforma. Dos três casos, é o Mercado o que teria maior potencialidade simbólica, pelas suas características históricas, culturais e arquitetônicas. Mas apenas parcialmente o Mercado tem sido alçado à categoria de centralidade em Aracaju. Eventos como Precaju e Ferrocaju apenas se utilizam do amplo espaço disponível. A rigor, esses eventos poderiam acontecer em outros espaços da cidade, face às suas características predominantemente comerciais. Até mesmo a Rua da Cultura, que tem forte inflexão da cultura regional, não parece guardar relações simbólicas com o Mercado. Com características de *evento* quase itinerante, a Rua da Cultura já esteve na Vila Cristina e poderá migrar para outro espaço. Está hoje na área do Mercado mais pela estrutura espacial disponível para a realização de sua programação musical do que propriamente pelos sentidos que seus sazonais usuários atribuem àquele histórico espaço.

Estes aspectos sugerem que o enobrecimento em Aracaju é um processo dúbio, caracterizado por uma certa incompletude: por um lado, apresenta algumas de suas características; por outro, mantém ausente certos aspectos que impedem um enquadramento no lastro conceitual em uso, exigindo, em razão disso, uma nova formulação para uma explicação plausível sobre as práticas em Aracaju.

A explicação para a subsunção de uma característica básica do enobrecimento – a substituição de usuários – pode ser ancorada na inexistência de apropriação dos espaços enobrecidos, para os quais foram planejadas as intervenções. A razão para essa não apropriação pode ser explicada, em Aracaju, pela ausência de um real sentido de centralidade do espaço-alvo da intervenção. Não havendo um forte apelo simbólico no espaço, falham as possibilidades de que novos usuários se apropriem dos espaços revitalizados. Essa explicação retoma uma importante assertiva, já observada em outras pesquisas: os espaços incidem sobre as relações sociais, de modo que não bastam ações intervencionistas desconectadas dos sentidos atribuídos pelos agentes; é necessário que os espaços-alvo sejam possuidores de ampla significação. Embora os processos de *gentrification* se caracterizem justamente pela sua capacidade de construir novos espaços de centralidade, reinventando tradições, para que essas centralidades de fato alcem o estatuto de espaços centrais de sociabilidades, seria necessário que já retivessem sentidos de pertencimento para uma população mais ampla, para além dos usuários costumeiros (fato que poderia gerar uma alteração nos padrões de uso e no tipo de usuário presente).

Pesquisas sobre *gentrification* em outras cidades brasileiras, americanas e europeias têm demonstrado que, primeiro, a própria população se apropria dos espaços enobrecidos, para depois ser esses espaços apropriados por turistas. Se um determinado espaço não reter sentidos de centralidade suficientes para agregar a população local, dificilmente poderá potencializar práticas de consumo cultural. Dessa forma, se se pretende, através de políticas de revitalização urbana, incrementar o turismo, deve-se em primeiro lugar selecionar os espaços de intervenção entre aqueles que guardam maior significação para a população local e que seriam capazes de potencializar demandas e fluxos de novos consumidores.

É preciso ainda sublinhar que um dos principais impactos negativos das políticas de *gentrification* tem sido exatamente aquilo que as concretiza: a substituição de usuários que permite novos fluxos de capital pela extensão das práticas de consumo e que, invariavelmente, tem implicado em forte exclusão social. Esta avaliação é importante para o caso de Aracaju porque o “insucesso” das intervenções da Orla e, sobretudo, no Mercado Central permitiu, meio às avessas, a construção de um espaço menos segmentado e excludente do que aqueles que usualmente têm sido objetos das práticas de enobrecimento. Foi justamente o fato dos espaços de intervenção em Aracaju não reterem tanta eficácia simbólica que acarretou uma *gentrification* parcial que, por sua vez, não provocou uma substituição tão ampla dos usuários, minimizando os impactos de uma exclusão sócio-espacial.

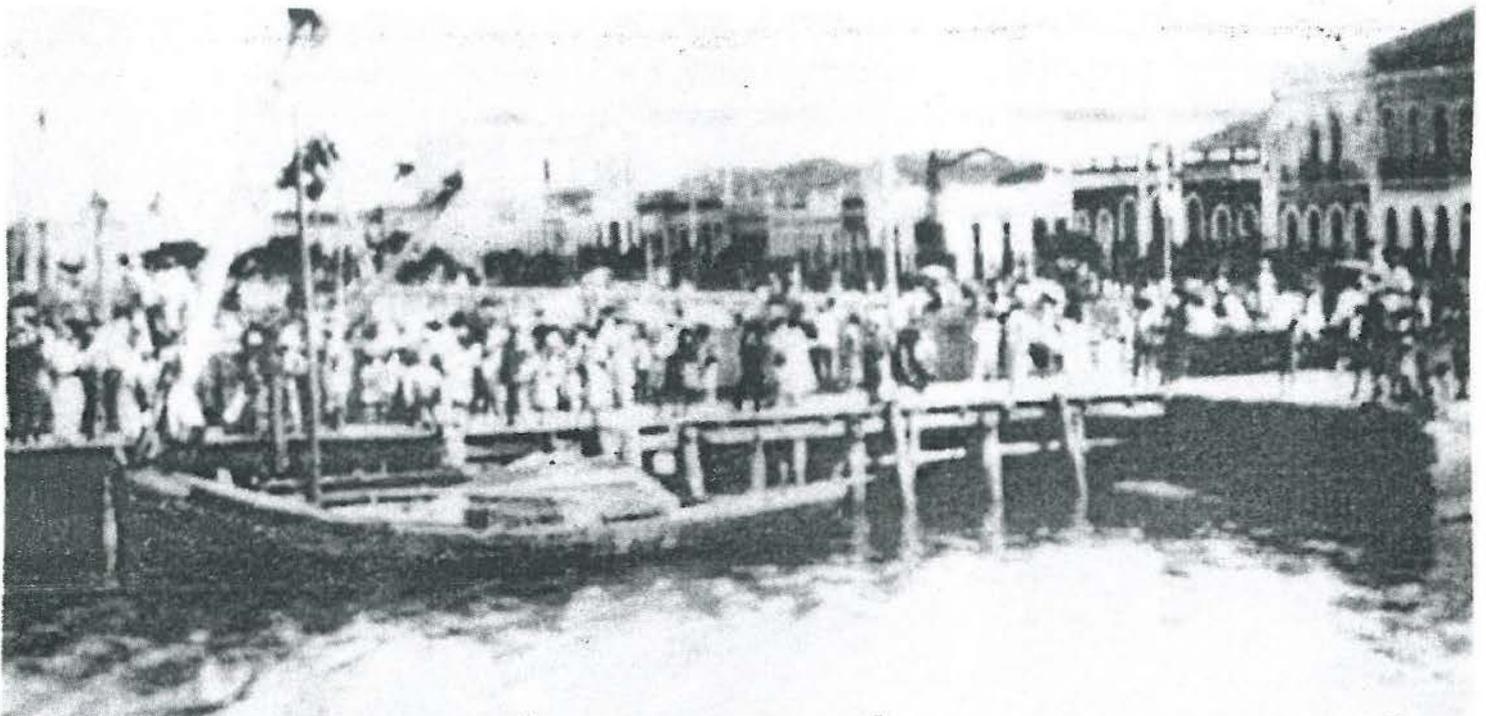
Por isso vale à pena indagar se o preço da exclusão sócio-espacial paga os eventuais retornos econômicos de processos de *gentrification* bem sucedidos. Em outras palavras, se compensa enobrecer uma cidade ao custo político da segregação sócio-espacial. Se Aracaju estiver um dia mais parecida com Nova York, que não fique apenas com o lado perverso dessa moderna vida urbana: que saiba cultivar também os ares libertos que a cidade oferece. Mesmo que para isso tenha que abrir mão de enobrecimentos monumentais que de pouco servem para a maioria da população que habita e tem direito à cidade.

NOTAS:

- 1 Smith, Neil. *The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city*. London and New York, Routledge: 1996.
- 2 Fortuna, Carlos. *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia*. Oeiras, Celta Editora: 1997.
- 3 Sukin, Sharon. *The Cultures of Cities*. Cambridge, Massachusetts, Blackwell: 1995.
- 4 França, Vera L. Alves. *Aracaju: estado e metropolização*. São Cristóvão: Editora UFS - Fundação Oviêdo Texeira: 1999.
- 5 Ribeiro, Neuza M. Góis. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife, Editora Massangana: 1989.
- 6 Araújo, Ticiane Ferreira. "O Projeto Orla". Relatório de Pesquisa. Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe, FAP-SE, 2002.
- 7 Lima, Sidney Matos. "Paisagens de História: o Mercado Central de Aracaju". Relatório de Pesquisa Pibic/UFS. Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais, UFS, 2002.
- 8 Nunes, Tales. "A Rua da Cultura em Aracaju". Relatório de Pesquisa, Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais, UFS, 2003.
- 9 Leite, Rogerio Proença. "Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 49, 2002.



ARQUITETURA Mercado Antonio Franco, após reforma arquitetônica e urbanística, tornou-se um dos pontos turísticos mais visitados de Aracaju



# Alguns mitos sobre Aracaju

Aracaju é uma cidade de múltiplos tempos e de múltiplos espaços. Nossa capital é um lugar de tempos acelerados e de tempos lentos. Aracaju também é diversidade: são muitas as geografias aqui existentes.

José Wellington Carvalho Vilar

Professor do CEFET-SE, Mestre em Geografia pela UFS e Doutor em Geografia pela UGR-Universidade de Granada (Espanha).

Cada um desses variados espaços parece ter identidade, vida própria, ainda que em permanente interação com o tempo histórico e com o mundo atual. Aracaju é uma cidade cheia de verdades, de imagens e de símbolos. É também plena de idéias equivocadas que conseguiram chegar ao grande público e se multiplicaram como verdades absolutas.

Um primeiro mito que se reproduz com facilidade é que a cidade está abaixo do nível do mar. Sempre achei essa "história engraçada" e minha imaginação fértil via Aracaju com *polders* ou molhes na Coroa do Meio, na Atalaia e na margem esquerda do Rio Sergipe para segurar a força das águas oceânicas. Claro que também cabe a hipótese do uso maciço de escafandros pelos aracajuanos. Em todo o caso, a imagem mais conhecida de Aracaju é a de um bela planície fluvial e costeira, com pequenas elevações e áreas inundáveis. Talvez por isso se tem reproduzido essa idéia de que a cidade estaria abaixo do nível do mar. Ou será pela impressão que se tem ao olhar a desembocadura do Rio Sergipe a partir da ponte da Coroa do Meio? Conhece-se pouco os elementos da nossa paisagem, da nossa geografia urbana, os contornos ambientais da cidade.

O ponto mais alto de Aracaju, com 92 metros de altitude, está localizado na APA (Área de Proteção Ambiental) do Morro do Urubu, no Porto Dantas. Outras áreas elevadas da cidade se encontram na zona noroeste, registrando-se alguns pontos com mais de oitenta metros no bairro 18 do Forte e na Cidade Nova. Em contrapartida, a partir do São José, poucos são os pontos da zona sul com mais de dez metros de altitude. Há em Aracaju uma associação entre condições de vida e topografia. Será uma simples coincidência ou será que os mais pudentes "escolhem" os lugares mais aprazíveis para morar?

Outra pérola reproduzida com muita força é que Aracaju é uma cidade planejada. Já ouvi discurso de gente renomada defender a idéia que nossa Aracaju é a primeira capital brasileira a ser planejada. Parece que nos orgulha sermos pioneiros em algo. Ou será a síndrome de menor

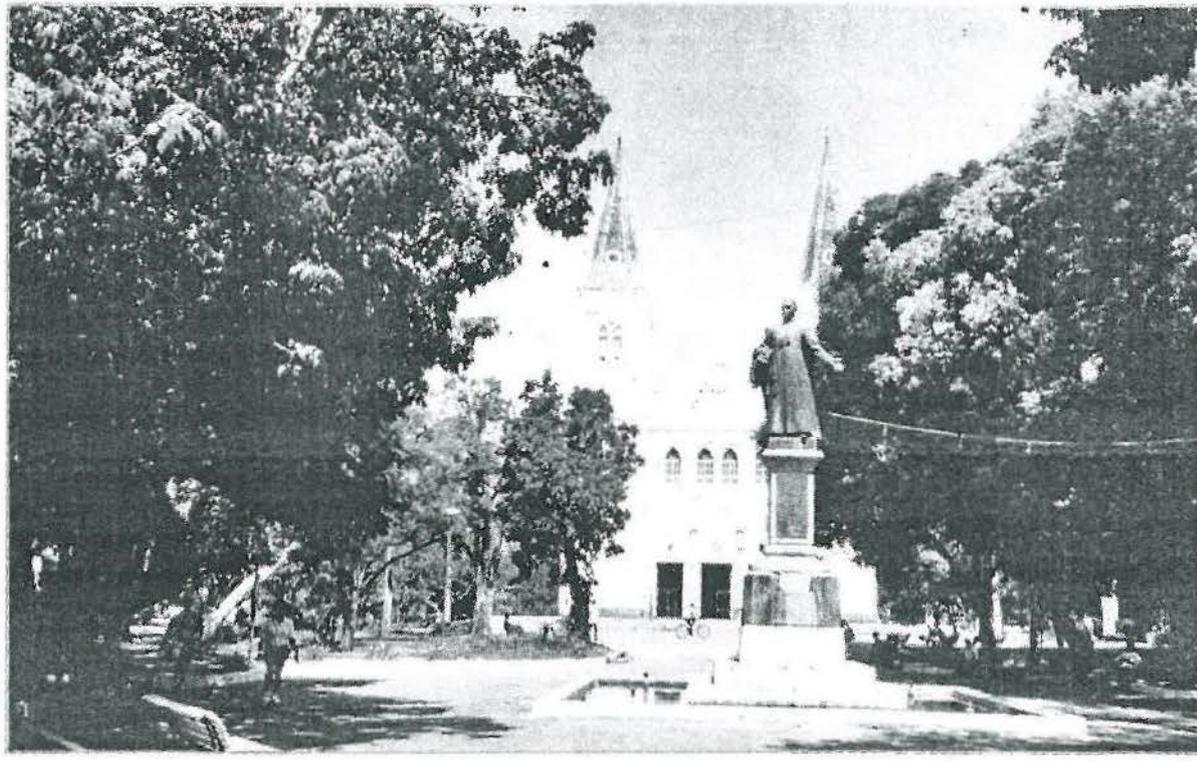
Estado da Federação que insiste em nos acompanhar? Será que num mecanismo de compensação, criamos fantasias para dar sustentação a nossa identidade? Sem aprofundarmos a discussão, podemos adiantar que planejar é preparar para o futuro, é conduzir conscientemente os destinos de um dado espaço. Nesse sentido, Aracaju dificilmente pode ser considerada uma cidade planejada. Planejamento urbano não se limita a um plano em quadricula ou em tabuleiro de damas, como ele é mais conhecido. O famoso quadrado de Pirro (Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro), que se confunde com as origens da cidade, não pode ser sinônimo de planejamento urbano. Quando Pirro projetou os 1.188 metros iniciais da cidade ele não estava pensando no crescimento desordenado e nos problemas de trânsito que hoje assistimos. O objetivo era construir rapidamente uma cidade e consolidá-la como capital provincial. Claro que a idéia de vanguarda e de uma cidade com ares de capital estava presente no discurso e na mente dos pioneiros e esse é o dado a ser considerado, não a idéia vesga de planejamento.

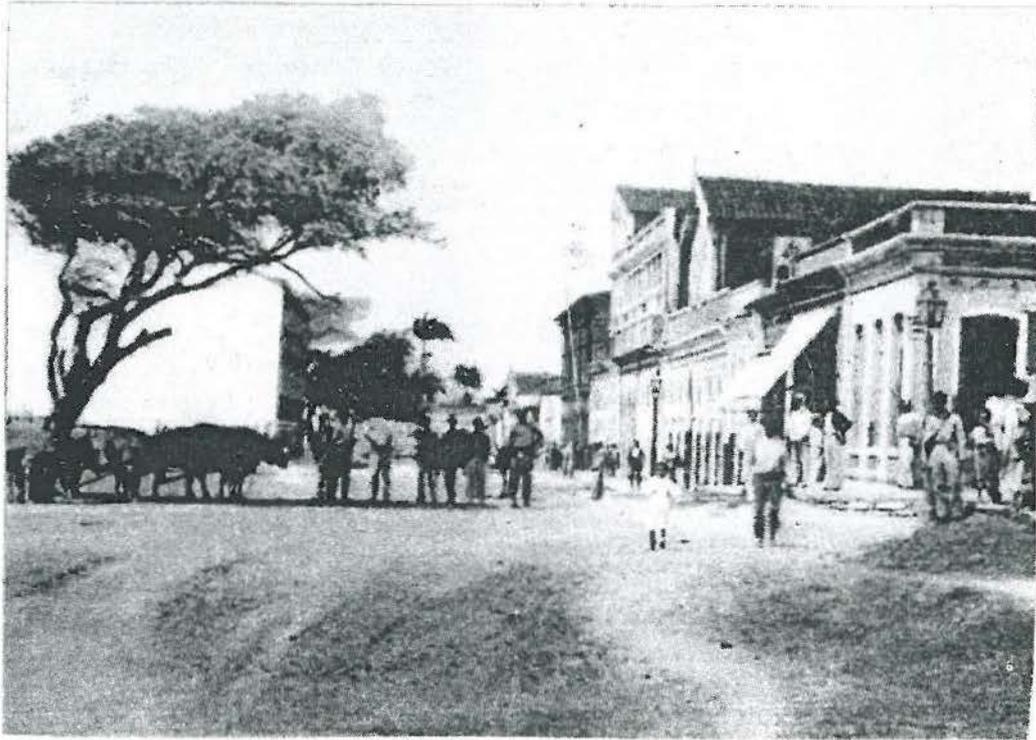
Sobre os bairros também reside muita confusão. Um bom exemplo é a delimitação realizada pela Prefeitura Municipal, em 1982. Essa divisão dos bairros de Aracaju parece que foi feita a "machado" - daria meu reino para conversar com o técnico que traçou as divisões da cidade - e por isso algumas áreas oficiais não tem apelo popular e ninguém sabe exatamente onde começa o seu bairro e onde ele termina. Os correios, a DESO e a Energipe que utilizam delimitações diferenciadas, também contribuem para essa confusão cartogeográfica que tende a se ampliar. Quantas pessoas em Aracaju conhecem os limites do bairro Capucho, do Novo Paraíso e do José Conrado de Araújo? Talvez muitas nem sequer conheçam esses bairros. O Lourival Batista é bairro ou conjunto residencial? Quem tem mais identidade é a Farolândia (bairro) ou o Augusto Franco (conjunto)? E o centro da cidade? Quais os seus limites? Mas não confunda o bairro centro com o centro comercial e muito menos com o centro histórico. Cuidado para não se perder em Aracaju.

Como conhecemos pouca a geografia da nossa cidade. É preciso dialogar - dialogar é preciso - com os componentes territoriais e sociais que dão vida e animação a nossa bela Aracaju, essa cidade cheia de charme, de luz, de mitos e problemas.



**PLANA E PLANEJADA** Dois dos principais mitos sobre Aracaju se referem à sua altitude, comumente associada ao nível do mar, e ao seu propalado planejamento, associado ao difundido "tabuleiro de damas"





# Pela memória fotográfica de Aracaju

Antigamente, apenas os escritos eram vistos como documento histórico. Hoje, entretanto, essa mentalidade está sendo superada. Outras formas de testemunho passam a ser encaradas como portadoras de informações históricas. É o caso da fotografia.



Naide Barboza  
Professora da rede estadual  
coordenadora da seção Audiovi-  
sual da Galeria Álvaro Santos e  
especialista em Turismo

Através dela, o histo-  
ria-dor pode perce-  
ber aspectos di-  
versos de uma soci-  
edade como: o coti-  
diano, os usos e costumes,  
mobiliário, etc. Ou seja, a  
fotografia documenta o vi-  
ver de uma sociedade, po-  
dendo ser utilizada como  
meio de conhecimento que  
permite ao pesquisador es-  
tudar o passado de um  
povo. Por isso, não se deve  
ignorar o seu valor docu-  
mental e o seu uso enquan-  
to fonte para à história.

Em 1988 recolhi velhas  
fotografias do Centro Histó-  
rico de Aracaju. O resultado  
tornou-se, em 1992, "Em  
busca de Imagens Perdidas:  
Centro Histórico de Aracaju  
1900-1940". Ao realizar tal  
pesquisa constatei que o  
acervo fotográfico existente  
sobre Aracaju antigo era  
pouco expressivo. Verifiquei  
a pobreza quantitativa e  
qualitativa dos acervos foto-  
gráficos tanto das institui-  
ções culturais quanto das  
particulares. Apenas o Pes-  
quise (Pesquise de Sergipe)  
e o IHGS (Instituto Histórico  
e Geográfico de Sergipe)  
possuíam um acervo mais  
rico. A coleção do Pesquise  
era o mais representativa no  
que diz respeito à primeira  
metade do século passado.  
Possuía 1904 (Hum mil e no-  
vecentos e quatro) exem-  
plares com temas diversos,  
e era o que mais oferecia  
condições para um retrato  
da vida social da época. As  
fotos mais significativas per-  
tenciam às décadas de 1920  
e 1930. O corpus fotográfico  
do IHGS era, então, consti-  
tuído por 1.145 (mil e cento

e quarenta e cinco) retratos  
tipo "Carte de Visite", "Cabi-  
ner" e fotos impressas em  
papel jornal, abrangendo o  
período que vai da segunda  
metade do século XIX até o  
século passado. Esse acervo  
de retratos é muito valioso  
para pesquisadores. É sur-  
preendente essa parcela tão  
reduzida de exemplares  
existentes nas instituições.

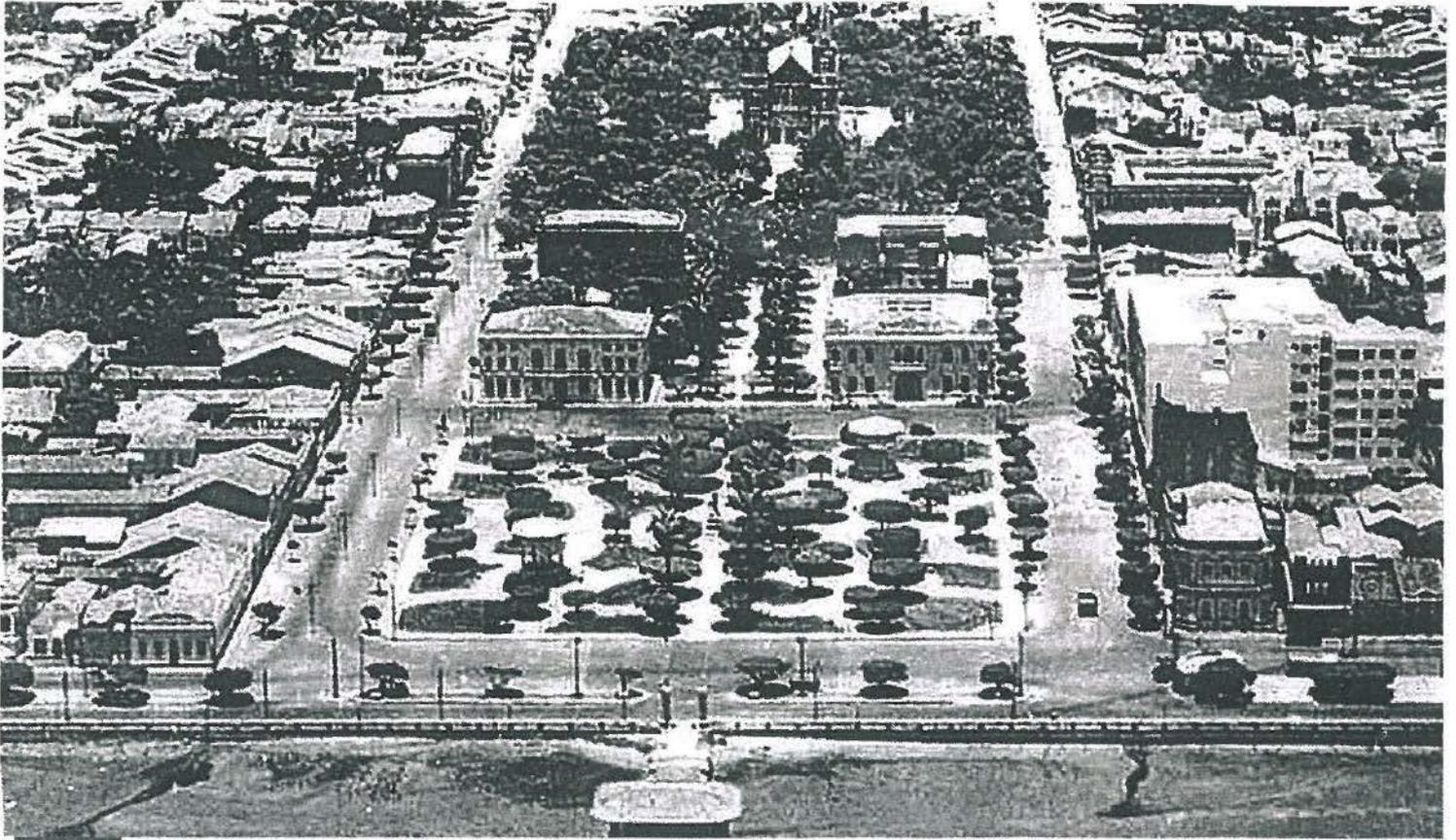
Através dessa pesquisa,  
percebi que poucos foram os  
fotógrafos que documenta-  
ram nossa sociedade, e que  
a quase totalidade dos re-  
gistros são de cartões-pos-  
tais do centro da cidade, pro-  
duzidos por fotógrafos de  
outros estados, encomenda-  
dos por governos em época  
comemorativas da cidade ou  
para divulgar obras das ges-  
tões municipal ou estadual.

Seu Artur Costa, o fo-  
tógrafo da Casa Amador-  
estúdio fotográfico loca-  
lizado à rua Itabaiani-  
nha- foi o sergipano que  
produziu mais registros  
da cidade. Parcela dessa  
produção foi reunida no  
"Albhum Fotográfico de  
Aracaju", publicado em  
1931. A coleção reúne  
fotos de pontos arquite-  
tônicos e urbanísticos do  
centro de Aracaju, naque-  
la data. Essa publicação  
não foi encontrada em  
nenhuma instituição lo-  
cal. Consultei um exem-  
plar na Biblioteca Nacio-  
nal, do Rio de Janeiro.

Frente a essa situação de  
escassez, medidas eficazes  
precisam ser tomadas para  
preservar o pouco que ainda  
sobra de nossa memória fo-  
tográfica, cujos registros se  
encontram dispersos nas ins-  
tituições culturais e em mãos  
de particulares. A fotografia,  
enquanto componente da  
memória da cidade, não deve  
ser esquecida. Para isso é ne-  
cessário descobrir novos  
acervos e preservar os exis-  
tentes. Revelando a vida do

povo, fotografias descoradas  
devem sair dos velhos baús e  
converterem-se em suporte  
de memória. Fotos de paisa-  
gens, edifícios, parques, tra-  
çados urbanos, veículos, bens  
de consumo, móveis, roupas,  
comidas, trabalhos, lazer, etc,  
servirão para reavivar o pas-  
sado.

Você que é aracajuano e  
quer preservar a história de  
sua cidade, lembre-se de  
que uma velha foto pode  
ser importante na reconsti-  
tuição do passado de nossa  
capital. Se você tem fotos  
antigas em casa, doe cópi-  
as aos museus, arquivos,  
memoriais e bibliotecas de  
Aracaju. A cidade de Inácio  
Barbosa agradece.



VISTA AÉREA Em primeiro plano as praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olympio Campos. Cerca de 1960

Os negros no  
Santo Antônio  
do Aracaju  
(1778-1855)<sup>1</sup>

Fernando Aguiar

Professor de História da África da UFS,  
Mestre em História Social pela FFCH/UFBA,  
bacharel em Comunicação Social pela UNIT  
e licenciado em História pela UFS.

A historiografia referente a Aracaju é muito negligente quanto à presença africana e de afro-descendentes. Apenas alguns poucos trabalhos tematizam o movimento abolicionista, as formas de resistência dos escravos, seus crimes e alforrias. Falta, assim, resgatar a importância desse segmento étnico no desenvolvimento e formação da nossa "Barbosópolis".

Apesar desse relativo silêncio, o estudo de José Sebrão Sobrinho, em *Laudas da História do Aracaju*, suprime parcialmente essa lacuna. Na obra em tela, Sebrão Sobrinho traz à tona informações preciosas sobre a presença dos negros livres na ocupação do chamado "Distrito do Santo Antônio do Aracaju", na época parte da vila de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba.

Consideremos alguns dos dados sobre os negros do Aracaju oferecidos pelo historiador itabaianense.

Conforme Sebrão Sobrinho, a presença de negros livres no Aracaju remonta ao século XVIII. A partir do ano 1736, através de Alvará Régio, o terreno compreendendo três léguas de comprimento por uma de largura, tendo como limites os "rios do Aracaju" e o "de São Cristóvão de Sergipe", tanto para o lado norte quanto de leste para o oeste, passa a ser domínio e posse de Manoel Martins Chaves. E, a partir deste, seus futuros descendentes, dentre eles, a mulata Chica Chaves<sup>2</sup>, senhora proprietária do Engenho Aracaju da Cotinguiba, mais tarde denominado Engenho Velho do Aracaju. Provavelmente o local onde hoje se encontra o Bairro Industrial, antigo Maçaranduba, e que à época tinha como limites a antiga Fonte da Nascente do Mané Preto, a Ribeira e o Reduto da Capela do Santo Antônio. Em 1778, o encapelado de Santo Antônio é instituído por Antônio Manoel Furtado, passando nesta data o padre Luís de Brito Soares a ser seu administrador.

A partir do primeiro quartel do século XIX, a povoação do Aracaju, jurisdicionada à Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, ganha prestígio e alguma notoriedade. Isso por sua grande barra, pela quantidade de terrenos e pela suas qualidades de produção. Torna-se o principal ponto estratégico para a defesa de Sergipe em todos os tempos.

Ainda segundo Sebrão Sobrinho, no local haviam se estabelecido famílias da elite sergipana como os Rollemberg, os Chaves, os Furtado de Mendonça, os Silva Travassos, os Silva Botelho, os Brito Soares, os Vale, os Braga. Ali também habitavam os pretos: **André Cardoso Negrão** e sua esposa **D. Maria Francisca**, agricultores; **Mané Preto**, grande proprietário e lavrador.

Quando da eclosão da Revolução de Santo Amaro (1836), o Juiz de Paz do Distrito do Aracaju, Januário José Muniz, convoca moradores dos Distritos de Santo Antonio e Olaria para, junto ao destacamento de Laranjeiras, debelarem o movimento revoltoso. O documento transcrito por Sebrão Sobrinho é muito precioso, pois traz a idade, a cor, o estado civil e a profissão dos moradores do Aracaju convocados para a missão.

A partir desse documento, temos referências suficientes para demonstrar que boa parte dos moradores da Ribeira de Santo Antônio do Aracaju era composta por pretos, libertos ou livres, boa parte com família constituída.

Dos 27 convocados pelo Juiz de Paz do Distrito do Aracaju, ~~dezenove habitavam efetivamente no reduto do Santo Antônio.~~ Os demais moravam na Olaria. Destes dezoito moradores do Santo Antônio dezesseis eram negros, dois brancos e um crioulo. Dos dezesseis negros, seis eram casados, quatro eram viúvos e seis eram solteiros. Dos seis casados, três eram lavradores, um navegante e dois pescadores. Entre os negros solteiros, três eram lavradores e os demais pescadores. Quanto aos viúvos: três eram lavradores e apenas um era pescador. As suas idades variavam de vinte a sessenta e nove anos.

Vê-se que os "negros do Santo Antônio" eram mais lavradores que pescadores ou navegadores. Viviam muito mais das plantações de "mandioca, cana, arroz, milho e feijão" e da produção do sal nas salinas do que da pesca ou da navegação.

No tocante ao tamanho das famílias, a média de membros por residência é de seis moradores por casa. Assim, não é muito especular que no mínimo cada preto casado residente no Santo Antônio tinha um total de seis filhos e de dois a quatro netos.

Outro aspecto que podemos deduzir é que esses negros residentes no Santo Antônio viviam de forma auto-suficiente: da terra tiravam os grãos, as frutas, as verduras e legumes, a farinha e o sal.

Além da agricultura, os negros do Aracaju viviam também da criação e do abate do gado. Assim, uma Resolução Provincial de 1853 determinava a criação de um matadouro público. Além disso, viviam de mercadejar na localidade, e além dela. Para além de todas essas atividades, vivia o Distrito também das rendas obtidas pelas suas olarias, pela sua produção de cal e do trabalho com o ferro.

Os negros foram, assim, um dos primeiros habitantes daquilo que seria depois parte da nossa capital.

Resgatar essa presença é fazer justiça aos esquecidos da história.

## NOTAS:

1 Artigo produzido a partir de leituras de Sebrão Sobrinho no seu livro *Laudas da História do Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1954.

2 Segundo o Dr. Ernesto Rodrigues Vieira, bacharel em Direito e contemporâneo de Chica Chaves, citado por PORTO, Fernando de Figueiredo. "Chica Chaves". In: *Alguns Nomes Antigos do Aracaju*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2003, p.140. Era Chica Chaves "uma mulata simpática, virtuosa e tratável (...) revelou-se sempre um espírito dosado de muita perspicácia e rara inteligência (...) sempre muito querida das pessoas gradas da terra. O seu sítio foi sempre o ponto escolhido pelos Presidentes na antiga Província para a realização de convêscotes."



**RUMO À EXPANSÃO** No processo de desenvolvimento urbano da nova capital a avenida João Ribeiro ligou o antigo núcleo ao quadrado de Pirro

# Um inimigo da mudança da capital: João Bebe-Água



**SÃO CRISTÓVÃO** João Nepomuceno Borges, o João Bebe-Água, nasceu em São Cristóvão no ano de 1823 e manteve o juramento de não pisar os pés em Aracaju

José Thiago da Silva Filho  
Historiador, professor, diretor de Cultura de  
São Cristóvão. E-mail: thiagofragata@ig.com.br

João Bebe-Água, nome de uma rodovia de acesso à ex-capital, afamou-se a partir da transferência da capital de São Cristóvão para a Vila de Santo Antônio de Aracaju, ocorrida em 17 de março de 1855. Vejamos o que se pode apurar sobre o homem, que, segundo a lenda, morreu obcecado pelo dia do retorno da capital, guardando fogos para o evento.

João Nepomuceno Borges nasceu em São Cristóvão no ano de 1823. Era filho do capitão Francisco Borges da Cruz e teve um irmão de nome Silvério da Costa Borges. Nada sabemos sobre a sua formação escolar, apenas que aprendeu a ler, escrever e calcular com maestria, sem a qual não desempenharia cargos públicos. Foi casado, conforme depõe seu contemporâneo Serafim Sant'iago, no *Anuário Christovense* (1920).<sup>1</sup>

Das ocupações ou empregos experimentados por João Bebe-Água, sabe-se que foi indicado escrivão interino da Alfândega e Mesa de Rendas, de Santo Amaro, no dia 7 de março de 1836. Com a transferência dessa Mesa de Rendas para Laranjeiras, em 11 de janeiro de 1837, foi nomeado amanuense interino, sendo demitido em 4 de outubro desse mesmo ano. Sem demora, foi promovido ao cargo de "patrão-mor" da Mesa de Rendas da Barra da Cidade, hoje Barra dos Coqueiros.<sup>2</sup>

Em 1847, o cidadão João Nepomuceno Borges continua morador de São Cristóvão, no "quarteirão n. 19", mais precisamente na atual rua João Bebe-Água. Essa rua chamava-se "rua do Varadouro" até o advento da República de 1889, quando foi rebatizada "rua da Nova Constituição". Sabe-se que naquela época [1855], João mantinha quitanda na própria casa, onde comercializa gêneros diversos.

São Cristóvão foi capital da Província até a assinatura da Resolução n. 413, de 17 de março de 1855, pelo então presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa. O documento representou a sentença de morte da economia da região do Vaza Barris e do Partido Liberal. João Bebe-Água, para quem não sabe, era membro desse partido e faliu em decorrência da mudança da capital.

A população sancristovense e a Câmara de Vereadores não assistiram passivamente ao processo de transladação das repartições públicas, como escreveu Felisbello Freire, o principal historiador sergipano.<sup>3</sup> Mesmo que João Bebe-Água não tenha arrematado 400 homens na praça da Matriz para evitar a mudança, como romantizou Manoel dos Passos de Oliveira Teles, o que dizer da ação terrorista de Manoel Francisco Santiago, esse "Nero" sancristovense, que inconformado foi preso em 31 de janeiro de 1858, portando tochas acesas para queimar as palhoças aracajuanas? O que dizer do projeto de lei de 1864, redigido pelo advogado José Florêncio dos Santos, defendendo o retorno da capital? O que dizer da Representação que a Câmara de Vereadores de São Cristóvão enviou ao Imperador D. Pedro II, acusando a ilegalidade do ato? O que dizer dos versos e pragas de maldizer que se propalaram nas ruas de São Cristóvão e Aracaju? Vê-se, portanto, o deslize de Felisbello Freire ao comparar a dita "frieza" dos sancristovenses, em 1855, com o furor dos santamarenses na Revolta de 1835.<sup>4</sup>

42  
84

Quanto à crença no retorno da capital, José Calasans Brandão da Silva afirma que João Bebe-Água representa o "sebastianismo sancristovense".<sup>5</sup> Concordo, entretanto o sebastianismo em pauta reveste-se de uma crença contextualizada, carente de uma interpretação sociológica especial. O sebastianismo que perdura em alguns pontos do Brasil e Portugal constitui a crença no retorno do rei português, Dom Sebastião, morto na África, em combate com os mouros, no ano de 1578; esse retorno passou a significar o retorno do poder português, o retorno da prosperidade e felicidade dos súditos portugueses. Em contrapartida, o sebastianismo que vicejava na ex-capital partira da esperança no retorno de Sebastião Gaspar de Almeida Boto à frente do Partido Liberal que restaurasse a prosperidade e felicidade dos sancristovenses. Neste sentido, João Bebe-Água foi um sebastianista do Partido Liberal.

Segundo conta Dariophanio de Campos, João Nepomuceno Borges publicou no pasquim do seu partido sob o pseudônimo Nunes Machado. Nunes Machado era, à época, o principal ícone do Partido Liberal no Brasil, desde que fora assassinado liderando os revoltosos da rua da Praia, em Recife, na eclosão da Revolução Praieira, em 31 de dezembro de 1848.<sup>6</sup>

Otimista, João Bebe-Água mudou de ocupação depois da falência nos negócios. Trabalhou como fiscal da Câmara de Vereadores de São Cristóvão, por volta de 1872, e arrendou terras de um sítio nos arredores do povoado Caípe. Assim, vivia de agricultura em 1881. ~~Infelizmente, os atuais proprietários do "Saco dos Borges" não são descendentes de João Bebe-Água: a toponímia está relacionada a Francisco Borges dos Santos como esclarece testamento velado no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Sergipe.~~

Durante os anos que sucederam à transferência da capital, o "jacobino sancristovense" manteve o juramento de não pisar em Aracaju. No período que observou piamente suas obrigações religiosas, João Nepomuceno Borges era membro da Irmandade do Amparo dos Homens Pardos, freqüentando a igreja do orago regularmente. Nessa irmandade, ele desempenhou quase todas as funções, foi sineiro, zelador, sacristão, tesoureiro, avalista e procurador.

Sobre suas características físicas, sabe-se que "era de baixa estatura e tanto gordo; tinha a cor de um pardo bilioso, cabelos amelhados; trajava jarreta conforme o costume antigo... trazia sempre na mão um lenço de rapé e uma catarina, como ele chamava uma figura de ponta de boi, onde conservava um bom-torrado [fumo] que a todos oferecia".<sup>8</sup>

Do torrado e da aguardente que permearam sua vida, a finada Maria Paiva Monteiro, a Dona Marinete, afirmava que seu pai tratava João Bebe-Água com desprezo. Dono de quitanda, Horácio Pio Monteiro não suportava alcoólatra. A octogenária explicava:

"papai odiava bêbado que cuspi em todo lugar, principalmente dentro do seu estabelecimento".<sup>9</sup> Pode-se deduzir que ele recebeu o epíteto "Bebe-Água" por causa da cachaça que apreciava. Tal constatação não é unânime. Fruto de pesquisa e imaginação, a peça teatral "João Bebe-Água", exibida na abertura do IV Festival de Arte de São Cristóvão (1975), de José Severo dos Santos e Alberto de Souza Oliveira, apresenta outra razão menos capciosa. Quando os velhos conhecidos o encontravam a prostrar nas calçadas e bancos de praça, cumprimentavam dizendo - Como vai, João? O que ele respondia - Bebendo água e rolando sem ser barrica?!<sup>10</sup>

Confirma ainda a saudosa Dona Marinete que João Bebe-Água tivera "duas amantes", uma chamada Sinhá do Teatro e a outra, Joana. Com essa ele teve uma filha, Adelina Passos, que morreu tuberculosa, na adolescência.

Quanto ao ano de morte de João Bebe-Água, há uma controvérsia. Os contemporâneos se atrapalham. Manoel dos Passos publicou **Sergipenses** em 1896, mas seu artigo-epitáfio é datado de 1895; Serafim Santiago afirma que o "o homem misterioso faleceu... em 1896". Em anos recentes, João Pires Wynn datou o enterro em 1896 sem apresentar provas. Por outro lado, Sebrão Sobrinho chegou a afirmar que o rebelde de São Cristóvão morrera em 1890. Apenas Pedro Machado, que desconhece o ano de morte, localiza sua última residência: "João Bebe-Água faleceu em sua casa ainda existente [1938], isolada e edificada ao lado direito de quem sobe a ladeira de São Francisco, perto do convento deste santo".<sup>11</sup>

Finalizando, gostaria de historiar o porquê da rodovia João Bebe-Água. Consta que a antiga estrada chamava-se Tomé da Rocha, em homenagem a um dos primeiros capitães-mores da Capitania de Sergipe. Entretanto, em 1938, São Cristóvão foi elevada à categoria de Monumento Histórico Nacional, mediante aprovação do Decreto-Lei n. 94, de 22 de junho daquele ano, assinado pelo interventor Eronildes de Carvalho. No embalo da euforia, o prefeito de São Cristóvão, Antônio Sílvia Bastos, através do Ato n. 8, de 6 de setembro do referido ano, mudou o nome da antiga estrada para Rodovia João Bebe-Água.<sup>12</sup> O feito intencionava preservar na memória da população e dos visitantes a alcunha daquele que deu a maior prova de *sanctividade* de todos os tempos: João Nepomuceno Borges.

**NOTAS:**

- 1 SANT'IAGO, Serafim. Anuario Christovense - 1920. **Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Manuscrito, p. 76.
- 2 SOBRINHO, Sebrão. **Laudas para a História de Aracaju**. Aracaju: Liv. Regina, s/a, p. 65.
- 3 FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. do Estado de SE, 1977, p. 304.

- 4 CAMPOS, Dariophanio de. **Cousas Passadas**. **Jornal do Povo**. Aracaju, ano III, n. 780, 15 de maio de 1917; TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. João Bebe-Água. In: **Sergipenses**. Aracaju: Typ. D'O Estado de Sergipe, 1896, p. 61.
- 5 GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **São Cristóvão del Rey**. Bahia: Imprensa Oficial, 1969, p. 9.
- 6 CHACON, Vamireh. (org.) **Joaquim Nunes Machado - Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara de Deputados, 1978, p. 33.
- 7 FRANCO, Augusto Pereira. **Compilações das leis provinciais de Sergipe - 1835 a 1880**. Aracaju: Typ. De Francisco das Chagas Lima, s/d, vol. II, p. 301.
- 8 SANT'IAGO, Serafim. Anuario Christovense - 1920. **Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Manuscrito, p. 77.
- 9 MONTEIRO, Maria Paiva. **Entrevista concedida a José Thiago da Silva Filho**. São Cristóvão, 25 de novembro de 1999.
- 10 SANTOS, José Severo; OLIVEIRA, Alberto de Souza. **João Bebe-Água**. **Acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Aracaju, manifestações culturais, cx. 56, doc. 1100.
- 11 TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. João Bebe-Água. In: **Sergipenses**. Aracaju: Typ. D'O Estado de Sergipe, 1896, p. 62; SANT'IAGO, Serafim. Anuario Christovense - 1920. **Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Manuscrito, p. 77; WYNNE,, João Pires. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972, p. 188; SOBRINHO, Sebrão. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Liv. Regina, 1972, p. 98; MACHADO, Pedro. João Bebe-Água. **Sergipe Jornal**. Aracaju, 17 de março de 1938.
- 12 MACHADO, Pedro. João Bebe-Água. **Sergipe Jornal**. Aracaju, 17 de março de 1938.

O povoado de Santo Antônio do Aracaju torna-se capital da Província de Sergipe

**Maria Thétis Nunes**  
*Historiadora, professora aposentada da UFS*

**A** mudança da capital da antiga cidade fundada por Cristóvão de Barros, nos idos de 1590, para as praias semidesérticas do povoado de Santo Antônio do Aracaju, confirmada pela Resolução nº 413 de 17 de março de 1855, marca um momento novo na história de Sergipe.

Esse gesto, aparentemente ousado do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, se enquadrava no período de progresso e transformação estrutural que vivia o Brasil a partir de 1850, e na política de Conciliação unindo conservadores e liberais, sob a batuta de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. Também era consequência do desenvolvimento que Sergipe vivia na década de 1850 com a valorização, nos mercados internacionais, do açúcar produzido em seus 655 engenhos existentes, concentrados, mais da metade, nos vales férteis da Cotinguiba. Torna-se, assim, imprescindível transferir a capital para uma região de condições geográficas favoráveis a um porto de exportação, como era aquela situação próxima ao estuário do rio Sergipe, a barra da Cotinguiba como era conhecida. O eixo político deveria coincidir com o eixo econômico, norma dominante na geopolítica da época.

Nesse ano de 1855, era animador o ritmo das exportações sergipanas. A população da Província alcançava 132.644 habitantes, dos quais 23.440 eram escravos. A população livre se distribuía por diversas atividades econômicas além da agricultura, demonstrando que se ia diferenciando a estrutura ocupacional, tendo ênfase o setor terciário. Começava a adquirir importância a vida urbana. Ao lado da velha capital, destacavam-se as cidades de Estância e Laranjeiras, elevadas e esta categoria em 4 de maio de 1848, e as vilas de Maruim, importante centro comercial, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Rosário, Simão Dias, Campos, Capela, Espírito Santo, Itabaianinha e Socorro, num total de 13.

Crescia, também, o número de alunos matriculados nas escolas de primeiras Letras e nas aulas de Humanidades. A vida cultural sergipana demonstrava então sinais evidentes de progresso e agitação, sobretudo através dos jornais que apareciam uns ligados aos partidos políticos, outros de feição noticiosa, literária e humorística. Surgia uma geração inquieta, que buscou no Romantismo novos caminhos de

inspiração. Atuaram principalmente, em Estância, rompendo caminhos para que a terra, a paisagem sergipana, a sua história, os costumes, tudo que integrava o nosso patrimônio cultural "passe a ser, se não o motivo e substância, pelo menos ponto de referência das produções literárias dos nossos escritores", no dizer de Jackson da Silva Lima.

A atividade ousada e corajosa do presidente Inácio Joaquim Barbosa retirava da vestuta e tradicional cidade de São Cristóvão a sede do governo. Abandonava-se um núcleo urbano de mais de 1.500 habitantes, onde atuavam oito sacerdotes, quatro médicos e dois advogados com palácio imponente, conventos e igrejas seculares, belos sobrados residenciais, para um povoado semidesértico de rústica e toscas habitações em meio de areias e mangues,

"Sem dúvida no Aracaju tudo está por fazer, mas é justamente o que ele tem de melhor", dizia, alvissareiro, o comunicado da mudança da Capital, divulgado no Correio Sergipense dois dias após o acontecimento.

O cancionista popular, porém, não tinha esse otimismo para com a nova cidade que emergia dos mangues e apicuns banhados pelo rio Sergipe.

"Aracaju não é cidade  
Nem também povoado  
Tem casinhas de palha  
Forradas de melão"

Inúmeras foram as dificuldades a serem vencidas para que Aracaju vivificasse. Com o falecimento do seu fundador em outubro do mesmo ano da mudança, acentuaram-se os obstáculos naturais que deveriam ser enfrentados por sua obstinação". Pobre cidade do Aracaju, nos dias tristes e agitados de 1855", definiria seu historiador José Calasans.

Mas a nova capital começou a desenvolver-se vencendo os charcos e as endemias. No ano imediato à transferência já era registrada uma população de 1.484 pessoas. Os engenheiros major Sebastião José Basílio Pirro e o capitão Francisco Pereira da Silva foram estruturando a jovem cidade. Os principais edifícios, como o Palácio do Governo, vão sendo construídos, e razão tinha o visitante alemão Avé-Lallement, quando escreveu em 1859: "Nos quatro anos decorridos desde a função da cidade, já se tem feito muito em Aracaju, está-se fazendo quase outro tanto" o que confirmaria as impressões do Imperador Pedro II, quando a visitou em 1860.

E Aracaju foi desenvolvendo-se vencendo o desafio do meio geográfico, tornando-se, realmente, além do centro político, o centro econômico e cultural de Sergipe.

58  
46  
84

# De odalisca a estrela: Aracaju em dois poemas oitocentistas



**RIO** Um componente da geografia de Aracaju tematizado nos poemas do  
**SERGIPE** literato estanciano José Maria Gomes de Sousa (1839-1894)

Byron Anderson Costa Bastos  
Graduando do curso de Licenciatura em História – UFS

*"Deixe que lhe mostre a minha cidade. Aracaju! Cidade que para mim é Poesia, é nesga de céu, é trecho de canção, é pedaço de infância, é farrapo de eternidade"*

Mário Cabral

**É** quase sempre nobilitante ser objeto de inspiração artística. Aracaju, nossa hoje sesquicentenária capital, já é acostumada a esses mimos artísticos. De Gilsa Borges a Santo Souza, de Alcides Melo a Paulo Lobo, nossa cidade já figurou como musa inspiradora de variada produção literária<sup>1</sup>. Nestes textos poéticos vê-se imagens, sentimentos que a cidade acendeu nos artistas ao longo da sua história.

Capítulos dessa história, podem ser vistos em dois poemas, compilados por Sílvio Romero no seu *Parnaso Sergipano*<sup>2</sup>: *Aracaju (Quando tinha três anos de fundada)* e *Aracaju (trinta e cinco anos depois)* de autoria do literato estanciano José Maria Gomes de Souza (1839-1894). O autor exerceu as funções de médico, professor, funcionário público e jornalista. Trabalhou em Estância, Aracaju e em Minas Gerais, aonde veio a falecer.

Os poemas aludidos se enquadram no Romantismo, última grande época cultural da Europa, que começou em fins do século XVIII e durou até meados do século XIX. No Brasil, o Romantismo enquanto estilo literário pode ser identificado em meados da década de 30 do século XIX, até finais de 1870. José Maria foi o representante máximo, em Sergipe, da poesia romântico-condoreira, marcada pelo lirismo retórico, recheado de metáforas, antíteses e hipérboles. Vejamos mais de perto, como Aracaju é focalizado nos dois poemas.

No primeiro, Aracaju ainda se afigurava muito distante do projeto de Pirro. A rudeza das primeiras construções, a "exuberância" natural levam o poeta a ver Aracaju como exótica, primitiva: "Quem viu a fresca ~~oada~~ / Do rio à margem sentada? / Descantando uma toada / Aos doces sons do arrabel / Já viu, sentada indolente / Exposta aos beijos da aragem / Do Contiguiba na margem / Do norte a terra novel."<sup>3</sup> No entender do autor, Aracaju lembra uma mulher sensual, ao estilo da cigana Esmeralda do **Corcunda de Notre Dame**, dançarina misteriosa e quiçá perigosa. Ainda displicentemente, em trajas leves, tocando um instrumento de cordas peculiar aos mulçumanos, os mouros, os pagãos. É o paganismo no aguardo da civilização.

O embate do homem contra a vigorosa natureza, mais detidamente contra o Rio Sergipe, charcos e mangues que pululavam na cidade, também é tematizado por nosso poeta. Para ele, quem viu a cidade, "Já viu, mordendo a planta / Rolar o rio iracundo / Ou soluçar gemebundo / Como se amores sentisse".<sup>4</sup> Aqui a natureza assume sentimentos propriamente humanos, profanada em toda sua serenidade. Mas essa profanação, não se deu com muito sucesso, ao menos inicialmente. Os implantadores da nova capital padeciam ao tentar transformar um "invadeável alagadiço" numa área urbanizada. Que o diga Dom Pedro II, que, ao visitar Aracaju em 1860, observava "talvez tivesse sido melhor abrir canal reunindo o Vasa-Barris ao Contiguiba do que mudar a capital, inutilizando-se quase tantos edifícios."<sup>5</sup>

Essas questões não afligiam em nosso poeta. Para ele a precariedade material, resultante da hostilidade do meio natural, era motivo de exaltação: "Eu amo tão linda terra / Onde os ventos de contínuo / Vem cochichar o seu hino de gratidão ao Senhor". Mais ainda, "Amo nas noites de estilo / Os raios da lua cheia / A refletir-se na areia / Na branca areia da praia"<sup>6</sup>. Na acepção do poeta, essa exuberância natural seria como que um indício de brilhante destino. Não só isso: um sinal de que a nova capital era uma dádiva da providência divina, como fica exposto nos versos acima e nos que seguem: "Ridente estrela do Norte / Serena te seja a sorte / Que Deus ao nascer te deu"<sup>7</sup>. Como diz Antônio Cândido "para o romântico, a natureza, é sobretudo uma fonte de mistério, uma realidade inacessível, contra a qual vem bater inutilmente a limitação do homem... Em lugar de senti-la como um problema, adora-a e renega-a, sucessivamente, sem desprender-se do seu fascínio nem se pacificar ao seu contato"<sup>8</sup>.

A natureza é organismo, uma unidade, capaz de se desenvolver ao longo do tempo as suas potencialidades. Aracaju é cidade primitiva, caminhando rumo à civilização.

O Rio Sergipe é outro objeto da devoção do poeta, na primeira composição. Isto denota o respeito e a importância desse curso d'água no processo de mudança da capital. Lembremos que a necessidade de um porto para o escoamento da produção açucareira, ligava-se diretamente à fundação de Aracaju. O rio é, no poema, a jóia que adorna o dorso da impúbere cidade: "Salve, formosa Província / Que no teu flanco possante / Encerras o mais brilhante / O mais soberbo tesouro / Pois dentre as c'roas virentes / Dentre os troféus gloriosos / Que te enobrecem vaidosos / É este o mais belo louro".<sup>9</sup> O Sergipe seria a redenção para a claudicante situação econômica da Província de Sergipe Del Rei. Os antigos romanos elegeram o louro como emblema da glória. É o louro "símbolo da imortalidade, conota ainda, a sabedoria unida ao heroísmo"<sup>10</sup>.

Mesmo quando reconhecia a necessidade de melhoramentos materiais, o poeta não perdia a oportunidade de encetar sua visão positiva da novel capital: "Salve esboço começado / De Veneza senhoril".<sup>11</sup> Aqui a cidade é apenas um esboço que se inicia, mas não um qualquer, esboço que se aproxima da Sereníssima cidade italiana, importante porto comercial da Idade Média. José Maria vislumbrava em Aracaju o marco divisor de uma nova época: "Entre o porvir e o passado / És a linda divisória". O surgimento de Aracaju que traria de novo? É que estávamos numa época, pós 1850, de crescentes progressos materiais, da primeira locomotiva na corte (1854) e da iluminação a gás, muito embora não se sentisse em Sergipe esses melhoramentos. É um período marcado pela gestação de novas formulações sociais, conforme aponta Fernando Porto<sup>12</sup>.

Mesmo diante dos areais e brejos do Aracaju, nosso poeta não hesita em nobilitar a capital de Inácio Barbosa: "Nascente, como a Minerva / Brandindo o gládio nítido / És a minaz combatente / Do futuro pela glória".

A deusa Minerva, a Atena dos gregos, é a patrona da sabedoria, da razão, preside as artes e a literatura e a filosofia de modo particular. A deusa é sinônimo de desenvolvimento e melhoria constante. Difícil imaginar imagem mais apaixonada e sublime para firmar a crença em Aracaju como portadora do progresso, da novidade.

Cabem ainda palavras em relação ao instrumento que arma a deusa: o gládio. Essa espécie de espada ou punhal, que simboliza poder e força, é muitas vezes visto como uma arma de decisão, um instrumento da verdade operante. O Cristo do Apocalipse, por exemplo, tem à boca um gládio afiado de dois gumes, símbolo do fogo e da verdade que ilumina como relâmpago (Ap 1: 16 - 17). O nascer da nova capital representa, para o poeta, não só um novo tempo, é também um exercício de purificação, um processo ao estágio civilizador. É o contraste das trevas espancadas pela luz; da luta perpétua do bem contra o mal; é a obsessão do progresso, da marcha dos séculos, tão cara à poesia de Castro Alves.<sup>13</sup> Aqui, pode-se fazer uma ligação com o segundo poema, onde natureza e cultura estão em aberto conflito.

Em "Aracaju (trinta e cinco anos depois)", o tomlouvaminheiro à natureza dão lugar a uma sede de "progresso" e de "civilização". Têm-se ainda peleja entre a razão humana e o meio natural. A antes majestosa natureza surge como obstáculo ao brilhante futuro da "ridente estrela do norte". Diz o poeta "Cantei-te quando seminua e linda / Do mar surgias úmida sereia".<sup>14</sup> A mesma displicência da odalisca, acrescida dos perigos da sereia, monstro da mitologia grega que atraía os navegantes com o seu canto, é a "cruel cantora". Logo, um obstáculo à racionalidade preenhe de progresso é o que a natureza representa. É, sobretudo, o desejo que o aspecto "primitivo" da nova capital seja superada e que "Sobre as formas pagãs de uma Sereia / Vestes à européia lhe talhara".<sup>15</sup> A Europa aparece como modelo de civilização a ser seguido. Uma idéia de civilização, e de progresso, sobretudo cristã, que chega para apagar a "mancha" do paganismo. O elemento natural é sobreposto pelo europeu-cristão: "Lasquem-se os troncos dos ipês vetustos / Ergam-se [sic] altares; num altar Jesus".<sup>16</sup> Aqui, comparece mais uma vez, a força da providência divina industriando os destinos de Aracaju. A novidade nesse poema é a junção desse providencialismo com um evolucionismo, típico dos poetas românticos. "Crescer: tal é a lei da humanidade / Crescer, subir a topetar com os astros"<sup>17</sup>. A idéia de luz que sobe e de leis que regem o processo histórico são tributárias do iluminismo - evolucionismo. Era a luz da razão guiando a evolução da nova cidade, combinada com a providente mão divina. Para o poeta, chegava a hora de Aracaju acertar o passo com o progresso, superando as adversidades.

O homem, municiado de razão e norteador por Deus, é o grande personagem do segundo poema. A ele cabe impulsionar a eclosão da nova capital, talhando o progresso. "Audaz mergulhador, o humano esforço / Foi buscar-te do pélagos no fundo / E assentou-te do Atlântico no dorso!"<sup>18</sup> A esse homem, que ajudou a cidade nascer, agora tem como missão "Enceta a luta íngente do trabalho / Fronte a perder [sic] ao peso das idéias / A mão calosa de vibrar o malho."<sup>19</sup> É este o perfil do "aracajuano" na visão do poeta: homem disposto a enfrentar as vicissitudes e com a cabeça "pesada" de idéias. Além disso, parece aqui uma forte interferência da biografia do autor. Armindo Guaraná, biografando o poeta, enumera vários discursos proferidos por este na Maçonaria, o que induz a suposição de que o poeta tenha figurado nos quadros dessa instituição.<sup>20</sup> Essa idéia é reforçada por ter a Maçonaria um ideário fundado na Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade. O malho que caleja a mão, é, na simbologia maçônica "símbolo da inteligência que age e persevera;

ele dirige o pensamento e anima a meditação daquele que, no silêncio de sua consciência, procura a verdade."<sup>21</sup> Razão e perseverança, no entender do poeta, são condições *sine qua non* para o progresso da cidade.

Anos difíceis esses da infância de nossa Aracaju. Muitos dos primeiros povoadores foram acometidos de "febres intermitentes". A cólera se alastrou até princípios de 1856 e levou à morte o fundador Inácio Barbosa. Uma capital em que os habitações não passavam de "rústicas construções de taipa, casas de paredes lisas"<sup>22</sup>. Aracaju afastava moradores e investidores, que não se arriscavam a ligar seus destinos à cidade. O poeta reconhece que Aracaju ainda não havia atingido seu ideal: "Quero te ver soberba, altiva e grande / Impor teu nome ao mais distante pólo: / Cruzem vapores mil teus largos rios / Carregando as riquezas do teu solo".<sup>23</sup> E aqui ele dá sua receita para tirar Aracaju, e Sergipe, do marasmo: o vapor, símbolo do progresso no século XIX; e as exportações, seguindo o velho mote mercantilista da balança comercial favorável.

O confronto entre civilização e natureza, antítese primeira desse poema, se exprime de forma patente nesses versos, hoje politicamente incorretos: "Aos garganteios da araponga estrídulos / suceda o ruído de oficinas mil / E, fumo negro as chaminés bufando / tisnem a limpidez do céu anil / Que ao supremo poder da inteligência / Curvem-se o ar, o vento, a onda, o serro."<sup>24</sup> Sem dúvida, nestes versos, a destruição da natureza aparece como condição natural para a implantação de indústrias, sinônimo de civilização. Aracaju surge então, na pena do poeta, como o "coveiro" desse sistema, traz ainda consigo o primado da razão, a modernidade, as indústrias e o comércio. Enfim, uma nova etapa da história de Sergipe, uma era de progresso.

José Maria Gomes de Souza foi um dos poetas sergipanos que ignorou por completo o indianismo de um Gonçalves Dias ou de um José de Alencar.<sup>25</sup> Exemplo disso vê-se nos versos: "Oh! Fora belo ao som das cachoeiras / Casar-se o santo estremecer do prelo / Ao arco estéril do tapuia inglório / Prepor a pena do escritor - é belo". Nessa imagem tudo o que se aproxima da natureza não produz frutos; ao contrário, o que provém do intelecto assume um estatuto quase "divino". A razão, conforme tal visão, está num patamar superior à natureza. É como se Aracaju estivesse caminhando por meio de estágios de evolução que iam da natureza inanimada até as formas de vida mais complexas.<sup>26</sup>

Os poemas de José Maria Gomes de Souza, aqui analisados, são além duma declaração de amor, uma afirmação da nascente identidade aracajuana. Uma cidade que teve e tem como marca a produção e irradiação de novos valores e idéias. Nosso poeta não viveu para ver os traços de Pirro vencerem, ao longo da primeira metade do século XX, os areais e brejos. Todavia, o poeta deixou o seu desejo e crença numa cidade que tivesse como marca a independência, o trabalho, a inteligência e, sobretudo, a perseverança.

NOTAS:

- 1 Ver: NUNES, Verônica. Aracaju: Um olhar sobre o patrimônio. In Revista de Aracaju. Vol. 10, Aracaju, pp. 44- 62, 2003.
- 2 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 79 –83.
- 3 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 79.
- 4 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 79.
- 5 Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em Janeiro de 1860. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n.26, p.64-78, 1961-1965, p. 71.
- 6 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 79/ 80.
- 7 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 79/ 80.
- 8 CÂNDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. V.2 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 31.
- 9 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.81.
- 10 CHEVALIER, Jean e GHEERBART, Alain. Dicionário de Símbolos. Com a Colaboração de André Barbault... [et al]. Coord. Carlos Sussekind; trad. Vera da Costa e Silva [et al]. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p. 560.
- 11 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.80.
- 12 PORTO. Fernando Figueredo. A Cidade do Aracaju. 1855 – 1865: ensaio de evolução urbana. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe / FUNDESC; 1991. P. 16.
- 13 CÂNDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. V.2 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 268.
- 14 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.81.
- 15 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.81.
- 16 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.81.
- 17 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p.81.
- 18 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 82.
- 19 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 82.
- 20 GUARANÁ, Armindo. Dicionário Biobibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro: Pongetti 1925. pp. 175 – 176.
- 21 CHEVALIER, Jean e GHEERBART, Alain. Dicionário de Símbolos. Com a Colaboração de André Barbault... [et al]. Coord. Carlos Sussekind; trad. Vera da Costa e Silva [et al]. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p. 577.
- 22 PORTO. Fernando Figueredo. A Cidade do Aracaju. 1855 – 1865: ensaio de evolução urbana. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe / FUNDESC; 1991. p. 39.
- 23 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 82.
- 24 ROMERO, Silvio. Parnaso Sergipano. Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro. Imago, 2001, p. 82.
- 25 LIMA, Jackson da Silva. História da Literatura Sergipana. Aracaju: FUNDESC, 1986. v. z. Fase Romântica. p. 70.
- 26 ROMERO; op. Cit., 82.

# O brasão do Barão de Maruim<sup>1</sup>

A nobreza sergipana formou-se a partir de 1848. Neste ano, D. Pedro II concede o primeiro título de nobreza a um sergipano. É formada basicamente por barões e apenas um visconde. Fazem parte desta nobreza, também, as baronesas. É portanto uma de "segunda classe", ou seja, constituída por barões e visconde, nível mais baixo da hierarquia nobiliárquica.

A nobreza sergipana é formada pelos seguintes nobres: Antônio Dias Coelho e Mello (Barão da Estância), Antônio Enéas Gustavo Galvão (Barão do Rio Apa), Bento de Melo Pereira (Barão de Cotinguiba), Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga), Felisberto de Oliveira Freire (Barão de Laranjeiras), Francisca de Assis Dantas e Melo (2ª Baronesa da Estância), Gonçalo de Faro Rolemberg (Barão de Japaratinga), João Gomes de Melo (Barão de Maruim), Joaquina Hermelina da Costa Vieira (Baronesa do Timbó), José da Trindade Prado (Barão de Propriá), José Ignácio Accioli do Prado (Barão de Aracaju), Lourença de Almeida Vieira (1ª Baronesa da Estância), Manuel Gomes Ribeiro (Barão de Traipú), Maria Cândida de Souza Bastos (Baronesa de Laranjeiras), Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco (2º Barão de Itabaiana) e Rufino Enéas Gustavo Galvão (Visconde de Maracaju).

Esses nobres eram naturais de Sergipe, embora, muitos deles não vivessem ou permanecessem muito tempo na província.

Alguns nobres sergipanos, além dos títulos de nobreza, possuíam títulos honoríficos. É o caso do Barão de Maruim, possuidor da condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Quanto aos títulos de nobreza sergipana, se enquadram na modalidade de nomes de lugares, rios e acidentes geográficos honoríficos. Os nomes dos lugares presentes nos títulos sergipanos, em sua maioria, são de origem tupi. Assim a nobiliarquia brasileira valorizava o nacional, no espírito do Romantismo.

Os títulos nobiliárquicos sergipanos foram concedidos pelo soberano. O Imperador através de um decreto imperial. Quanto ao aspecto temporal, os títulos dos sergipanos eram concedidos apenas por uma vida. Ou seja, não eram hereditários.

Os nobres sergipanos se destacaram na condição política, socioeconômica e intelectual na Província e no Império. Exerciam liderança e prestígio político no cenário local e nacional. Em sua maioria eram homens públicos do sistema administrativo imperial, detentores de cargos como vereador, deputado provincial, presidentes e vice-presidentes de províncias, senadores e ministros.

Por outro lado, a nobreza provincial era militar. As maiores partes dos agraciados possuíam carreira nas armas da Guarda Nacional ou do Exército. Era uma nobreza com privilégios, isenções, liberdades, mercês, franquias e todas as honras comuns todos os fidalgos e nobres do Império.

O primeiro nobre genuinamente sergipano é o Tenente-coronel João Gomes de Melo. Ele é agraciado pelo Decreto Imperial de onze de outubro de 1848, com título de Barão de Maruim.<sup>2</sup> Posteriormente, com o Decreto Imperial de dois de dezembro de 1854. É agraciado com as Honras de Grandeza, passando a Barão de Maruim com Honras de Grandeza.<sup>3</sup> João Gomes de Melo filho de Teotônio Correa Dantas e Dona Clara Angélica de Menezes nasceu no município de Maruim no engenho Santa Bárbara, em 18 de setembro de 1809, e faleceu em 23 de abril de 1890 no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Ele foi fazendeiro, Comandante Superior da Guarda Nacional, Vice-presidente da Província de Sergipe, Deputado Provincial e Geral, e Senador do Império.

João Gomes de Melo foi personalidade muito importante na província e no Império. A ascensão política o levou até ao senado vitalício no Segundo Reinado. Sendo assim, tinha o tratamento de "Augusto e Digníssimo Representante da Nação", oriundo dos cargos de deputado geral e senador.

O brasão do Barão de Maruim com "Honras de Grandeza" é passado em 11 de Junho de 1867. O escu-

do partido na vertical (pala), é constituído pelas seguintes peças: no lado direito (destra), há o escudo de prata com um leão de sable (negro) rompante. No lado esquerdo (sinistra) com a cor vermelha (goles) seis besantes de prata entre um dobre cruz de ouro.<sup>5</sup> Além, das peças internas do brasão (leão, besantes e dobre cruz), possui uma coroa de barão com honras de grandeza.<sup>6</sup>

A prata, presente no brasão de João Gomes de Melo, Barão de Maruim, está associado com a inocência e a pureza. Aqueles que a tinham em seu brasão estavam obrigados a defender as donzelas e a amparar os órfãos.<sup>7</sup> A presença da cor negra no leão rompente indicia a dedicação ao príncipe até a morte; ou o luto pela morte de algum grande personagem significa ainda o socorro aos homens de letras e às viúvas. Talvez a cor negra do leão sugira a suposta morte por envenenamento de sua esposa e enteada D. Maria de Faro Rollemberg, um fato que ocasionou discordâncias entre os familiares, na década de 1860. A cor negra simboliza ainda, fortaleza, constância, tristeza, prudência, morte, luto, dor, simplicidade, sabedoria, ciência, honestidade, firmeza, obediência, moderação, silêncio e segredo.<sup>8</sup> Conforme as convenções da armaria.

Já o Leão caracteriza domínio e proteção, atributos de um superior frente àqueles que domina. Insinua ainda força, grandeza, coragem, nobreza de condição. A presença desta peça evidencia que o Barão tinha gozo de direitos políticos e econômicos e também a sua condição de homem de sabedoria, capacidade e virtudes.

A cor vermelha, presente no brasão do Barão, está associada ao valor e a intrepidez. Seus portadores deviam socorrer os injustiçados e oprimidos. Indica derramamento de sangue em batalha, audácia, valor, galhardia, nobreza, conspícuo e domínio.<sup>9</sup> Corresponde ainda à caridade, valentia, magnanimidade, atrevimento, alegria, vitória, ardileza, generosidade e vitória. Essas características mostram João Gomes de Melo como homem honrado, cheio de bons princípios morais.

A prata, presente nos besantes do Brasão do Barão representa a gentileza, a beleza e a franqueza. O besante simboliza o direito soberano de cunhar moeda ou dos altos cargos fi-

nanceiros do Estado. A presença da coroa de barão com honras de grandeza no escudo indica o lugar na hierarquia nobiliárquica do possuidor: "Barão com Honras de Grandeza".

1 Trabalho orientado pelo prof. Dr. Francisco José Alves.

2 [Relação das pessoas a quem por Decreto desta data, foram conferidas diferentes títulos. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1848]. Arquivo Nacional, fundo: Ministério do Império, código 562, microfilme 002.0.76, fotograma 308.

3 [Relação dos Barões que por Decreto desta data foram agraciados com as Honras de Grandeza. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1854]. Arquivo Nacional, fundo: Ministério do Império, código 562, microfilme 002.0.76, fotograma 0363.

4 CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. *Inventário Cultural de Maruim*. Aracaju: Secretária Especial de Cultura, 1994. p. 284.

<sup>5</sup> FREITAS, Sérgio de. "A Nobreza Brasileira de A a Z." <http://geocities.yahoo.com.br/Kajafreitas/NobAZ.htm>

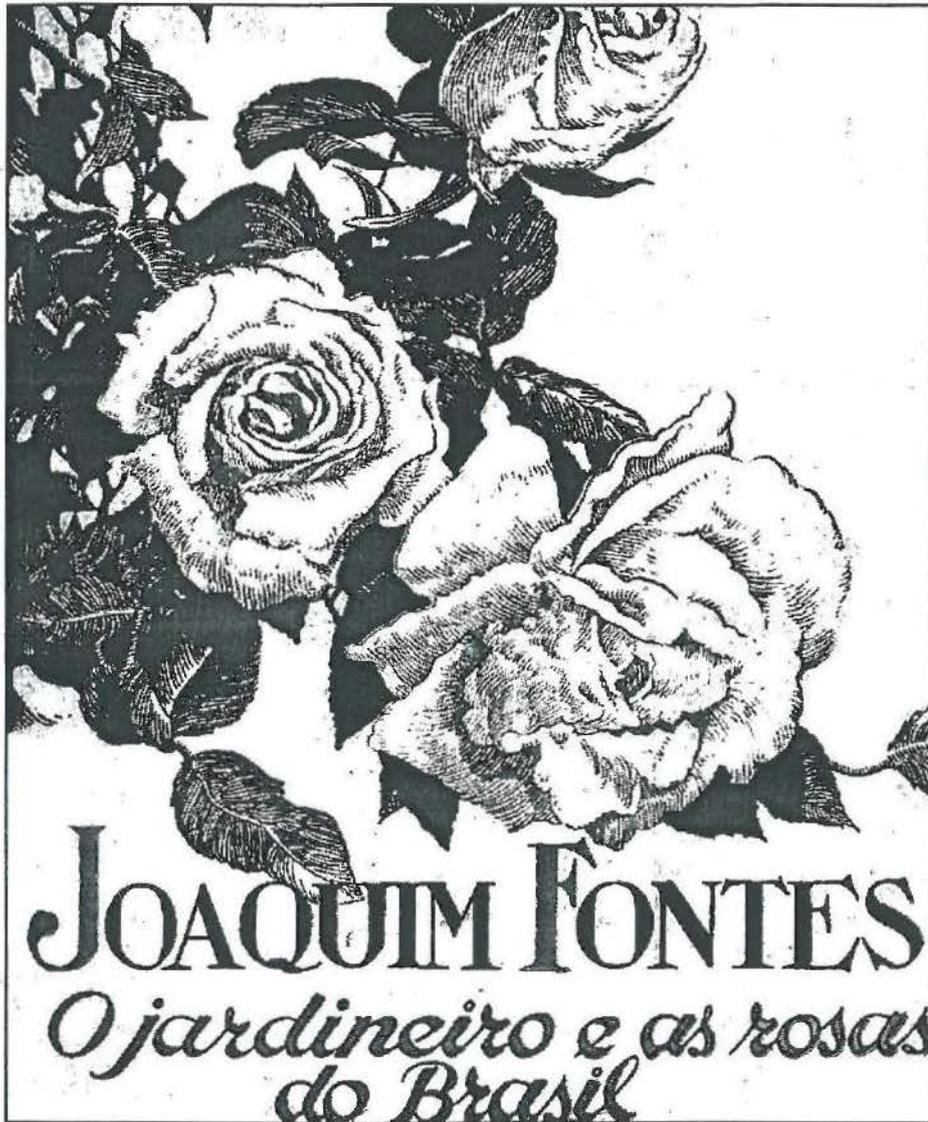
<sup>6</sup> FREITAS, Sérgio de. "A Nobreza Brasileira de A a Z." <http://geocities.yahoo.com.br/Kajafreitas/NobAZ.htm>

7 BARROS, G. "A Heráldica dos Vice-Reis". IN: *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. nº 19. Salvador, 1973.

8 BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. v. I. São Paulo: Litografia Tucano LTDA. p. LVI.

9 BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. v. I. São Paulo: Tucano. p. LVI.

# Cartas de Amor



Romance em Aracaju  
em fins do século XIX

Fizemos uma leitura apressada, pulando parágrafos, interessados em certos dados sem apreciar o valor literário do livro. Deixamos a tarefa para os especialistas. O que nos fascinou foi a informação de que se trata de uma história acontecida em Sergipe no fim do século XIX. Apenas o nome dos personagens foi alterado. Mas, alguém que leu o livro, possivelmente Epifânio Dória, identificou vários deles e escreveu à tinta, no próprio exemplar da biblioteca do IHGS, as respectivas personagens reais envolvidas no caso.

A autora, nasceu, em 1871, em Laranjeiras, filha do farmacêutico, Pedro Amâncio de Almeida Mota, e de D. Maria Emília de Marsillac Mota, família afortunada. Em face de sua condição de mulher, o pai entregou-a aos avós maternos para criá-la. Um detalhe, seu avô era um francês, Jean Batista Aimé du Verdier de Marsillac, figura bem conhecida em Laranjeiras.<sup>2</sup> Quando a avó faleceu, Emília retornou para a casa dos pais. Estudou um curso básico e um pouco de piano, mas com a morte da mãe, antes de completar 14 anos, teve que ficar com a responsabilidade da casa. Passado algum tempo, seu genitor casou-se novamente, mas não admitia que a filha contraísse matrimônio.

Em maio de 1890, a jovem recebeu uma carta do acadêmico de Direito, Joaquim Fontes, que aparece no livro como Jocelin de Freitas, manifestando sua grande afeição pela moça e revelando suas intenções de desposá-la. Joaquim Martins Fontes da Silva, nascido em 1866, no engenho Salobro do Município de Socorro, vinha de família da elite provinciana. Sua mãe, Joana Fontes da Silva, era filha do famoso capitão-mor Joaquim Martins Fontes e de Ana Maurícia da Silveira Fontes. Seu pai, o dr. Francisco Joaquim da Silva, embora fosse considerado talentoso na oratória, não deveria ser homem de grande fortuna<sup>3</sup>. Mas, encaminhou o filho nos estudos em Recife, até quando bacharelou-se em 1890, fazendo parte do grupo que cultuava a figura de Tobias Barreto, falecido no ano anterior.

Quando a carta do acadêmico Joaquim Fontes chegou às mãos da moça, Emília Marsillac leu-a, com emoção, ficou embevecida e consultou um parente que lhe deu boas referências do rapaz. A essa altura a jovem residia com o pai e a madrasta em Aracaju. Sabendo das restrições de Pedro Amâncio à idéia de casamento, ela não lhe revela seus sentimentos. Diante da manifestação do acadêmico Joaquim Fontes, age com cautela. Primeiro, quer conhecê-lo ao menos de longe. Sua vontade chega ao conhecimento do jovem, que procura atendê-la. O pretendente vestiu-se com apuro e passou várias vezes pela frente da casa dos pais de Emília Marsillac para que ela o visse.

A filha de Pedro Amâncio considerou-o de boa aparência, simpatizou com seus olhos grandes e negros. Sorridente e feliz, Joaquim Fontes cumprimentou-a à distância, cena que foi-se repetindo em outros dias. Enquanto isso, o jovem continuava a escrever-lhe, remetendo-lhe também suas poesias. Mas, Emília Marsillac não tem pressa, consulta os irmãos, reflete, investiga, mesmo porque seu consentimento significava considerasse noiva. A resposta tão ansiosamente aguardada por Joaquim Fontes chegou em setembro de forma afirmativa.

O romance dos dois jovens prosseguiu, revelando crescente paixão. Mas, o noivado transcorre de longe, entremeado de tensões. Nas epístolas de dois enamorados sensíveis, as interpretações das frases por mais bem intencionadas por vezes criavam dúvidas. an-

gústias, preocupações, perda de sono. Mas, na carta posterior, o mal entendido geralmente era desfeito. Coisas de gente apaixonada de imaginação fértil e cheia de fantasias. As juras de amor sucedem-se, mostrando profundo comprometimento mútuo. Emília Marsillac diz que, se não se casasse com Joaquim Fontes, iria para um convento, enquanto este não chega à dizer que pretendia viver num mosteiro, entretanto, prometia-lhe amor eterno.

Ocorre que o pai de Emília Marsillac não admite o enlace. Joaquim Fontes formou-se, passou a trabalhar como promotor ou juiz em alguns municípios de Sergipe<sup>4</sup>, enquanto a permuta de cartas persistia, revelando seus sofrimentos com as dificuldades para realizarem o grande sonho. As correspondências mostram também as personalidades fortes, resolutas de cada um e um pouco o ambiente da época. Numa leitura panorâmica, não encontramos nenhuma referência a qualquer encontro pessoal entre eles. É um amor à distância, através das cartas, nas quais os valores da época aparecem de forma eloquente, o que por si só justifica um estudo específico por alguém qualificado para tanto. Somente um exemplo: ambos condenam radicalmente a infidelidade, defendendo a idéia de que a mulher que trai o marido merece ser assassinada.

Contudo, o que mais chama atenção no conjunto dos textos é o sofrimento dos dois jovens diante da decisão de Pedro Amâncio, proibindo-os de realizarem seus sonhos. As cartas expressam também um certa tensão na longa busca de alternativa para viabilizar o enlace. O caso se torna público, o padecimento dos dois jovens apaixonados, impedidos de casarem-se, passa a sensibilizar outras pessoas. Para superar o impasse, os noivos recorrem aos amigos do pai com o fim persuadi-lo a consentir o casamento. Mas o genitor aborrece-se e sempre reage negativamente. Não há parente nem amigo que consiga demovê-lo de sua objeção. A intransigência do velho e o drama dos moços apaixonados passam a ser discutidos por juristas, como Guercindo Bessa, e autoridades como o então presidente do Estado, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (28.05.1891 a 24.11.1891). Essas e outras eminentes personalidades sugerem ao rapaz que a noiva se refugie no Palácio do Governo e lá, com o apoio das autoridades, seria celebrado o casamento. Mas Emília Marsillac resiste. Sair da proteção do pátrio poder e ficar, num ambiente estranho, aguardando a cerimônia, ia de encontro aos seus valores. Somente aceita casar-se com o consentimento do pai, a quem revela atenção e estima, apesar de tudo. Joaquim Fontes angustia-se, sofre, duvida do grande amor que ela confessa por ele. Considera a fuga uma emancipação. A noiva também padece, mas não se dispõe a transgredir os padrões vigentes.

Logo depois, Vicente Ribeiro deixou o governo e em

meio à instabilidade política que marcou a primeira década republicana, uma junta governativa, composta por três pessoas, passou a administrar o Estado e tornou sem efeito vários atos da gestão anterior. Com um desafeto, entre os membros da referida junta, o jovem foi demitido a bem do serviço público. Sem vez em Sergipe, Joaquim Fontes deixou o Estado em fevereiro de 1892. Foi para o Espírito Santo, depois foi nomeado promotor e, posteriormente, juiz para atuar em pequenas cidades de São Paulo.

A grande distância se interpõe entre os dois amantes. Mas, a correspondência, a paixão e os padecimentos decorrentes da proibição do matrimônio persistem. Os meses e os anos foram transcorrendo, mas o amor revelou-se forte, enfrentando a distância, as fofocas e outras adversidades. Para Emília Marsillac, a alternativa era apelar para os amigos de seu pai, embora esse recurso tenha se revelado até então inócuo. Contudo, eles insistem, procurando outros personagens que pudessem ajudá-los. Apela para o Cônego Olympio Campos, religioso e político que já gozava de prestígio na sociedade aracajuana. Este foi a São Paulo, conversou com o magistrado Joaquim Fontes, simpatizou com a causa e resolveu, em nome do noivo, pedir a mão de Emília a Pedro Amâncio de Almeida Mota. Mas, nem a força da influência, nem os argumentos do religioso conseguem mudar a sua decisão. O velho permanecia irredutível, inflexível em sua determinação. E o tempo fluía.

Em 1895, quando já se aproximava do quinto ano do grande amor, Joaquim Fontes veio a Aracaju e, com os papéis encaminhados, conseguiu que Emília Marsillac consentisse em casar-se no civil. E assim fizeram. Concluída a cerimônia, assistida por poucas pessoas, ela voltou para a casa do pai, como se nada tivesse ocorrido. Por esse tempo, o pai adoeceu, os filhos vieram visitá-lo e resolveram levá-lo para outro Estado. Diante da perspectiva da morte, o velho Pedro Amâncio cedeu, autorizando um filho a realizar o casamento de Maria Emília de Marsillac Mota com Joaquim Martins Fontes da Silva.

A cerimônia aconteceu na casa de Pedro Amâncio em Aracaju, em fevereiro de 1895, celebrada pelo Cônego Olympio Campos com todos os ritos convencionais. Em seguida, o jovem casal tomou um vapor e foi se afastando da cidade, deixando ao longe "as praias brancas, ricas de Cômoros de areais e de coqueiros" com destino à Salvador. Aí tomaram um paquete com destino a Santos, depois seguiram para Tietê, onde o jovem sergipano era promotor. No interior de São Paulo, tiveram pelo menos seis filhos e foram felizes.

Joaquim foi nomeado juiz, depois renunciou à judicatura e foi advogar, retornou à magistratura, mas continuou sempre produzindo poesias e a cultivar rosas. Sua produção poética foi reconhecida pelos patrícios ao

ser homenageado como patrono de uma cadeira da Academia Sergipana das Letras, que hoje é ocupada pela veneranda Maria Thétis Nunes, Presidente de Honra do IHGS.

Com seu roseiral muito visitado, perfumando a cidade de Tietê, fez numerosas experiências, criando mais de cem tipos novos de rosas. Ao nomeá-las, ser-

via da oportunidade para homenagear pessoas de sua admiração: Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Rui Barbosa, a esposa e tantas outras. Com sua sensibilidade aguçada, notabilizou-se como um dos maiores especialistas da época, conhecido nos Estados Unidos e na Europa, onde tinha vários admiradores.

Homem austero e ao mesmo tempo magnânimo, avesso à publicidade, segundo alguns depoimentos, era um grande sonhador, nem sempre lembrando-se de proporcionar à família melhores condições de sobrevivência. E assim passou as últimas décadas, embevecido com as rosas e com as coisas do espírito, até quando faleceu em 1918 serenamente em Bananal (SP), fato registrado inclusive pelo Correio da Manhã.

Emília Fontes sobreviveu ao querido esposo por muitos anos. Mudou-se para a capital paulista, formou todos os filhos e prosseguiu cultuando a memória do seu inesquecível marido. Primeiro, empenhou-se em reunir artigos sobre seu querido companheiro e, em 1941, publicou-os, incluindo seu depoimento de viúva saudosa, resultando no livro: *Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil*. Como se isso não bastasse, juntou as cartas do tempo do noivado proibido e, em 1948, divulgou-as, como exemplo de um grande amor: *Luz nas Tormentas*.

Hoje, num tempo de amizades efêmeras, velhas cartas do fim do século XIX podem parecer sem atrações e mesmo ridículas, fazendo-nos lembrar alguns versos da canção *Mensagem*, interpretada por Maria Bethânia:

"Todas as cartas de amor são ridículas.  
Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas.  
Também escrevi, no meu tempo, cartas de amor como as outras, ridículas.  
Afinal, só as criaturas que nunca escreveram cartas de amor é que são ridículas."<sup>5</sup>

NOTAS:

1 Emília Rosa de Marsillac Fontes. *Luz na Tormenta*, São Paulo, 1948, 383 pp.

2 Cf. Emília Fontes. Auto-biografia. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*, No. 19, 1945/48, volume XIV. Ver também Epifânio Dória. D. Emília Fontes, *ibidem*.

3 Sobre Joaquim Fontes, estamos nos baseando nos ensaios publicados no livro: *Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil*, São Paulo, Ed. Ltda, 1941, coletânea publicada por iniciativa da viúva, Emília Fontes.

4 No romance, depreende-se que foi juiz em Japarutuba, mas num capítulo, escrito por Zózimo Lima, há a informação de que foi promotor público em Simão Dias, Maroim e São Cristóvão, bem como juiz de Capela. Ver Joaquim Fontes, *o jardineiro e as rosas do Brasil*, São Paulo, Ed. Ltda, 1941.



JOAQUIM FONTES

Capas de alguns romances de autores sergipanos pertencentes ao acervo bibliográfico do IHGS

Há livros esquecidos que merecem ser lembrados. Num momento em que se faz a catalogação dos livros da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, seu diretor, Itamar Freitas, tem encontrado relíquias que estão sendo disponibilizadas ao público. Um exemplo disso é o romance *Luz na Tormenta*, escrito pela sergipana Emília Rosa de Marsillac Fontes e publicado em 1948 em São Paulo<sup>1</sup>.

# Roubando a Coroa da donzela:

defloramentos em Aracaju

no início do Século XX<sup>1</sup>



- Eu sou o primeiro a beijar-te?
- Claro que sim, louquinho! Porque será que todos me perguntam a mesma coisa?

Hermelino Gois dos Santos

*Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe e professor da rede particular de ensino em Aracaju.*

**D**entre as fontes existentes para se investigar o passado sergipano, uma, apesar de ser muito rica em indícios, ainda é pouco utilizada por nossos investigadores. Trata-se do processo criminal. Dos vários tipos de processos existentes, o de defloração exemplifica com maestria a riqueza de informações que podem ser extraídas desse gênero de testemunho.

Causando polêmica no Brasil do início do século XX, esse tipo de ação trazia a participação de diversas autoridades (juizes, promotores, advogados, delegados e médicos) e da população (réus, vítimas e testemunhas).

Em suas páginas, da queixa ao veredicto final, apresentam-se os discursos dessas autoridades participantes, suas influências, preconceitos e a forma como assimilavam os conhecimentos científicos em voga. Aparece, ainda, a atuação das pessoas chamadas à justiça, a grande maioria pobre, e muitas sem saber ler e escrever. Mesmo filtradas pela pena dos escrivães, muito das opiniões desses participantes se mostra em seus depoimentos. Afloram, assim, indícios de como se davam as relações entre autoridades e população na Aracaju do início do século XX.

Enriquecidos com depoimentos, defesas, análises médicas e provas (cartas, bilhetes e cartões de amor), esses processos trazem discussões em torno de aspectos como virgindade, "honra", casamento e papéis sociais de homens e mulheres, assuntos amplamente discutidos tanto pelos estudiosos do direito e da medicina, quanto pela população. Nessas ricas linhas, aparece também muito do cotidiano da capital sergipana à época.

No início do século XX, de novidades e transformações no Brasil e em Sergipe, ser chamado a participar de um processo de defloração causava temor e muitos comentários. Tal palavra, que designa a perda do viço ou das pétalas de uma flor, era apropriada pela Lei para representar a retirada da virgindade, e, conseqüentemente, da honra de uma jovem. Esta, porém, precisava ter entre 16 e 21 anos de idade para que sua queixa fosse aceita<sup>2</sup>. O processo, então, era aberto com o objetivo de punir ou, mais freqüentemente, obrigar o deflorador a casar com a queixosa<sup>3</sup>.

As queixas eram geralmente feitas pela mãe ou pai da ofendida. Não raro, pelas próprias jovens. O primeiro passo, então, era o exame de corpo de delito, executado em uma "sala reservada" da delegacia, por dois peritos médicos. Duas testemunhas assistiam a tal exame. Nele, a jovem era deitada de costas em uma mesa, e tinha as pernas flexionadas e afastadas para o melhor exame do hímen. O clímax desse exame era a introdução do dedo indicador do médico no canal vaginal. A reação a essa invasão, a "resistência" ou "fácil penetração" do dedo examinador, era observada e anotada. A dor era um bom sinal de defloração "recente".

Da mesma forma, a observação dos seios, se flácidos e grandes, ou rijos e pequenos, demonstraria, para muitos, se a jovem já tinha uma vida sexual. Diversos manuais, citados pelos peritos sergipanos, traziam informações de como proceder em tal análise. Costumavam trazer ilustrações e fotografias<sup>4</sup>. Nesses exames, muitas vezes, detectava-se uma gravidez de alguns meses, não raro ocultada até então pela moça. Diagnosticado o defloração, os depoimentos eram tomados.

Ouvida, a jovem costumava descrever o namoro sério e conhecido pela família, amigos e vizinhos. Geralmente, citava promessas de casamento feitas pelo rapaz como motivadores do "adiantamento" dos "direitos de marido". Dizia-se enganada, pois acedera aos pedidos do namorado esperando casamento. Essas declarações sempre constam nos depoimentos das ofendidas. Faziam parte de um perfil procurado pela justiça, pois para ser digna do empenho da lei, a vítima deveria unir à comprovação física do desvirginamento, dada pelos peritos, provas de que era digna de defesa. Diversos manuais jurídicos indicavam a forma de agir em tais interrogatórios<sup>5</sup>.

Assim, a jovem procurava se mostrar enganada em suas aspirações de casamento. Seu namoro e seu comportamento, igualmente sérios, eram mostrados por ela e por suas testemunhas como dentro do padrão esperado pela lei: castos, caseiros, ingênuos, assexuados. Esperava-se que a jovem fosse o protótipo de uma futura mãe de família e boa esposa. Virgem quando solteira, casta após o casamento. As que "fugiam" a esse modelo, sentiam o maior rigor da lei. Era o caso das amasiadas, que moravam com seus companheiros sem casar<sup>6</sup>.

O réu, também ouvido, costumava negar a autoria do defloração. Geralmente dizia não conhecer a moça, ou que já não a havia encontrado "em estado de virgindade", "donzela". Mostrava-se, muitas vezes, enganado por uma leviana de mal comportamento, que andava sozinha pelas ruas, festas e "danças" e até já mantivera namoros. Ex-noivos e ex-namorados eram então convocados para opinar sobre o currículo amoroso da jovem. Em muitas dessas descrições, parece que o próprio acusado fora seduzido, forçado ao ato sexual por sua libidinosa algoz, mulher "da vida fácil", ou "da vida livre".

As testemunhas de defesa e acusação tomavam partido de um dos dois lados, cabendo ao advogado do réu e ao promotor investigar suas declarações. Se umas narravam o cotidiano da jovem enganada, comportada, caseira e obediente, outras diziam já "esperar essas coisas", pois a moça tinha má conduta e "andava atrás de homens". Muitas, ainda, não sabiam o porquê de estarem perante o juiz ou delegado. Diziam conhecer os envolvidos apenas "de vistas". Algumas mulheres, chamadas a testemunhar, chegavam a chorar diante do juiz, dizendo não saber de "coisas dessa natureza", "dado o seu estado de pureza". Iniciado um processo, os olhos da população voltavam-se para os envolvidos, inclusive as testemunhas. Daí o receio em participar de tais casos.

Ao contrário, porém, do que se pode depreender de tanto rigor, a mulher, principal foco dessa tentativa de controle, tomava decisões e muitas vezes teimava em contrariar as expectativas da lei, da ciência e da sociedade, para o assombro dos arautos da justiça. Apesar de escritas por homens da lei e da ciência, as linhas dos processos de defloração deixam passar importantes indícios dessas temidas ações femininas. A atuação do belo sexo ia além do esperado pelas autoridades, assombradas diante da "mulher moderna", que, afagada pelos avanços e novidades do novo século, ousava aparecer mais à rua, para trabalhar nas fábricas ou simplesmente se divertir.

A atuação dos envolvidos em um processo dá fortes indícios da participação popular. Frequentemente, por exemplo, as mães das defloradas visitavam as testemunhas, na véspera do depoimento ao juiz, para explicar a elas o que deviam dizer à autoridade. Tais artimanhas costumavam ser detectadas pelos promotores e advogados, sempre atentos às contradições nos depoimentos. Tentativas de suborno, por parte de defloradores mais abastados, também chegavam às páginas dos processos, denunciadas por inflexíveis jovens.

Do embate entre as leis que tentavam controlar a sexualidade da população, notadamente a feminina, e o cotidiano dos participantes dos processos de defloração, surgia, especialmente na década de 1920, um grupo de juristas e médicos que pleiteava mudanças no criticado código de 1890. Para estes, do qual fazia parte o influente médico e político Afrânio Peixoto, o código precisava mudar, para se adequar aos tempos modernos e ao modelo europeu de civilidade<sup>7</sup>.

Os resultados dos processos, porém, indicam que as mudanças não viriam tão rapidamente. A quase totalidade dos réus era absolvida. As poucas condenações deviam-se, geralmente, ao fato de o acusado estar foragido, portanto sem defesa. Nestes casos, as jovens defloradas não conseguiam a punição ou o casamento. O foragido podia voltar em seis meses, prazo em que prescrevia a ação<sup>8</sup>.

NOTAS:

1 Este texto é baseado na monografia de final do curso de História, intitulada *O Sexo da Norma: Processos de Defloração em Aracaju (1901-1930)*, apresentada em 2003 e orientada pelo Prof. Dr. Francisco José Alves.

2 **CODIGO PENAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903 (comentado por Oscar de Meceado Soares). 1ª ed. De 1890. Comentando o Código, o advogado Oscar Soares cita o influente jurista Francisco Viveiros de Castro: "(...) Não haverá criminalidade se a mulher for maior de 21 annos. Dessa idade em diante, salva a hypothese de estupro, presume-se o

consentimento". P. 384.

3 Os dados aqui apontados são fruto de uma pesquisa realizada no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, baseados na leitura e análise de 61 processos de defloração de Aracaju, entre 1901 e 1930. Na afirmativa em questão, a grande maioria das queixas era feita com o objetivo de casar a "ofendida" com seu ofensor.

4 PEIXOTO, Afrânio. **Elementos de Medicina Legal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914. 1ª ed. de 1910. PEIXOTO, Afrânio. **Sexologia Forense**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 194... GUSMAO, Chrysolito de. **Dos Crimes Sexuais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1945. 1ª edição de 1920. Havia divergências entre as informações apresentadas nesses manuais. O

médico legista Afrânio Peixoto, por exemplo, criticava a prática da observação dos seios da examinada para atestar sua virgindade. Para tanto apresenta, em *Sexologia Forense*, fotografias de seios rijos e pequenos em uma mulher com experiência sexual, e seios grandes e pendentes em uma virgem.

5 VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. **Os Delitos Contra a Honra da Mulher**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha, 1897. \_\_\_\_\_. **A Nova Escola Penal**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. \_\_\_\_\_. **Atentados ao Pudor – Estudos sobre as aberrações do instinto sexual**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, s. d. 1ª ed. de 1894. \_\_\_\_\_. **Jurisprudência Criminal**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

6 Ver: AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou Casar? – A família popular no final do século XIX**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/UFRGS, 2001 (Coleção Academia – Série Humanas).

7 Sobre os debates em torno da mudança do código penal, ver: CAUFIELD, Sueann. **Que Virgindade é Esta? – A mulher e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940**. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 9. n. 01/02, janeiro/dezembro de 1996. pp. 165 – 202.

8 **CODIGO PENAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903 (comentado por Oscar de Meceado Soares). 1ª ed. De 1890.

# A criação da Diocese de Aracaju

61  
84



Fonte: OLIVEIRA, Philadelpho de. Registros de fatos históricos de Laranjeiras. 2 ed. Aracaju: Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, 1981.

D. JOSÉ THOMAZ  
(1873-1948)

*Primeiro bispo da arquidiocese de Aracaju promotor da romanização do catolicismo em Sergipe*

Péricles Andrade

Doutorando em Sociologia pela UFPE; Mestre em Sociologia e Licenciado em História pela UFS

*"Como é bello este movimento, quando os cristãos obedecem aos Sacerdotes, os sacerdotes aos Bispos, os Bispos ao Papa, e todos, levados pelo mesmo movimento se dirigem para Deus, que é o fim de todos, a gloria de todos, a delícia de todos."*<sup>1</sup>

A criação da Diocese de Aracaju se deu em 3 de janeiro de 1910, pela Bula *Divina disponente de mencia* de Pio X. Compreendendo toda a circunscrição civil do Estado de Sergipe, sua instalação ocorreu em 4 de dezembro de 1911, com a posse do primeiro bispo, D. José Thomaz Gomes da Silva.<sup>2</sup> De acordo com a Bula *Divina disponente clemencia*, a criação da nova diocese obedecia ao projeto de expansão, atendendo às "necessidades e oportunidades dos fiéis", tornando-os "felizes no Senhor", "promovendo sua prosperidade", aumentando o número de Prelados". Além disso, o documento aponta que "o clero predecessor buscou com todo cuidado restringir os limites das dioceses que, largas demais, se estendiam pelo orbe católico, não atendendo satisfatoriamente os fiéis". Sendo assim, foram erigidas novas sedes episcopais, "onde os fiéis mais facilmente pudessem recolher os subsídios necessários a vida Cristã e auxílios espirituais mais abundantes", como a Diocese de Aracaju.<sup>3</sup>

A bula determinava que sendo desagregada da Província Eclesiástica da Bahia, Sergipe deveria construir no seu território a Sede e Cátedra Episcopal Diocesana. A igreja dedicada à Imaculada Conceição da Boaventurada Virgem Maria seria levantada e elevada à "honra e dignidade" de Catedral. Ereta sufragância da Igreja Metropolitana de S. Salvador da Bahia, todo o clero sergipano estava submetido ao Arcebispo de Salvador.<sup>4</sup>

Com relação ao patrimônio, cabia aos fiéis, "cujo lucro espiritual se provê com a ereção da nova diocese", prestar o auxílio e subsídios mediante os quais o bispo e seus sucessores mantêmham "decentemente a dignidade episcopal" e possam atender às necessidades e "oportunamente ao culto divino" e às obras da diocese.<sup>5</sup>

Além do auxílio dos fiéis, a instalação da diocese foi amparada com o auxílio do poder público. Era interessante para as elites locais estreitar os laços com a autoridade eclesiástica, porque estar próximo significava sacralizar as relações. A Igreja legitimava o poder da oligarquia local e, concomitantemente, garantia os espaços necessários à sua penetração em todas as esferas da sociedade.<sup>6</sup> Assim, em ato de 24 de dezembro de 1912, o General José Siqueira de Menezes, Presidente do Estado de Sergipe, abriu o crédito extraordinário da quantia de vinte conto de reis (20:000#000) para ocorrer ao pagamento da 1ª prestação de que trata o art. 2º da lei n.º 534 de 18 de novembro de 1907, que autoriza o Estado a concorrer com cem contos de reis (100:000#000) para a formação do Patrimônio do Bispado.<sup>7</sup>

Na época da sua criação, a Diocese contava com trinta e quatro paróquias: Anápolis (Simão Dias), Aquidabã, Aracaju, Arauá, Boquim, Campo do Brito, Campos (Tobias Barreto); Capela, Cristina (Cristinápolis), Divina Pastora, Espírito Santo (Indiaroba), Estância, Gararu, Itaiana, Itabaininha, Itaporanga, Japarutuba, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Porto da Folha, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Paulo (Frei Paulo), Siriri, Vila Nova (Neópolis).<sup>8</sup>

A bula de escolha de D. José como Bispo de Aracaju ordenava aos fiéis que o recebessem "devotadamente como pastor"; rendessem as devidas honras; prestassem às suas ordens e admoestações a devida obediência. O documento ressalta ainda que D. José deveria estar alegre em encontrar nos católicos sergipanos "fiéis dedicados", e os católicos por encontrarem nele "um pai benévolo".<sup>9</sup>

Na pastoral<sup>10</sup> de saudação, D. José afirmou que a criação de uma diocese obedecia a um plano divino. Implicava o exercício de um poder transmitido pelo mesmo Deus, e visava a assistência temporal aos fiéis. O pastor cuidava das necessidades e ministrava a verdadeira nutrição da alma: a verdade. "De vosso juiz recebia diretamente de Deus o poder para distribuir no meio de vós com a equidade da justiça, energia e mansidão". A função do bispo era de "chefiar" o combate à "funesta influência do mundo", dirigir as almas para a eterna salvação.<sup>11</sup>

A instalação da diocese reforça a definição da autoridade e da moral eclesiástica em Sergipe. A instituição eclesiástica sob tal ótica é considerada fundação divina, superior à ordem política e social. Como instituição divina, a Igreja é vista como portadora da verdade absoluta e eterna. Sua doutrina indiscutível e inefutável. Como tal, seus membros devem ser acatados e respeitados em suas pessoas e decisões, sem questionamentos ou impugnações.

Todas as ações da nova dioceses orientavam-se na disciplina do clero, procurando fazer com que ele se dedicasse integralmente às paróquias. Rompia-se solidiedades, amizades, cumplicidades, e reforçava-se sua autoridade do clero.

No campo de "cura da alma", ampliado e de fronteira indefinidas, assistimos a uma concorrência entre os agentes religiosos pela redefinição dos limites de competência.<sup>12</sup> Com isso, os agentes leigos são definidos como profanos, no duplo sentido de *ignorantes da religião* e *estranhos ao corpo de administradores do sagrado*. Sistematizava-se o domínio do sacerdote, tendo por meta manter os leigos à distância, convencê-los de que esta atividade requeria uma "qualificação especial", "um dom de graça", inacessível ao comum dos homens. Era mister persuadi-los a desistir da gestão de "negócios religiosos em favor da elite dirigente, a única com a competência necessária para tornar-se um teórico religioso".<sup>13</sup>

Num primeiro momento, a ação da Diocese de Aracaju centraliza-se na afirmação do aspecto hierárquico e disciplinar, obedecendo-se às esferas de poder da Igreja: o papa, o bispo e o padre. Em seguida, exalta a dignidade dos sacerdotes, apresentados como seres

superiores aos demais homens, com o privilégio de mediar a relação entre Deus e a humanidade.

As ações da diocese clamava os fiéis para a constituição de uma *Igreja Militante*. Exigia-se dos leigos um espírito militar. A diocese busca instituir um fiel atuante, participante, um apóstolo. Neste sentido, as ações diocesanas ressaltam três princípios fundamentais de combate: "centralização", "união" e "obediência". Comandados pelos eclesiásticos, o laicato torna-se um "soldado" com o intuito de "salvar a sociedade" de "inimigos", tais como os cultos protestantes, espiritismo de orientação kardecista e maçonaria, vistos como "males do mundo". Exige-se que o laicato afirmasse sua "honra" de pertencer ao catolicismo, sem arriscar suas crenças e dogmas. Além disso, os "filhos da Igreja" deveriam ser um "poderoso exército animado pelo mesmo amor, pela mesma disciplina, pelo mesmo ideal, obedecendo a seus chefes segundo o grau de hierarquia".<sup>14</sup>

Na busca de um maior controle sobre a vida religiosa do clero e do laicato, uma das primeiras ações de D. José foi a intensificação das "visitas pastorais". Através destas visitas, o bispo tomava conhecimento da situação de suas dioceses, avaliava os melhores métodos para corrigir os "erros" e "abusos", assim como para implantar "a sã e ortodoxa doutrina".<sup>15</sup> Desde a instalação da Diocese de Aracaju em 1911 até 1925 foram realizadas aproximadamente 48 visitas pastorais.

Outra importante ação da diocese de Aracaju sobre os leigos foi a instalação de novas associações religiosas. Estas, diferentemente das antigas irmandades e confrarias, tinham seu controle sob os especialistas da Igreja. Surge, assim, a *Pia União das Filhas de Maria*, o *Apostolado da Oração do Coração de Jesus*.<sup>16</sup>

Outra preocupação da diocese de Aracaju diz respeito às festas religiosas. Conforme a nova orientação da diocese era urgente sua regulamentação. Na visão dos bispos, elas estavam "desvirtuadas", "secularizadas" e "paganizadas". Eram os focos de interesse externo. As ações reformadoras buscaram reforçar o aspecto sacramental e inculcar novas devoções, "moralizando" e "organizando", principalmente as procissões.<sup>17</sup>

Neste contexto, devoções do catolicismo popular foram gradativamente substituídas pelos cultos romanizados, "bens simbólicos" em que se prevaleciam os sacramentos, a hegemonia clerical e a fidelidade à instituição eclesiástica. Na diocese isto se dá principalmente através da devoção ao *Sagrado Coração de Jesus* (SCJ).

No tocante a comunicação também houve inovação. Isto ocorreu inicialmente com o boletim *A Diocese de Aracaju - Orgam Oficial*, em 1912. Este periódico tinha por fim "defender com todas as veras os sagrados interesses da nossa santa Religião, impugnando sem tregos o erro, combatendo o vício, e inculcando o amor à virtude".<sup>18</sup> Publicação mensal, tinha em média 20 páginas, seu conteúdo versava sobre mandamentos, diocesanos, províncias eclesiásticas, descrição do movimento religioso (batismos, casamentos, crismas, entre outros), reflexões do clero e de intelectuais católicos, cartas pastorais, programas das festas religiosas, etc.

Buscando atingir um campo de atuação mais amplo, a Diocese fundou em 1918 o jornal *A Cruzada*, no

Instituto Bento XV,<sup>19</sup> dirigido pelo Mons. Adalberto Sobral (Sec. Geral do Bispado) e redigido pelo Cônego Floduardo de Britto Fontes (Professor do Seminário Diocesano). Era publicação semanal, em geral composta de 04 páginas, formato de 50 centímetros por 3,5. A assinatura anual custava 6#000, continha artigos, notícias, mandamentos, termos, relatórios e anúncios comerciais.<sup>20</sup>

Como se vê, a criação da Diocese de Aracaju intensifica-se as ações romanizadoras sobre o catolicismo em Sergipe definiu a autoridade e a moral eclesiástica, afirmou-se a hierarquia e a disciplina, ressaltou-se os dogmas romanos. Dos membros da Igreja exigiu-se "vida ilibada", aprofundada formação intelectual, espírito "militante" e constante frequência dos sacramentos.

#### NOTAS:

1 CONTEnte, Clementino. *A Verdadeira Religião - Quarto Signal. A Cruzada*, Aracaju, ano 3, n.º 13, 04 abr. 1920, p. 02.

2 D. José nasceu em Martins, cidade do Rio Grande do Norte, em 4 de agosto de 1873. Filho do juiz de direito Dr. Thomaz Gomes e Anna Constança da Silva, iniciou seus estudos eclesiásticos no seminário de Olinda em 1891. Em 1894 ingressou no Seminário da Paraíba, recebendo as ordens sacerdotais nesta escola. Sua carreira eclesiástica teve a seguinte evolução: Presbítero em 15 de novembro de 1896; Secretário do Bispado da Paraíba (1897-1911), tendo a cadeira de Direito Canônico; Cônego em 08 de agosto de 1905; Sencamareiro de honra em 12 de março de 1907; Visitador Meticuloso das Dioceses do Rio Grande do Norte e Paraíba; nomeado Bispo de Aracaju em 1911, por Pio X, com a sagração na Catedral de Paraíba no mesmo ano. Faleceu em Aracaju, em 1948. (Ver: CARDOSO, Bricio. *Hosana. A Cruzada*, Aracaju, ano I, n.º 10, 04 ago. 1918, p. 01-02; A BIOGRAPHIA DO EXMO. SR. D. JOSÉ THOMAZ. *A Cruzada*, Aracaju, ano 4, n.º 24, 15 nov. 1921, p. 02; A DIOCESE DE ARACAJU. *Revista do IHGS.*, Aracaju, n. 9, p. 137-138, 1922; BRITO, Edgar. *Retrato de um Bispo*. Aracaju: Tip. Industrial Irmãos Britto, 1946; MICELI, Sérgio. Quadro V - Bispos da República Velha: origem social, formação escolar e clerical, carreira episcopal. In: *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 86-87. (Coleção Corpo e Alma do Brasil); A DIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949; ESPLENDORES DO CRISTIANISMO. *Correio de Aracaju*, ano VI, n. 673, 15 mar. 1912, p. 02; D. JOSÉ. *Correio de Aracaju*, ano VI, n. 729, 04 ago. 1912, p. 01.

3 BULLA DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 19-22. (Assinam a bula: Cardeal Agliardi - Chanceler da S.E.R.; Rafael Virili - Protonatário Apostólico; Luís Lhubos - Protonatário Apostólico; Paulo Peróli - adjunto de estudos do Chanceler Apostólico; Alfredo Marini - Chumador; Pedro Manzia - Escritor Apostólico)

4 BULLA DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 19-22; SEMINÁRIO EPISCOPAL. *Correio de Aracaju*, ano VI, n. 669, 06 mar. 1912, p. 02.

5 BULLA DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3

63  
84

jun. 1949, p. 19-22; DONATIVO EM FAVOR DO BISPADO. *Correio de Aracaju*, ano VI, n. 678, 27 mar. 1912, p. 02.

6 Ver: SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 98-99. Neste estudo o autor informa que a criação da diocese de Santa Catarina contou com o apoio das elites dirigentes estaduais, na época representada por Lauro Severiano Müller e Hercílio Pedro da Luz. (Idem, p. 99)

7 PATRIMÔNIO DO BISPADO. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 36.

8 PARÓQUIAS DA DIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 25-26. Raymundo Heraldo Maués associa as ações da Diocese do Pará (criada nos primeiros anos do século XVIII) com a reforma católica. Já nos primórdios da romanização, mais ainda no contexto do padroado (do Império), dom José Afonso de Moraes Torres, seu nono bispo, exerceu uma ação efetiva no sentido de melhorar a preparação moral e intelectual do clero, com a reforma do Seminário de Belém. Na fase da romanização, a partir da separação entre a Igreja e Estado, abrem-se novas perspectivas para o trabalho pastoral na Amazônia, com a criação da Diocese da Amazônia e a elevação da Diocese do Pará em Arcebispado. (MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: Cejup, 1995, p. 59-63).

9 BULA DA ELEIÇÃO DO PRIMEIRO BISPO. D. JOSÉ TOMAZ GOMES DA SILVA. Apud. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 23; GOVERNO DIOCESANO. *Correio de Aracaju*, ano VI, n. 636, 10 dez. 1911, p. 02.

10 Pastoral é uma circular dirigida aos padres ou aos fiéis pelo Papa ou por um bispo. (Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda de. *Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1511. Pastoral.)

11 SILVA, José Tomaz Gomes da. Pastoral de Saudação. Niterói: Tipografia Salesiana, 1911. Apud. A PASTORAL DA SAUDAÇÃO. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 24-25. Essa preocupação com a disciplina estava presente, por exemplo, nos assuntos determinados para as homilias

pronunciadas pelo clero aos fiéis, como atesta a circular publicada em 1923 de autoria de D. José. Neste documento "exclusivo" ao clero, o prelado definia os seguintes "assuntos quaresmais": 1º - a autoridade da Igreja; 2º - a devoção ao Papa; 3º - a obediência aos Bispos; 4º - a missão do padre; 5º - a obra das vocações sacerdotais. (SILVA, José Thomaz Gomes da. *Circular ao Rvmº Clero do Bispado de Aracaju*. Aracaju: Estabelecimento Graphico F. Sampaio, 1923, p. 6-7)

12 Ver: BOURDIEU, Pierre. "A dissolução do religioso". *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 122.

13 Ver: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 69.

14 CONTENTE, Clementino. *A Verdadeira Religião. A Cruzada*, Aracaju, ano 2, n.º 34, 14 set. 1919, p. 01; \_\_\_\_\_ *A Verdadeira Religião - Quarto Signal. A Cruzada*, Aracaju, ano 3, n.º 13, 04 abr. 1920, p. 02. Para ser membro da "Verdadeira Religião", fazia necessário crer em tudo que ela crê: "Quem admitir um dogma e rejeita outro; quem escolher em sua moral e em seus preceitos o que lhe convier, abandonando o resto, não pertence ao numero de seus

filhos, ou é um filho degenerado que deseja mutilar sua mãe. É necessario aceitar todos os sacramentos. Quem suprime ou acrescenta está fora de seu gremio." CONTENTE, Clementino. *A Verdadeira Religião. A Cruzada*, Aracaju, ano 2, n.º 34, 14 set. 1919, p. 01.

15 Ver: SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 112.

16 CASTILLO, José Manuel Sanz del. "O Movimento da Reforma e a 'paroquialização' do espaço eclesial do século XIX ao XX". In: LONDOÑO, Fernando Torres (org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 111. No boletim *A Diocese de Aracaju*, de fevereiro de 1912, foi publicada a ata da 3ª sessão da Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil. Nela, D. José informa sobre a aprovação da resolução que recomenda ao vigários que se esforcem para estabelecer e desenvolver o Apostolado da Oração, a Congregação da Doutrina Cristã, as Conferências de São Vicente de Paula e a Associação das Senhoras de Caridade. (SILVA, José Thomaz Gomes da. Pastoral Coletiva. Acta da 3ª Sessão. Presidência do Exm. Sr. Arcebispo Primaz. *A Diocese de Aracaju - Orgam Official*, Aracaju, ano I, n. 2, fev. 1912, p. 34. Em 1923 salientava os benefícios destas associações, solicitando empenho ao clero,

empenho na sua propagação por toda diocese. (SILVA, José Thomaz Gomes da. *Circular ao Rvmº Clero do Bispado de Aracaju*. Aracaju: Estabelecimento Graphico F. Sampaio, 1923, p. 14-15)

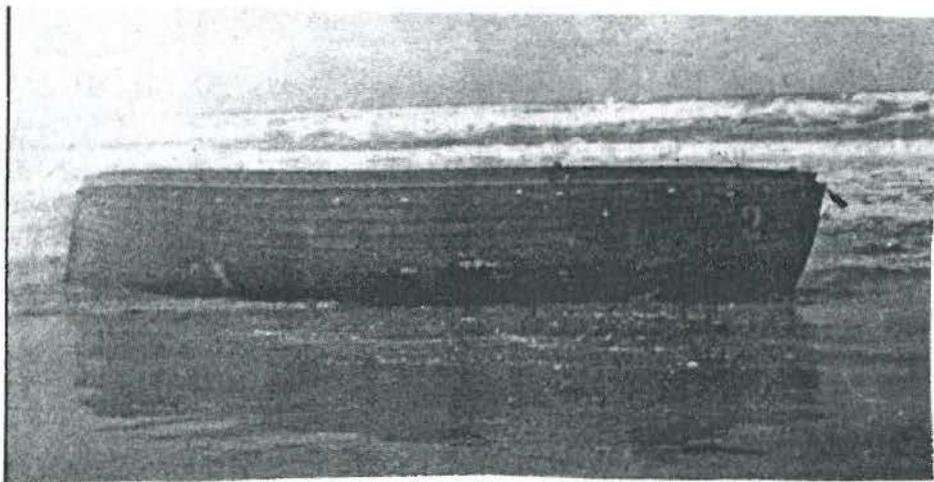
17 Ver: MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 142.

18 A DIOCESE DE ARACAJU - ORGAM OFFICIAL, Aracaju, ano I, n. 6, jul. 1912, p. 101. Dom Fernando Camargo Barros afirmava em 1898: "... em frente de uma imprensa ímpia, devemos levantar uma imprensa religiosa, se não queremos passar por pusilânimes e traidores de nossa fé. Daí resulta em que a religião deve ter a sua imprensa, como a têm a política, a ciência, a arte, o comércio e até os clubes e associações efêmeras, a fim de defenderem as suas idéias e os seus programas, quando os vêem atacados." (BARROS, Dom José Camargo, Bispo de Curitiba. Carta Pastoral de 10 de abril de 1898. In: LUSTOSA, O. P. Oscar de Figueiredo (org.). *Os bispos do Brasil e a imprensa. Coleção Cadernos de História da Igreja do Brasil*, n. 3, São Paulo, Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 33-40. Apud. MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*. Edições UFC, 1987, p. 52.)

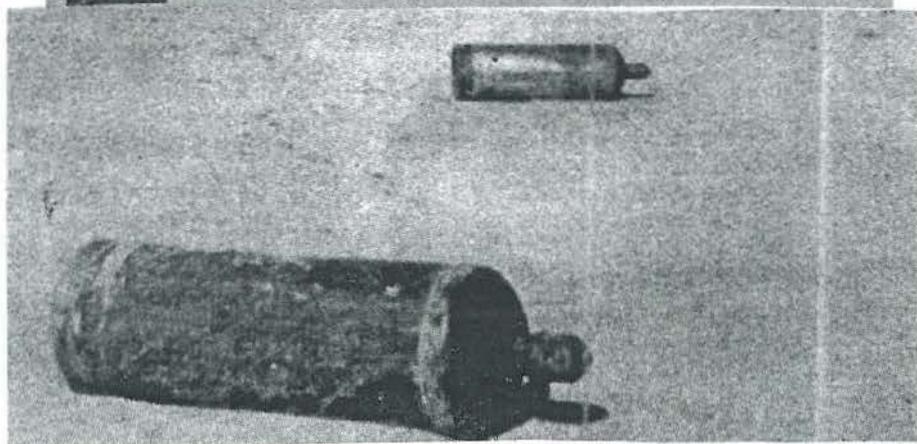
19 Externato criado pela Diocese em fevereiro de 1917. (INSTITUTO BENTO XV. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 45)

20 "... a fundação de um jornal diário era um instrumento precioso para difusão das tomadas de posição em matérias polémicas envolvendo os interesses da Igreja no sistema de ensino e nas lutas políticas, contribuindo ainda para o êxito da cooptação de intelectuais leigos e para o adestramento de quadros promissores do clero para os embates doutrinários com ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e outros porta-vozes de grupos políticos locais e estaduais discordantes das posições eclesiásticas ortodoxas." (MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 146-147. (Coleção Corpo e Alma do Brasil) *A Cruzada* circulou de 1918 até 1926, quando viu forçada a suspender seus trabalhos. Apenas em 1935 foi iniciada uma segunda fase. (SILVA, José Thomaz Gomes da. "A CRUZADA" - ORGÃO OFICIAL DA DIOCESE. *Revista Eclesiástica da Bahia*, Aracaju, mar./1918. Apud. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 45; NOVA FASE DE "A CRUZADA". *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 3 jun. 1949, p. 61).

# Cidade Alerta! Aracaju nos tempos da II Guerra Mundial



**VESTÍGIOS** Baleeira do navio Araraquara que chegou vazia a uma praia de Aracaju



**dos torpedos** ães usados contra as embarcações civis atingidas nas costas de Sergipe

Dilton Maynard  
Licenciado em História e mestre em Sociologia pela  
Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em  
História pela Universidade Federal de Pernambuco.  
Professor do Departamento de História da Fundação  
Universidade Estadual de Alagoas - FUNESA.  
dcmaynard@infonet.com.br

**A**lerta!  
Às dez hora/s e quarenta e cinco minutos, precisamente, as sirenes e os sinos das igrejas emitiram sinais de alerta. Eram aviões inimigos que se aproximavam da cidade, pelo lado do mar.

Os alertadores e vigilantes da Defesa Passiva entraram em ação. Começou a agitação popular. Uns corriam para os abrigos, outros amparavam-se sob as marquises ou penetravam nas casas mais próximas. Casas comerciais e residenciais fechavam-se mas tudo na melhor ordem possível, de modo que, dentro de cinco minutos, havia cessado completamente todo o movimento da cidade! As ruas ficaram desérticas e por quanto podiam fazê-lo, em ocasiões que tais.

Exatamente às onze horas e dez minutos, começa a ofensiva aerea, sempre energeticamente repelida pela defesa ativa da cidade, a cargo do valoroso e disciplinado 28º B. C. , ora sob o comando do Cel. Gilberto Freitas.

O Banco do Brasil, o prédio do "Sergipe-Jornal" e a Estação Ferroviária são atacados mas as baterias anti-aéreas instaladas nos altos da Biblioteca Pública do prédio 'Pernambucano' e do alto do Mercado Modelo reagem honrosamente, estabelecendo-se então rude combate.

O fogo de barragem é intenso, mas os aviões lhe opõem resistência e conseguem despejar certa quantidade de bombas explosivas. Reina grande apreensão, há um barulho ensurdecedor, mas a população está toda abrigada, com a moral bastante alevantada, esperando-se mesmo que o numero de vitimas seja pequeno e os prejuizos materiais pouco consideraveis.

Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, os aviões deixam de sobrevoar a cidade, ouvindo-se então o sinal de "céu limpo". O povo sai a rua, pois está passado o perigo. Os serviços de saúde entram em febricitante funcionamento.

É assim que a **Folha da Manhã**, de 03 de maio 1943, relata o primeiro exercício de defesa antiaérea realizado em Aracaju. Confundem-se aí realidade e ficção. O narrador procura descrever um quadro heróico num possível ataque a Aracaju. Vê, nos poucos tecocos do aeroclube local, uma perigosa esquadrilha do **Eixo** (Alemanha, Itália e Japão). Sacos de areia são descritos como "bombas explosivas".

Entre os diversos eventos vividos por Aracaju em seus 150 anos, os da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram, sem dúvida, os mais marcantes. Poucas cidades brasileiras vivenciaram o conflito de forma tão intensa.

Tudo ocorreu muito rápido, entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942. A notícia, contudo, chegou mais tarde. O **Correio de Aracaju** justificou-se: "em vista de necessitar a imprensa de autorização oficial para publicar notícias referentes ao torpedeamento de nossos navios, e porque essa autorização só chegou muito tarde, o 'Correio' não circulou ontem".<sup>1</sup> Haviã naufragado entre os mares de Sergipe e Bahia, além do **Baependi**, o **Araraquara**, o **Anibal Benévolo**, o **Itagiba** e o **Arara**.

O inimigo vem do mar

Veamos algumas das impressões sobre o torpedeamento de navios ocorrido na região sergipana em 1942, com a palavra Santos Santana, cronista sergipano da época: "ao amanhecer o dia 20, começaram a chegar às areias das praias os corpos de adultos, tripulantes e passageiros dos navios, além de crianças quase todos filhos dos oficiais do Exército que faziam parte da unidade que estava sendo transportada pelo Baependi"<sup>2</sup>. Além de Santana outros autores comentaram o episódio.

Mário Cabral menciona a página negra do nazismo "na qual houve torpedeamentos dos navios brasileiros, um após outro, em frente ao litoral sergipano, causando a morte de dezenas de crianças, mulheres e homens, cujos corpos davam à praia, dias depois, inchados e corroidos (...)".<sup>3</sup> Pires Wynne também relata o torpedeamento que deixou o saldo de 652 mortos e 6 embarcações brasileiras naufragadas: "os tripulantes e passageiros do Baependi, primeiro barco a ser afundado, não sabiam como lançar as baleiras ao mar: as cordas que as prendiam haviam sido pintadas recentemente, o que impedia o desatamento dos nós". Wynne escreveu ainda que "para os passageiros da terceira classe, no porão, foi um terrível estrondo. É que o torpedo atingira justamente as partes mais baixas da embarcação, fazendo as camas-beliches caírem umas sobre as outras, deixando os soldados com água pela cintura em questão de segundos e estabelecendo um pânico que resultou numa decisão irracional: quase ninguém queria subir ao convés. Surgiria a falsa idéia de que lá em cima a morte chegaria com mais rapidez, pois o navio, adernando cada vez mais, faria com que as pessoas escorregassem e caíssem no mar".<sup>4</sup>

Com as notícias do torpedeamento, houve rebulição na cidade. Estudantes e populares saíram em passeatas. Porém, nem todo mundo teve atitude tão nobre. Não foram poucos aqueles que se dirigiram às praias na esperança de pilhar um ou dois naufragos. O governo pôs a policia de prontidão. Os cidadãos "ligados" ao Eixo - estrangeiros, inimigos políticos declarados - foram presos por precaução. A massa fez estragos nas propriedades de algumas destas pessoas. "Depredação não é brasilidade", advertiu a **Folha da Manhã**.<sup>5</sup>

Dias depois do ataque, Augusto Maynard Gomes - na época interventor federal, falou: "Sergipanos!... preparai-vos para a guerra!". Advertiu ainda sobre a possibilidade de novos ataques, de traição, desordem pública.<sup>6</sup>

Entretanto, as transformações na vida aracajuana não se restringiram ao torpedeamento.

A interferência do conflito no cotidiano da capital aparece documentada nas páginas dos jornais locais. Conforme **O Nordeste**: "a Guerra, com seus efeitos calamitosos, suas conseqüências imprevisíveis, vem sendo o assunto predileto de todos aqueles que tem tempo para cavaquear. Aqui, nesta cidade brasileira tão distante da Europa, e onde as distrações públicas são raras, a escuta do noticiário europeu sobre os últimos acontecimentos, vem sendo o prato favorito".<sup>7</sup> E, assim, disseminou-se a idéia da Guerra na vida aracajuana.

Ao que parece, Aracaju experimentou uma espécie de "invasão" da terminologia bélica. Referências à Guerra servem para indicar, por exemplo, a força do carnaval (*blitzkrieg contra as tristezas da vida*); as vantagens de um carro (*apesar do luxo vai ser vendido por preço de combate*) ou até mesmo a dedicação de um comerciante aos seus clientes (*o Cinema Guarany rendeu-se incondicionalmente ao seu digno público*)<sup>8</sup>. Como se vê, os termos oriundos da guerra se difundiram no cotidiano aracajuano. Mas, não somente no plano da linguagem Aracaju sofreu os efeitos da Guerra. Foi o caso do sistema de transportes.

Naquela época, como hoje, os automóveis particulares, prolongamentos da vida privada,<sup>9</sup> eram utilizados para o passeio com a família, para chegar às praias da cidade, assim como nos leva-e-traz dos homens de negócios etc. Eram usados (falamos dos mais vistosos) também para seduzir as juvenzinhas dos subúrbios da capital. Por conta da Guerra, todavia o governo instituiu o racionamento de combustível, proibindo o uso de carros oficiais e particulares. Com isso, os ônibus e bondes de Aracaju se viram abarrotados de gente. Os donos de automóveis, entretanto, não aceitaram a medida passivamente. O Departamento de Segurança informava que "não mais será fornecida autorização para circular carros pertencentes a particulares, para fins de limpeza ou qualquer outro pretexto"<sup>10</sup>. Contudo, muitos "figurões" utilizavam carros oficiais sem sofrer punições. Sabe-se ainda que os adversários políticos do governo ficavam longo tempo sem combustível.<sup>11</sup>

Além dos carros particulares e oficiais, era possível utilizar-se principalmente do bonde e da marinete. No primeiro "*senhoras, senhoritas, cavalheiros, como sejam militares, estudantes, elementos da nossa polícia civil (...)*" arrumavam-se entre os bancos, compras e outras apetrechos.

Os bondes são bons indicadores dos problemas que a cidade enfrentou após a entrada do Brasil na Guerra. Entretanto, verdade seja dita, o aracajuano teve que conviver com uma parca organização mesmo antes disto ocorrer. Mudavam-se itinerários sem prévio aviso, testavam-se novos horários, depois retornava-se ao procedimento normal. "*A ETEA retirou de tráfego e meses depois fez voltar o bonde de linha circular. Agora novamente retirou-o*".<sup>12</sup>

Pernas para quem estava distante da região central da cidade – onde se encontravam as principais repartições públicas, lojas, escritórios etc. – os bondes e as marinetes eram fundamentais à maioria dos aracajuanos. Dizia o ditado popular: "*Jogar como merá / só os bondes D Aracaju*". E com razão. A situação dos bondes e das vias não era boa. A Guerra apenas acentuou este quadro: "*os motores escangalhados, os truques estragados, as coberturas arremendadas de furos, as cortinas enguiçadas, sem estribos e sem freios*", informava o **Correio de Aracaju**. Em 1945, no mês de abril, dos onze bondes existentes na cidade, somente três circulavam. A razão para tamanha bagunça: era "a guerra".<sup>13</sup>

Por sua vez, as marinetes circulavam na capital permitindo acessar regiões nas quais os bondes não possuíam "linha", sendo suas passagens mais caras que as destes últimos. Mas com elas os incômodos também não se apresentavam esporádicos. Tais veículos podiam levar à praia de Atalaia, às provas de turfe, bem como às cidades do interior.

Outro efeito da Guerra sobre Aracaju foram os "blackouts programados". Em Aracaju os fiscais enfrentaram problemas com aqueles que passavam do horário com as luzes acesas ou não pintavam suas vidraças de preto, nem tampouco tratavam de colocar algum papel escuro nelas. A escuridão fermentou a imaginação dos cidadãos, mudou hábitos. As cadeiras nas calçadas, por exemplo, ficariam sem grande sentido se Fulano ou Sicrano (combustíveis da fofoca) não passavam, ou pior, se não eram bem visíveis.

A penumbra programada rearranjou o "ir" e "vir" de muita gente. "*o povo deve preparar a iluminação residencial de maneira a não ser percebida externamente*", explicava o anúncio sobre a instituição do blackout<sup>14</sup>.

A queda na tensão ou a falta de energia elétrica indicavam que a Guerra havia mesmo chegado a Aracaju com quase todas as suas dificuldades. Aos mais pobres, a eletricidade deficiente não representou grande entrave, já que estes não tinham acesso a tal benefício. Ressalva seja feita para o caso dos bondes que tinham que "recolher" mais cedo ou parar no meio da linha e aos cinemas, onde a falta de energia trazia consigo vaias e muita inquietação.

Por conta dos problemas com a energia, a ida aos clubes aracajuano também era feita com certo receio: "*a queda de energia empanou a festa*"<sup>15</sup>, lamentava o **Correio de Aracaju** ao cobrir um evento projetado com toda pompa. No final, baterias permitiram o prosseguimento de bailes e outras solenidades noturnas.

À guisa de conclusão

A Segunda Guerra reordenou o mundo, estabeleceu novos temores nas sociedades contemporâneas. Para Aracaju, os tempos de Guerra foram difíceis. O aracajuano teve que se adaptar às novas diretrizes impostas pelo conflito. Quando foi possível, as normas foram quebradas, desrespeitadas mesmo. Afinal, o que dizer de um cidadão que, proibido de passear de carro, resolve lavar o seu veículo a quilômetros da própria casa?

Além disto, o episódio do torpedeamento marcou a cidade definitivamente. A rodovia dos naufragos é um lugar da memória aracajuana parcamente explorado. Porém, os impactos do maior conflito do século XX para Aracaju e seus habitantes ainda são pouco conhecidos. Infelizmente, os gestores da cultura e da educação parecem desconhecer a importância de um espaço como este para a cidade. Poucas cidades brasileiras vivenciaram a Segunda Guerra de forma tão intensa. Todavia, nenhuma delas demonstra tanto desprezo pelo evento quanto Aracaju.

# O brasão de Aracaju: cinquentenário de um símbolo

Amâncio Cardoso.\*  
Mestre em História e professor do CEFET-SE. E-mail:  
acneto@infonet.com.br

**A**racaju tem um símbolo oficial de identidade, um documento que a especifica diante das demais capitais. Falo do **Brasão de Armas** – conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo de um escudo ou fora dele, representando as armas de uma nação, soberano, família, corporação ou cidade.<sup>1</sup> O Brasão de Aracaju foi criado pela lei nº 6, de 27 de janeiro de 1955, no governo do prefeito Jorge Campos Maynard (1952-1955).<sup>2</sup>

A fatura do brasão de nossa capital, assim como outro qualquer, deve obedecer às normas da **Heráldica** (arte e ciência que trata do estudo dos brasões e de suas regras de confecção), também conhecida por **Armária** ou **Brasonaria**.

Decifremos, assim, conforme a heráldica, o símbolo de nossa sesquicentenária capital.

O brasão de armas de Aracaju é composto por: 1- **Escudo esquadrelado** (dividido em quatro partes). 2- **Tenentes** - figuras de cavalos marinhos que seguram o escudo à **dextra** (direita) e à **sinistra** (esquerda), assentados num listel -. 3- **Insignia** (**coroa mural** com cinco torres). 4- **Divisa** (frase breve que se inscreve na parte inferior do escudo) em latim num listel azul.

Não identificamos o autor de nosso brasão. Sabemos, porém, que ele foi desenhado pelo artista plástico Florival Santos, a quem a memória sergipana atribui a suposta autoria de nossa peça heráldica. No entanto, num brasão de armas a autoria é definida apenas pela sua descrição escrita e não pela arte de **brasonar** (ato de desenhar brasões), que obedece a uma linguagem com regras próprias que remontam ao século XIII europeu.

Assim como na arte de desenhar, a descrição escrita de um brasão requer respeito às regras tradicionais da heráldica. Dessa forma, a primeira coisa a ser descrita num escudo são seus **metais e esmaltes** (cores). No Brasão de Aracaju, temos no escudo o dourado no **campo ou quartel** superior esquerdo e inferior direito; e azul no campo superior direito e inferior esquerdo. Nosso escudo tem ainda uma **orla** (borda) de prata.

A prata (2º metal na heráldica, representado pela cor branca) exprime virgindade, inocência e pureza. Isto

condizia com a então jovem cidade de cem anos (1955) que ainda vivenciava sua puberdade histórica. Quanto ao dourado (o ouro é o 1º metal heráldico) significa a nobreza, a constância e o poder. Com relação à cor azul, ela expressa na brasonaria valores da virtude, glória e dignidade.<sup>3</sup> Ambas cores, dourada e azul, apropriadas, desse modo, a uma sede municipal e capital de estado que tem como raio de ação e influência diversos territórios.

Ainda sobre nosso escudo, parece haver um grave equívoco sobre sua forma. Segundo a Lei nº 06 de 1955, que instituiu nosso brasão, ela reza que o escudo é de formato **português** (retangular com a parte inferior arredondada). Contudo, o escudo do Brasão de Aracaju foi desenhado ao modo **samnítico** (dos samnitas, antigo povo montanhês da região onde hoje está a Itália e, entre os antigos romanos, designação comum a gladiadores que usavam um grande escudo). O escudo samnítico (sanítico) ou francês moderno é também retangular, porém tem um bico regular à ponta e ângulos inferiores curvilíneos, como está em nosso brasão<sup>4</sup>. Desse modo, é imprescindível uma providência imediata das autoridades municipais para promover uma possível correção em nosso símbolo, sustentada em pesquisas heráldicas. Pois, caso esta observação esteja correta, isto significaria que Aracaju foi colonizada por franceses e não por portugueses, distorcendo assim nossa identidade e realidade histórica. Tal providência sanaria um equívoco cinquentenário, a exemplo do que ocorreu há pouco com a cidade de Santos-SP, cujo erro heráldico foi corrigido após oitenta e quatro (84) anos de criação do seu brasão.<sup>5</sup>

Decifremos agora as figuras que compõem o escudo. No quartel dourado superior esquerdo, encontra-se uma cruz pintada de vermelho. A cruz significaria a religiosidade oficial da urbe aracajuana representada pela

Igreja Católica. Já a cor vermelha indica, na armária, a intrepidez bélica, o domínio frente ao inimigo. Isto é pertinente com o contexto histórico de Aracaju de 1955, quando o clero católico ainda tentava destituir os leigos de seu capital religioso e combater outras instituições ao implementar estratégias da política de "romanização" (moral ortodoxa empreendida por parcela da elite eclesiástica em obediência às diretrizes da Cúria romana, seguindo determinações do Concílio de Trento de 1545-1563)<sup>6</sup>.

Neste sentido, com a criação da Diocese de Aracaju em 1910, formou-se uma verdadeira cruzada de salvação contra outras doutrinas de caráter religioso-filosófico como o Protestantismo, a Maçonaria e o Espiritismo. A campanha cruzadística católica também apontava como inimigas as idéias liberais, associadas ao mundanismo, e as "ciências atéias", sobretudo o Positivismo. Toda esta ação beligerante está sintetizada, por exemplo, num periódico católico publicado em Aracaju durante várias décadas do século XX, cujo título é eloquente: *A Cruzada*.<sup>7</sup> Assim, a presença do sinal católico no nosso brasão sugere uma imbricação política entre o governo das almas e o dos homens. Aliás, foi por filiar-se à Igreja Romana e à participação nas antigas Cruzadas (guerra dos cristãos contra os mouros na Idade Média) que os cavaleiros europeus adotaram a he-

rárdica como forma de distinção nas batalhas, depois nos torneios e nos serviços por eles prestados.

Já no quartel superior direito do Brasão de Aracaju, temos a figura de um catavento e porções de sal prateadas, simbolizando o extrativismo desse mineral. Em tempos idos, a capital sergipana já produziu este importante condimento da cozinha universal. Nossa toponímia, inclusive, documenta este fato, pois é o rio do

Sal -

Sergipe - que separa o município de Aracaju do de Nossa Senhora do Socorro, antiga região salineira, nas proximidades do Bairro Porto Dantas, no sopé do morro do Urubu, zona norte de Aracaju.

No quartel inferior esquerdo do cinquentenário brasão, vê-se a imagem de um coqueiro prateado. Ele simboliza outro setor de nossa economia. A cultura do coco é uma das mais tradicionais de Sergipe e, particularmente, de Aracaju. Nossa capital produzia, na época da criação do seu brasão, cerca de cinco milhões e trezentos mil (5.300.000) cocos por ano. Atualmente, a capital contribui com uma produção em torno de três milhões (3.000.000) de frutos anuais.<sup>8</sup> Esta considerável diminuição se deve, certamente, entre outros fatores, ao avanço urbanístico sobre áreas agrícolas. Tanto no que diz respeito à ação do Estado, através da construção de grandes conjuntos habitacionais, implicando na formação de um espaço metropolitano<sup>9</sup>; quanto à ação impulsionada pelos governos municipal e federal, concretizado no PAR (Programa de Arrendamento Residencial) e pela iniciativa privada, com empreendimentos imobiliários na zona sul de Aracaju, ou seja, na região da Farolândia, Atalaia, Aruana, Robalo, Mata-pôã e Mosqueiro.

Olhando para o quartel inferior direito do Brasão de Aracaju, vemos uma roda dentada (engrenagem) com sete raios e de cor vermelha. A roda, segundo as normas da Heráldica, representa fortuna e mutabilidade.

No caso de Aracaju de 1955, isto significaria que seu destino (fortuna) estava reservado no investimento do trabalho fabril ou industrial; simbolizado pela roda dentada. Ou seja, a capacidade de mudança (mutabilidade) de uma economia hegemonicamente agrícola

para uma industrial estava nos planos das autoridades à época. Neste período, o Brasil vivenciava um momento de inversão das importações, sobretudo na Era Vargas (1930-1954), quando o Estado atuou intensamente com medidas protecionistas à indústria.<sup>10</sup> Quanto à Aracaju, as primeiras indústrias têxteis se instalaram no início do século XX, no bairro Industrial. Fortalecia-se, dessa maneira, a participação deste setor na economia do município, ao mesmo tempo em que aumenta a organização dos trabalhadores com a fundação, por exemplo, do *Centro Operário Sergipano*, em 1910. Após a Revolução de 1930, no Brasil e em Sergipe, os trabalhadores organizaram-se em sindicatos

respaldados pela Interventoria (governo assumido por representante do presidente da República).<sup>11</sup> Além disso, houve o crescimento de uma imprensa operária local com a publicação, entre outros, do jornal *A Voz Operária* (1932-33), *Tribuna Pro-*

*letária* (1932) e *O Proletário* (1933-34). Aliado a isto, intensificaram-se manifestações reivindicatórias como a primeira greve geral de Aracaju, ocorrida em abril de 1935.<sup>12</sup>

Quanto à cor vermelha da roda dentada no brasão de nossa capital, ela significa valor e magnanimidade. Atributos que o trabalho ganhou após a hegemonia da ideologia liberal-burguesa a partir do século XVIII no ocidente.<sup>13</sup>

Saindo do escudo, decifremos os outros elementos do Brasão de Aracaju. Acima do escudo, está uma coroa mural dourada, com cinco torres. Na brasonaria, esta insígnia representa a cidade, simbolizada pelos muros que a cercavam na antiguidade e no medievo europeus. Com relação à Aracaju, além de cidade, ela representa uma capital, o que lhe confere soberania e nobreza, qualidades simbólicas da coroa na linguagem heráldica.<sup>14</sup>

Quanto aos tenentes, figurados por dois cavalos marinhos dourados à direita e à esquerda do escudo, eles representam, conforme a lei de criação do nosso brasão, o porto fluvial. Na linguagem heráldica, o cavalo marinho é chamado de *hipocampo* (*hippocampus antiquorum* é seu nome científico).

Ele deve ser representado na armaria de cabeça para cima, como está em nosso brasão, e simboliza a empresa marítima.<sup>15</sup>

Neste caso, é conveniente esta representação para Aracaju, cidade litorânea.

Afinal, a empresa marítima

está na origem que justificou seu nascedouro. Em 17 de março de 1855, Inácio Barbosa (1823-1855), presidente fundador, alegara em seu relato à Assembléia Legislativa que a nova capital teria melhores condições de navegabilidade do que a colonial São Cristóvão, que se localiza "no fundo do rio Paramopama com dependências de maré". Aracaju, dessa forma, garantiria o crescimento do comércio marítimo na então província.<sup>16</sup>

Por fim, outro elemento que compõe o Brasão de Aracaju é a Divisa de ouro em latim num listel azul. Nele, se lê *PAX ET LABOR*. A paz e o trabalho se uniriam para expressar a boa fortuna da nova capital. Simbolizariam, ainda, a aventada cordialidade e laboriosidade dos aracajuanos. No entanto, a disciplina e o pacifismo da classe laboriosa nem sempre corresponderam à realidade histórica, como vimos acima. As tensões entre capital e trabalho não se verificavam como raridades, em virtude do aumento do nível de organização e reivindicação crescentes dos operários da capital em meados do século XX. Porém, as autoridades públicas e a elite política municipal se confundiam com as classes

proprietárias, cujos ideais apontavam para um trabalhador urbano disciplinado e, por conseguinte, pacífico.<sup>17</sup> Assim, compreende-se a presença marcante desta frase na divisa do nosso símbolo oficial, em que paz e trabalho estão conciliados.

Como vimos, um brasão pode ser fonte preciosa para conhecermos a História através das simbologias heráldicas e para entender a construção de nossa identidade. Muito embora o Brasão de Aracaju seja um documento histórico, e, portanto, datado, ele ainda nos representa, nos identifica enquanto cidadãos de uma capital que merece parabéns em dose dupla: tanto pelo seu sesqui-centenário, quanto pelo cinquentenário de seu brasão.

#### NOTAS:

- 1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (org.). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 283.
- 2 ALENCAR FILHO. Aracaju etc. e tal. Aracaju: Desacato, 1980. p. 71-72.
- 3 MOYA, Salvador de. *Biblioteca Genealógica Latina: simbologia heráldica*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1961. p. 34 e passim.
- 4 LUZ, Milton. *A História dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo e o hino*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 73 e 149.
- 5 NOVO MILÊNIO. *Histórias e lendas de Santos: um novo brasão na terra dos bastardos*. In: <[www.novomilenio.inf.br/santos/h0208.htm](http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0208.htm)>. Acesso: 12 de março de 2005.
- 6 ABREU, Martha. Romanização. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 660-661.
- 7 ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. *Sob o olhar diligente do pastor: a igreja católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão/SE: UFS/NPPCS, 2000. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).
- 8 IBGE. *Censos Demográficos e Econômicos: Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1956. p. 160. (Série Regional, v. xix).
- IBGE. *Produção Agrícola Municipal: Sergipe*, 2003. p. 24.
- 9 FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: Estado e metropolização*. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999. p. 105-121.
- 10 BUENO, Eduardo. *Brasil uma História*. São Paulo: Ática, 2002. p. 341.
- 11 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 102.
- 12 ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na Trama da História: o movimento operário de Sergipe (1871 a 1935)*. Aracaju: J. Andrade, 2000. p. 135 e passim.

13 SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 7-205.

14 MOYA, Salvador de. *Biblioteca Genealógica Latina: simbologia heráldica*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1961. p. 85-86.

15 MOYA. *Ibidem*, p. 67 e 165.

16 BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial*. Sergipe: Typografia Provincial, 1855, p. 03.

17 SOUZA, Antônio Lindvaldo de. *Disciplina e resistência: cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910-1930)*. Aracaju, UFS. Monografia de bacharelado em História 1991

# Davi contra Golias

A luta dos moradores do bairro América para  
fechar a fábrica de cimento Portland (1975-1984)

Valéria Maria Santana Oliveira  
Graduanda em História pela Universidade Federal de  
Sergipe. E-mail: valmasaol@yahoo.com.br.

*"(...) o que pedimos antes de tudo, [é] a uma história do âmbito local, (...) que nos ajude a responder aos grandes problemas da história se não universal, pelo menos regional".*

Marc Bloch<sup>2</sup>

Neste ano em que comemoramos os 150 anos de nossa capital, se faz mais do que apropriado trazer à tona um importante capítulo da história de Aracaju: a luta dos moradores do bairro América para fechar a Fábrica de Cimento Portland. Neste sentido farei um breve histórico que vai desde a instalação da fábrica em 1976, até a sua desativação em 1984. A seguir, analiso alguns documentos cujos conteúdos constituem elementos da memória popular e evidenciam um dos movimentos reivindicatórios urbanos de maior relevância da história da nossa capital.

Em 1976, foi inaugurada a Companhia de Cimento Portland de Sergipe, uma empresa do grupo Votorantim. Localizada na rua Acre, próximo ao bairro América. Ela representava para os moradores locais uma esperança de mais oportunidades de empregos: a chegada do tão esperado progresso. Porém, a instalação da fábrica trouxe consigo muita poluição e sérias consequências para a saúde da população, principalmente de crianças e idosos. Foram tantos os casos de insuficiência respiratória que as pessoas batizaram a doença de "cimentite". O pó de cimento aspirado diminuía a elasticidade dos pulmões.

Na tentativa de buscar uma solução para o problema é organizada em 1983 uma comissão que iniciou a campanha para fechar a fábrica de cimento. Na liderança estava o então vigário da paróquia São Judas Tadeu, frei Florêncio Peccorari, juntamente com um grupo de moradores locais. Foi em meio a este cenário que nasceu a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América. A AMABA tinha na questão da fábrica uma de suas principais frentes reivindicatórias. Sua formação se deu a partir da necessidade de organização popular como alternativa para exigir das autoridades a solução dos diversos problemas existentes naquela comunidade.

A mobilização ficou conhecida entre os antigos moradores como "a luta de Davi contra o gigante Golias". De fato, nem as diversas notificações da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), nem as leis federais e estaduais conseguiam parar as chaminés da Portland.

Simplemente fechar a fábrica também se constituiria em um problema, já que muitos dos operários eram moradores do próprio bairro. Sendo assim, para evitar o desemprego de tantos trabalhadores, a negociação dos membros da comissão junto à diretoria da empresa se deu no sentido de transferir a fábrica de cimento para um local mais apropriado. A unidade da rua Acre só fecharia quando uma outra estivesse pronta, mantendo assim os operários empregados. Porém, não foi exatamente assim que os fatos se desenrolaram.

Em 1984, a fábrica é fechada sem que a outra estivesse terminada. O fato gerou o desemprego de muitos trabalhadores. Posteriormente, a maioria deles foi recontratada para a nova fábrica que se instalou no município de Laranjeiras.

Vejamos, agora, alguns documentos que retratam estes fatos.

O primeiro deles é uma notícia do Jornal de Sergipe, de 21 de maio de 1982. "O PÓ DA MORTE FABRICADOR DE ANJO" – nos dá uma idéia do impacto que a questão causou na sociedade. Aqui são descritas as diversas ações da população do bairro América em busca de uma solução para os problemas provenientes da poluição provocada pela fábrica de cimento. Notícia que a mobilização local vinha desde 1975, com a entrega do primeiro abaixo-assinado reivindicando a transferência da fábrica.

As fotos da matéria, além de mostrar as chaminés da Portland em pleno funcionamento, trazem uma criança doente e outra já morta. Esta última juntamente com sua certidão do óbito, apontando como *causa mortis* insuficiência respiratória. Vários outros casos de vítimas do "pó da morte" são citados, além da luta jurídica entre a Companhia de Cimento Portland e a ADEMA. Há ainda a referência a uma entrevista concedida na TV Atalaia pelo secretário da Administração Estadual do Meio Ambiente, Luis Carlos Resende. Nela, o mesmo esclarece como se dá a dispersão dos resíduos no ar e as graves consequências para a saúde da população. Reconhece que a poluição contribuía bastante para os males respiratórios que acometiam aquela população, mas não se constituía na sua única causa.

Neste mesmo artigo é também entrevistado o pediatra José Machado de Souza, que além de ser o então secretário de Estado da Saúde era também o presidente do Conselho Executivo de Controle da Poluição. Tendo a Administração Estadual do Meio Ambiente subordinada à sua pasta, o pediatra confirma as informações largamente divulgadas na época, sobre as doenças que faziam com que o número de crianças a comparecer nos postos de saúde tivesse aumentado significativamente. Todas que iam em busca de atendimento médico sofriam de bronquite, notadamente bronquite alérgica. O secretário lamenta a indiferença por parte da Justiça.

Esta notícia mostra a real proporção do tamanho do gigante a ser enfrentado. A população não estava lutando simplesmente contra uma fábrica, mas com um dos maiores grupos empresariais do Brasil – a Votorantim, pertencente a Antônio Ermírio de Moraes, a quem o Dr. José Machado de Souza chama de “um dos maiores capitães de indústria do Brasil”.

O segundo documento é um memorial da Associação de Moradores do Bairro América (AMABA), editado no informativo da associação datado de setembro de 2003. “20 ANOS SEM A POLUIÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO”, é o título em destaque na primeira página, que traz um resumo dessa chamada “luta de Davi contra Goliás”. O autor do texto, Emanuel Rocha, descreve alguns fatos como os prejuízos à saúde da população local, referindo-se a esta série de reivindicações como “uma das maiores lutas do movimento popular”. E ainda como um “levante popular”, onde os moradores do bairro América entraram para a história como “a comunidade que fechou a fábrica de cimento”. É evidente, no decorrer do texto, o orgulho que os moradores do bairro nutrem, até hoje, por tamanha vitória. Também é importante notar a tentativa de manter viva a memória destes fatos, como forma de estimular a adesão a outras tantas lutas que necessitam do engajamento.

O depoimento do frei Florêncio Peccorari, vigário da paróquia à época, é um outro testemunho do processo de organização da comunidade em torno da transferência da fábrica. Evidencia o quanto foi decisiva a presença de um líder religioso a frente do movimento. Ao celebrar suas missas na Paróquia São Judas Tadeu e na TV Atalaia todos os domingos, o frade capuchinho utilizava-se de vias privilegiadas para denunciar o dilema vivido pelas habitantes do bairro América.

O salão paroquial passa então a ser palco de sucessivas reuniões de mobilização e conscientização da população. Era na Igreja São Judas Tadeu, nas missas dominicais e na comunhão, que a comunidade buscava forças para resistir. Podemos assim afirmar que a fé funcionava como um elemento catalisador das lutas dos moradores do bairro, já que se configurava num estímulo a mais nos momentos de dificuldade, aqui, como em outros lugares. Montenegro, referindo-se ao movimento reivindicatório no bairro de Casa Amarela, em Recife, explica essa associação entre a religiosidade e as lutas locais. Segundo o autor: “A força cultural do sagrado é incorporada como elemento fundante de uma aliança que se acredita mais poderosa sob a vista dos santos (...). Ter a benção divina (Deus é justo, é nosso pai) é uma forma de enfrentar, de vencer o medo, a força, a violência (...)”.<sup>3</sup>

Este testemunho mostra também que foi a articulação bem-sucedida entre a população (através de diversas associações de moradores), a Igreja, partidos políticos, advogados, a ADEMA, a imprensa, que fez deste um movimento vitorioso.

O quarto e último documento que trata desta luta é o discurso proferido no dia sete de outubro de 1984, pelo então presidente da Associação de Moradores do Bairro América, Francisco Alves. As oito horas da manhã, no horário da missa celebrada na TV Atalaia pelo Frei Florêncio, o presidente da AMABA dirigiu-se aos telespectadores agradecendo a Deus pela desativação da Fábrica de Cimento. Depois de citar alguns dos graves problemas causados pela poluição ao longo daqueles anos, afirmou esperar que o governo não permitisse a reativação da fábrica.

Este documento é um indício de que a mobilização popular, que inicialmente era muito local, ganhou a adesão de sindicatos, partidos políticos, da UFS, da imprensa e de associações de moradores de outros bairros. O presidente da AMABA conclui seu discurso agradecendo à imprensa em geral e ao então governador do Estado, João Alves Filho. Em sua fala é emblemática a influência da religiosidade presente no cotidiano dos moradores daquele bairro. Uma associação com o sagrado que representa para a população uma forma de legitimação de suas lutas e ainda, uma esperança redobrada na vitória de seus ideais.

Esta aproximação entre a Igreja Católica e as camadas populares não é um fato novo, é consequência das mudanças de orientação interna provenientes do Concílio Vaticano II (1965) e das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979)<sup>4</sup>. Neles ficou consolidada a opção preferencial pelos pobres e a promoção das Comunidades Eclesiais de Base<sup>5</sup>, o que segundo a antropóloga Marjo de Theije é uma forma da Igreja católica “manter uma posição influente na sociedade”.<sup>6</sup> Segundo a autora, este tipo de catolicismo – mais voltado para os pobres – tem como objetivo influenciar a sociedade ao mesmo tempo em que promove sua conscientização<sup>7</sup>. Despertar a consciência dos pobres tornou-se então a idéia principal da Igreja do Brasil naquele momento<sup>8</sup>.

Não é demais lembrar que em 1983, ano em que as mobilizações reivindicatórias no bairro América estão no auge, o Brasil ainda convivia com as chagas da Ditadura. Uma vez que o regime militar havia castrado as vias de protesto popular, a Igreja tornou-se então o último reduto da oposição<sup>9</sup>. É neste contexto que as CEB's vão ganhar força. É também em meio a estes fatos que o povo simples do bairro América, tendo como maior aliada a Igreja Católica, consegue se organizar e retirar da região a fábrica de cimento.

Após esta breve contextualização, podemos retornar aos quatro documentos aqui analisados. A notícia de jornal e o memorial da Associação de Moradores nos dão uma descrição dos problemas causados pela poluição para a saúde da população local e, também, informações sobre a luta jurídica travada entre a ADEMA e a Votorantim. O depoimento prestado por um dos líderes do movimento, Frei Florêncio Pecorari e o discurso do então presidente da AMABA, Francisco Alves, confirmam estes dados acrescentando mais detalhes para a compreensão do processo de organização da comunidade e as reivindicações dos moradores junto a diversos setores da sociedade.

Nestes documentos há um elemento de grande relevância: a religião. A mobilização reivindicatória da população teve no altar católico o seu ponta-pé inicial. Contar com o apoio da Igreja tem aqui uma enorme influência no imaginário popular, significa estar sob as bênçãos divinas. A vitória do povo é compreendida, portanto, como o alcançar de uma graça do "Pai Celestial". Prova disto são os agradecimentos contidos no quarto documento que se trata do discurso que o presidente da AMABA à época proferiu quando a fábrica foi desativada.

O itinerário desta luta, mostrado através dos documentos aqui elencados, fornece também elementos para a compreensão dos movimentos de bairro, enquanto mobilização das camadas populares, diante da necessidade de cobrar dos órgãos públicos os bens urbanos básicos e superar assim a "pauperização e exclusão".<sup>10</sup> A luta do povo do bairro América não tinha como objetivo acabar com uma fábrica, mas sim, que lhe fosse assegurada uma qualidade de vida digna. Neste caso, como nos diz Marilena Chauí, evidencia-se

que os movimentos sociais populares no Brasil não buscam a transformação da sociedade como um todo, sua ação se dá no sentido de se constituírem grupos de pressão contra o Estado.<sup>11</sup> São, portanto, reivindicações por reformas sem o objetivo de modificar a estrutura social vigente.

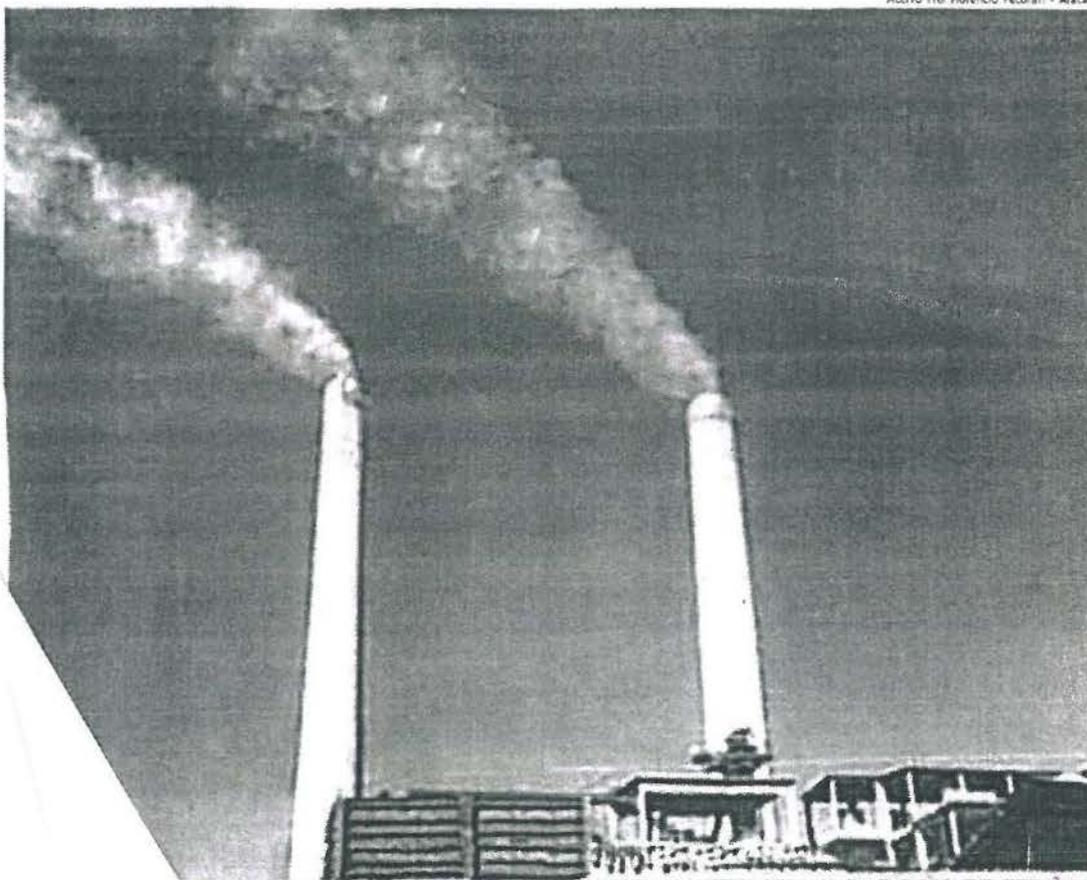
As fontes aqui analisadas são evidências do processo que culminou na vitória de pessoas de um bairro marginalizado contra um dos maiores grupos empresariais do país. Um movimento que conseguiu atrair para si diversos segmentos da sociedade que, insatisfeitos com o *status quo*, se vêem impulsionados a aderir a uma causa julgada justa.

A história dos movimentos populares em Sergipe ainda é um objeto pouco estudado. Lutas populares como esta, de moradores de um bairro de periferia que organizados alcançaram um objetivo quase inatingível, não podem ficar condenadas ao esquecimento. Esta mobilização foi, seguramente, uma das maiores vitórias populares de Sergipe, portanto, resgatar sua memória se constitui em algo de extrema relevância para a nossa história local.

NOTAS

- 1 Trabalho orientado pelo prof. Dr. Francisco José Alves.
- 2 BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 202.
- 3 MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 54.
- 4 FERNANDES, Dom Luís. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, p. 7.
- 5 Marjo de Theije define as CEB's como "pequenos grupos de católicos leigos que se encontram regularmente para ler e discutir a Bíblia e aplicar suas reflexões a seu respeito à experiência cotidiana". (Cf. THEIJE, p. 53).
- 6 THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2002, p. 55-56.
- 7 THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2002, p. 72.
- 8 THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2002, p. 76.
- 9 LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 149.
- 10 SILVA, Neide Maria da. et al. *Movimentos de Bairro: Repetição/ Invenção*. Recife: Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – ETAPAS, 1988, p. 07.
- 11 CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1981, p. 131.

Açúcar Frei Florêncio Pecorari - Aracaju



em funcionamento poluindo o baixo América - Anos 1980

76  
84

# Questão habitacional em Aracaju na década de 1980

Joelina Souza Menezes  
Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Sociologia.

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves  
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, doutora em Serviço Social

O planejamento de Aracaju foi o primeiro esboço de formulação de uma política urbana para a cidade. Em que pese essa preocupação inicial, o seu crescimento foi ocorrendo de forma desordenada sem uma política conseqüente de ordenação do espaço urbano, principalmente no que diz respeito às moradias para a população de baixa renda.

Esta situação foi sendo gradativamente aguçada em decorrência de Aracaju ser o município aglutinador de bens e serviços de consumo coletivo para atender a população do Estado. Este aspecto provoca uma diversidade de implicações, principalmente nas esferas econômica, política e social. Nesse contexto ganha maior visibilidade a forma desigual de acesso a saúde, a educação e a habitação, foco central deste estudo.

Analisaremos aqui a ação dos poderes, executivo e legislativo de Aracaju, em relação à política habitacional entendida "como estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social"<sup>2</sup> visando "garantir uma relativa continuidade no fluxo de oferta de um dado bem ou serviço"<sup>3</sup>, no decorrer das décadas de 1986.

## FRAGMENTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU

Os estudos<sup>4</sup> que tratam da evolução urbana de Aracaju desde a sua fundação até 1980 focalizam a presença marcante do executivo no ato político que decidiu sobre a mudança e nas ações de planejamento da nova cidade. As análises, de forma diferenciada, sinalizam para a imbricação entre interesses econômicos e políticos que nortearam a decisão de mudar a capital de São Cristóvão para Aracaju. Um dos estudos, inclusive, destaca a presença do rio Sergipe como estratégia para fortalecer a importação e exportação dos principais produtos para movimentar o comércio, ou melhor, a economia sergipana da época, que tinha como principal base de sustentação a cana de açúcar. A proposta de Aracaju ser um centro administrativo e político estava vinculada intimamente à idéia de transformá-la em um centro econômico.

Esse objetivo, segundo alguns historiadores, foi fruto de uma vitória política comandada pelo representante do partido conservador, o Barão de Maruim<sup>5</sup>

Fica evidente nos estudos sobre a origem de Aracaju a forma como o presidente da província, Inácio Barbosa agiu no sentido de evitar qualquer divergência à sua proposta<sup>6</sup>. A atuação do poder público sobre o solo urbano foi determinante desde a elaboração da planta. Segundo alguns estudos<sup>7</sup>, o poder público exigiu agilidade ao engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, responsável em traçar o desenho urbano da nova cidade, para não ser surpreendido pelo confronto do grupo político contrário a mudança da capital. Sendo assim, Pirro não teve tempo de rever seu projeto para melhor adaptar as condições físicas do terreno de modo, por exemplo, a oferecer melhores condições para a construção de prédios públicos e de uso público<sup>8</sup>.

Aliado a este aspecto vê-se também que a proposta apresentada por Pirro deixava evidente a segregação social uma vez que a população pobre "não poderia construir suas casas dentro do 'quadrado' onde as exigências construtivas estavam além de suas posses (...)"<sup>9</sup>. O próprio desenho urbano proposto deixava à margem a pobreza que aumentava gradativamente nos arruamentos construídos paralelamente à área delimitada. Desde o início o poder público não inseriu na sua proposta ações voltadas para a inclusão social dos segmentos sociais de baixa renda. Esta situação perdurou nas três primeiras décadas do século XX como demonstra uma análise das Posturas Municipais editadas entre 1902 a 1927<sup>10</sup>.

A estratificação sócio-espacial da cidade tem continuidade ao longo do tempo. Conforme a geógrafa Vera França houve por volta da década de 1980 um processo de metropolização de Aracaju no qual "a baixa renda e a pobreza são empurradas para os assentamentos periféricos, enquanto o núcleo central paulatinamente se elitiza."<sup>11</sup>

Nesse processo, o poder público, estadual e municipal, foi o principal promotor. Assim, a questão da habitação para os segmentos de baixa renda, só é inserida na pauta de ações do executivo municipal e estadual de forma residual sob a forma de programas sociais eventuais. Não há uma política contínua para a questão habitacional onde recursos financeiros, humanos e estruturas administrativas são disponibilizados para a sua operacionalização.

Observa-se, entretanto, que em alguns momentos conjunturais há por parte do executivo o desencadear de ações para a questão da moradia. No entanto, vale frisar que a intervenção do Estado, na maioria das ocasiões, ocorreu de forma pontual sem necessariamente estar voltada para segmentos de baixa renda. Por exemplo, no período de 1850 a 1900 segundo Ribeiro<sup>12</sup>, o governo provincial adota medidas visando facilitar a aquisição da casa própria por parte dos funcionários públicos.

77  
84

Quarenta e sete anos depois (1947), há uma medida voltada para a expansão das moradias populares. O decreto lei n° 226 "concedia favores fiscais para quem construísse grupos de 10 ou mais casas populares simultaneamente no perímetro urbano, no prazo de 3 anos"<sup>13</sup>. É nesse contexto, no início da década de 1950, que ainda podemos citar a construção do conjunto Agamenon Magalhães para abrigar os favelados da 'Ilha das Cobras' situada nas proximidades da Fábrica Sergipe Industrial<sup>14</sup>.

É na década de 1960, durante a vigência da ditadura militar, que a política habitacional é assumida com mais firmeza pelo Estado através da criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, em 1964. É instituído o Sistema Financeiro da Habitação que traz desdobramentos para os estados brasileiros através da institucionalização das Companhias de Habitação Popular - COHABS. Estes órgãos vão gerenciar as políticas habitacionais para os segmentos de baixa renda. Em Sergipe, em 1966, é constituída a COHAB/SE que terá intervenção decisiva na configuração espacial de Aracaju a partir daquela época<sup>15</sup>. Diversos analistas enfatizam que os meados da década de 1960 até metade da década seguinte representam um período de avanço em termos de política social. Isto se expressa em medidas legislativas que vão compor o arcabouço institucional e financeiro dos sistemas nacionais públicos responsáveis pela regulação de áreas de bens e serviços sociais básicos<sup>16</sup>. Apesar desses avanços, permanece a dimensão clientelista nas ações de diversas políticas a exemplo da seguridade social, a educação e habitação.

No caso específico da habitação, as medidas vinculadas ao sistema financeiro da habitação foram desviadas para atender grupos sociais mais favorecidos e não basicamente a população de baixa renda tal como previsto no texto que criou o BNH. Este aspecto teve implicação direta na extinção do órgão em 1986 e na desarticulação institucional que vai ocorrer no final da década de 1980. Este período é contraditório. Por um lado, a promulgação da Constituição de 1988 garante a vitória das demandas das lutas organizadas por moradia ao incluir um capítulo sobre a política urbana. Do outro, o fortalecimento / enfraquecimento do arcabouço institucional atinge o auge com a constituição de um Ministério específico para gerir as políticas de desenvolvimento urbano e habitacional.

## O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO EM AÇÃO

Consideremos três governos<sup>17</sup>: Augusto do Prado Franco (1979 a 1982/ PDS), João Alves Filho (1983 a 1987 / PDS) e Antonio Carlos Valadares (1987 a 1990 / PFL). Trata-se de uma conjuntura marcada pelo período de transição política do regime autoritário para o democrático. Nesta década, destaca-se o ano de 1982 enquanto o marco da retomada das eleições diretas. No momento da retomada das eleições diretas para governador comandava o Estado de Sergipe o governador Augusto do Prado Franco que apoiou o candidato eleito Sr. João Alves Filho, integrante do PDS partido que sucedeu a antiga Arena. Agremiação afinada com o regime militar.

Sergipe estava inserido no processo de democratização do País. Apresentava uma configuração política que refletia o conflito de interesses locais da época e a predominância de forças políticas mais conservadoras. Traçando um panorama da composição da **Assembleia Legislativa**, durante o período, vê-se que esta possuía **67 parlamentares** representando **nove partidos**: ARENA (12), PFL (14), PDS (10), MDB (05), PMDB (15), PL (02), PDT (01), PSB (02) E PT (1). Os partidos de oposição aparecem, no cenário político, com mais vigor, a partir de 1985 com número reduzido de parlamentares, mas é bom destacar que durante o período de 1986 a 1990 há um equilíbrio entre forças de oposição e da situação no legislativo.

Quanto ao **Município de Aracaju** ele é representado, no período por cinco prefeitos, sendo quatro de partidos de oposição. São eles: Heráclito Guimarães Rollemberg (1979 a 1985 / PDS); José Carlos Mesquita Teixeira (1985 a 1986 / PMDB); Jackson Barreto de Lima (1986 a 1988 / PMDB); Antonio Fernandes Viana de Assis (1982 a 1992/ PMDB); Wellington da Mota Paixão (1989 a 1992 / PDS). A **Câmara de Vereadores**, durante a década de 80, foi representada por **62 parlamentares de nove partidos**: PDS (24), PFL (05), PL (01), PRN (01), PMDB (23), PDT (05), PCB (01), PC do B(01) e PT (01).

Sobre a questão da habitação tramitaram na Assembleia Legislativa 21 projetos de lei. A maioria, 13 (treze), foi de autoria do executivo. Visava viabilizar as ações relativas à questão habitacional. Onze destes foram sancionados e transformados em lei pelo governador da época. Dos oito projetos de lei de autoria do próprio legislativo não há registro de suas aprovações. Os discursos analisados expressam o apoio e denúncias dos diferentes parlamentares e partidos, bem como suas posições quanto aos interesses divergentes do Estado e dos grupos civis organizados. Os parlamentares de oposição se constituíram como guardiões dessa política por parte do executivo. Este aspecto fica claro, principalmente, nos discursos de parlamentares de oposição que usavam a tribuna para fazer tanto denúncias ao sistema financeiro quanto do clientelismo na distribuição das casas.

Os projetos de lei do executivo versavam sobre as condições operacionais para a concretização da política habitacional, ou seja, desapropriação de áreas para a construção de conjuntos habitacionais; autorização para o executivo contrair empréstimos junto ao BNH, CEF o FINEP visando à execução de programas vinculados ao PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), PLANASA (Plano Nacional de Saneamento). Já os projetos de lei apresentados pelos deputados objetivavam garantir os direitos dos usuários através do estabelecimento de critérios que pudessem evitar a prática clientelista. Nesse sentido, estabelece o sorteio público para a seleção dos mutuários da COHAB, obedecendo a ordem de inscrição e classificação dos pretendentes às casas.

78  
84

Na Câmara de Vereadores não foi encontrado projetos de leis e leis relativas à questão habitacional. A Prefeitura não trabalhou diretamente esta questão durante o período em análise. A sua atuação estava mais voltada para a regulamentação do solo e desapropriação de terrenos. A centralização da operacionalização da política habitacional pelo executivo a nível nacional e estadual justifica a ausência desta no âmbito municipal.

Na Assembléia Legislativa Estadual foram cento e vinte e oito discursos, pronunciados por vinte e quatro deputados, de nove partidos diferentes: ARENA, PDS, PFL, PL, MDB, PMDB, PSB, PDT, PPT. Os discursos apresentavam denúncias quanto aos reajustes de prestações das casas próprias; o apadrinhamento na distribuição de casas; o desvio de verbas, licitações públicas beneficiando empreiteiras ligadas a grupos do poder; referências à crise financeira e apoio aos diferentes interesses dos grupos civis organizados e ao Estado.

Apesar da configuração caótica visível nos discursos dos deputados daquela década, o Estado responde à demanda populacional por moradia, com a construção de 20 conjuntos habitacionais. Nove construídas no governo de Augusto do Prado Franco/ PDS, dois no de João Alves Filho / PDS e nove no de Antônio Carlos Valadares / PFL.

A construção dos Conjuntos Habitacionais foi realizada com recursos advindos de programas nacionais, tais como, FICAM (Financiamento Individual para Construção, Aquisição e Melhoria de Habitação de Baixa Renda), PRONHASE, Programa Pequenos Conjuntos e Merc. Hipoteca, PRONAP. Tanto o governo de João Alves quanto o de Antônio Carlos Valadares fizeram uso do PROGRAMA DE MUTIRÃO para a construção de conjuntos habitacionais, um em 1986 e o outro em 1987.

Já as notícias veiculadas nos jornais pesquisados da época mostram que a luta por moradia colocou em cena diferentes sujeitos sociais. Entre eles destacamos: a) Os moradores de bairros periféricos, áreas de ocupação / invasão exigindo do Estado construção de casas e serviços de infra-estrutura; b) Os integrantes do Movimento dos Sem -Teto denunciando as condições sub-humanas das vilas, os altos índices dos aluguéis e a irregularidades na distribuição dos imóveis; c) Os moradores de Conjuntos Habitacionais denunciando a ausência de serviços básicos (saneamento, transporte urbano, coleta de lixo, escola e outros).

Conforme os jornais, em alguns momentos houve avanços em relação à questão habitacional, apesar de a população de baixa renda não ser prioridade da política. Quando isso ocorre é em consequência da sua luta. Vale ressaltar que, em alguns momentos, o governo teve de utilizar a força repressiva, a Polícia Militar, para remover invasores de casas de conjuntos habitacionais bem como de áreas públicas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional durante a década de 1980 foi objeto de debate tanto no legislativo quanto no executivo e ainda na imprensa local. Tal fato deflagrou a construção, por parte dos governos, de 20 conjuntos habitacionais totalizando 11.077 unidades habitacionais.

Os movimentos por moradia ao ganharem visibilidade no cenário político e social conseguiram que algumas das suas propostas fossem absorvidas pelo Estado. Percebe-se que encaminharam aos diferentes governos demandas visando a desapropriação de áreas urbanas, a liberação de recursos e o financiamento da casa própria. A questão urbana assume nos anos 80 a sua concretude a partir da interferência política do executivo e do legislativo. Os dois desencadeiam programas e medidas relativas à definição de critérios que viabilizem o acesso à moradia, a reurbanização e remoção de favelas, a construção de infra-estrutura.

O Estado enquanto gestor da política habitacional principal alvo das pressões populares. As respostas do Estado envolveram, principalmente, a incorporação de demandas mediante a elaboração e execução de Programas específicos. Como exemplo, o Mutirão da Amizade, que resultou na construção do Conjunto Jardim III, em Nossa Senhora do Socorro para atender população de baixa renda. Numa prova incontestada de que a cidadania é conquista.

### NOTAS:

1 Para elaboração desse artigo foram utilizados os relatórios dos bolsistas de iniciação científica Verônica Teixeira Marques, Dorival Pereira Oliveira, Meire Jane Martins Porto Tereza Rachel Clement Mauadie.

2 CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Cunha. Políticas públicas sociais in POLÍTICAS PÚBLICAS, Alysson Carvalho et al. (org.). Belo Horizonte / Editora UFMG, PROEX, 2003, p. 11.

3 ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio / Revan; São Paulo / FAPESP, 2000, p. 25

4 Entre eles apontamos os estudos de PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855/1865: ensaio de evolução urbana.** 2ª ed. Aracaju : governo de Sergipe / FUNDES, 1991; DINIZ, José Alexandre Felizola. **Aracaju, síntese de sua geografia urbana.** Tese (Concurso para catedrático apresentada à cadeira de geografia) - Colégio Estadual de Sergipe, Aracaju / Sergipe, 1963; Fortes (1955).

5 LOUREIRO, Kátia Afonso S. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir.** Aracaju, Instituto de Economia e Pesquisa - INEP, 1983, p. 50.

6 Ver sobre o assunto Diniz (1963), Loureiro (1983)

7 Diniz (1963, p.21 a 23), Loureiro (1983, p.52)

8 Ver sobre o assunto PORTO, 1991, p. 31; LOUREIRO, 1983, p. 50).

9 Loureiro idem, p. 52

10 Recorrer ao trabalho de LIMA, Sidney Matos de. Saneamento e Higiene como signos de uma URBS Moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju in TOMO. Revista do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2002, p. 185.

11 FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Aracaju: Estado e metropolização. São Cristóvão, SE/ Editora UFS, Aracaju / Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 72.

12 RIBEIRO, Neuza Maria Góis. Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Masangana., 1989, p. 42

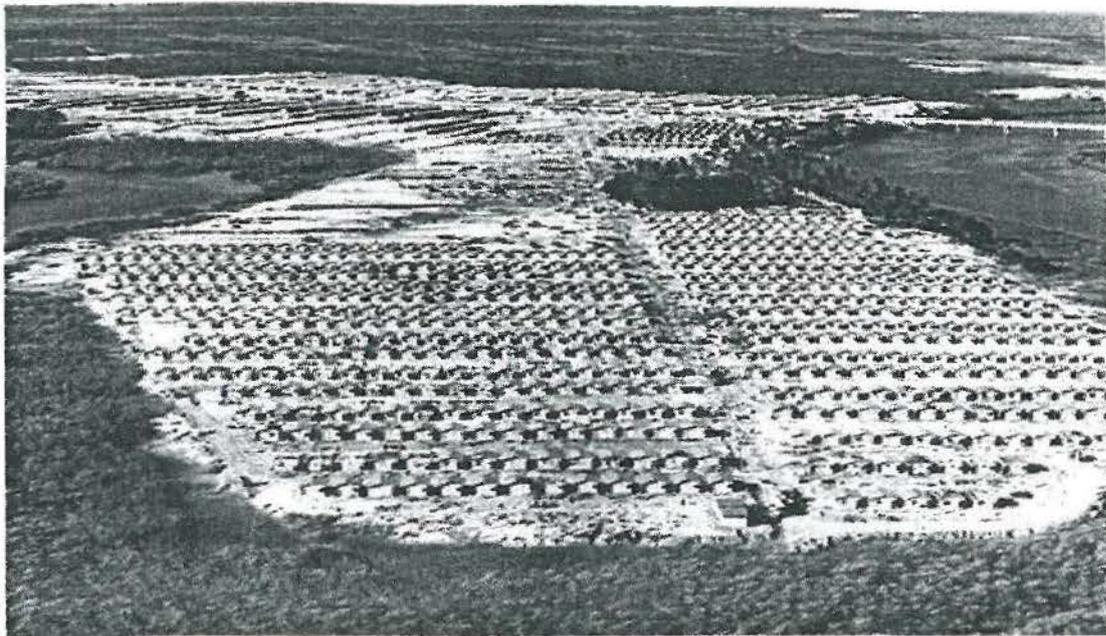
13 Idem, p. 50.

14 Idem, p. 50

15 Idem, p. 54 a 55

16 DRAIBE, Sonia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas in Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo / Vértice; Editora dos tribunais, ANPOCS, 1989, p. 30.

17 DANTAS, Ibarê. História de Sergipe República: 1889 – 2000. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004.



HABITAÇÃO Vista aérea do conjunto João Alves Filho, um produto da política habitacional dos anos de 1980  
Vista do Conjunto Augusto Franco



81  
84

# Breve histórico do Orçamento Participativo em Aracaju

José Dias Junior

Graduado e bacharelado em História pela UFS; responsável pela montagem do Centro de Documentação e Memória da SEPP

Nos últimos anos cresceu em todo o País experiências que tentam trazer a participação popular para dentro da administração pública. Em Aracaju é notório o crescente número de conselhos e outros instrumentos que inserem a participação do cidadão na gestão pública. Entre esses instrumentos se destaca o Orçamento Participativo de Aracaju (OP). O OP se torna cada vez mais conhecido pelo trabalho que vem desenvolvendo na capital sergipana. Vejamos um pouco da História do OP entre 1997 e 2004.

Em Aracaju, entre 1997 e 1998 o prefeito João Augusto Gama (1997-2000) tentou implantar o OP no município de Aracaju. Na ocasião a Professora Maria Lúcia de Oliveira Falcón, foi convidada para assumir a Secretaria de Planejamento. Dentro do órgão municipal foi implantado o Orçamento Participativo na forma de Coordenadoria ele tinha como funções mobilizar a comunidade, realizar as assembléias, levantar demandas e escolher delegados. No primeiro ano (1997) as plenárias do OP foram realizadas nos bairros periféricos como Lamarão, Soledade, Santos Dumont, etc. A partir de 1998 o projeto já abrangia toda a capital. As demandas eram retiradas nas comunidades e levadas para as Secretarias municipais. As respostas das Secretarias eram levadas para o Fórum de Delegados e negociadas. Feita a negociação, a matéria se transformava no Plano de Investimento (PI). A experiência, todavia, não deu certo. A equipe designada, não vendo o compromisso da administração com o OP abandonou no final de 1998<sup>(1)</sup>.

A experiência do OP de Aracaju retorna em 2001, quando o prefeito Marcelo Deda (PT) assume a Prefeitura. Ele implanta a hoje chamada Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP), coerente com o projeto original do partido e com os compromissos de campanha. O OP, sendo o maior e mais importante projeto que a Secretaria têm, constitui-se um meio de participação direta da comunidade, a finalidade planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre receita e despesa do orçamento do município<sup>(2)</sup>.

O OP é orientado pelo o Regimento Interno do Orçamento Participativo de Aracaju (RIOPA). Este Regimento, elaborado em 2001 pela equipe técnica da SEPP, tinha como base as experiências de Porto Alegre (RS), Santo André (SP), Guarulhos (SP), entre outras. O regimento prevê instrumentos participativos como Plenárias de Bairros, Plenárias Temáticas, Fóruns de Delegados e o Conselho Municipal de Orçamento Participativo. Dentre esses, mais importantes são as Plenárias de Bairro e as Temáticas.

Em 2001, o sindicalista e bancário Silvio Santos assume a Secretaria do OP em Aracaju. Nesta época o órgão municipal não tinha um nome definido, ainda, chegando a ser chamada de secretaria municipal de orçamento participativo, secretaria municipal de orçamento participativo e movimentos sociais, etc. A equipe da pequena Secretaria, em conjunto com um grupo de funcionários de outras repartições municipais, elaboram e discutem a metodologia do OP. Nesse período a estrutura da Secretaria não era adequada. Tudo que se precisava era solicitado ao gabinete do prefeito.

Isso porque a "pasta", até os dias atuais, não é ordenadora de despesa, não é um setor com dotação orçamentária específica.

A primeira atividade participativa do OP nessa gestão foram as Plenárias de Bairros. As plenárias de 2001 aconteceram em duas fases. As de caráter informativo ocorreriam no mês de maio. Nelas foi destacado a concepção, metodologia e importância do projeto, seguidas de mais 15 plenárias deliberativas no mês de junho, na qual foram escolhidas as prioridades, os delegados e conselheiros que viriam a representar a comunidade junto a Secretaria<sup>(3)</sup>. Entre essas reuniões, uma das mais significativas foi a do Santa Maria na qual foram retirados dezessete delegados, um conselheiro e cinco demandas. Diferentemente do Santa Maria o bairro São José só elegeu um delegado, um conselheiro e cinco demandas.

Nesse ano de 2001, foram levantadas cento e sessenta e cinco prioridades em serviços e obras na proporção de cinco por bairros. As obras mais solicitadas no decorrer das reuniões foram construção de postos de saúde, creches, escolas e a melhoria da infraestrutura (pavimentação, saneamento, etc). Essas demandas oriundas dos bairros mais carentes se diferenciava pedidos dos bairros mais favorecidos. Nesses, ao invés de obras, a demanda é por serviços como arborização, melhoria no transporte coletivo, limpeza, das ruas.

Para mobilizar a comunidade, a Secretaria utilizou-se de meios de comunicação como rádios, televisão, jornais impressos e bus-door. Foram feitas panfletagens em postos de saúde e em escolas. Houve, também, divulgação na comunidade através: associações de moradores, igrejas, universidades, ong's, etc.

O ano de 2002 começa inovando para o OP. É criada a Comissão de Relação com a Comunidade (CRC), tendo como objetivo otimizar a relação do poder público com a comunidade e auxiliar comunitários, delegados e conselheiros. A CRC é responsável pela realização de visitas, reuniões na comunidade e elaboração de SOS (Sistema de Obras e Serviços), documento enviado para as secretarias com as reivindicações das comunidades feitas na SEPP. A CRC é composta por cinco coordenadores, um para cada distrito existente e mais vinte estagiários. Além disso, os membros da CRC atuam nas Plenárias como "facilitadores". No decorrer das reuniões o Secretário Silvio Santos se afastou para disputar a eleição de deputado estadual. Assumiu o biólogo e presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores, Márcio Costa Macêdo.

As atividades do OP em 2002, se iniciam com as Plenárias de Bairros. São realizadas um total de vinte e nove, entre os meses de maio e março, com três mil e trinta e um participantes. Estas plenárias de caráter informativo visavam avaliar e discutir a ampliação do projeto, isto é, uma espécie de "prestação de contas" dos andamentos das obras, fechando o ciclo bianual do OP 2001/2002. Além disso, nelas podia fazer solicitação de obras e serviços (SOS), principalmente nas regiões em que as obras do OP demandadas em 2001 não haviam iniciadas. Esses serviços como colocação de piçarra, limpeza de canal, entre outros eram solicitados pela comunidade através da SEPP<sup>4</sup>.

Os trabalhos do OP em Aracaju tem continuidade em 2003. Foram realizadas trinta plenárias entre os meses de julho e agosto com a participação de quatro mil seiscentos e sessenta e quatro participantes. Obedecendo ao ciclo bianual do OP, as plenárias agora são deliberativas. Nelas se escolheram duzentos e trinta e três delegados, dezoito conselheiros e cento e sessenta e cinco demandas.

Em fevereiro de 2004 há uma nova mudança de secretários. Desta feita Márcio Macedo deixa a pasta e assume o geógrafo Anderson Fontes Farias. As instalações continuam as mesmas, todavia a nova gestão dota a secretaria de equipamentos de informática <sup>5</sup>.

Em Abril de 2004 o secretário Anderson Fontes Farias deixa o cargo para disputar a prefeitura do Município de Umbaúba. Assume João Everton da Cruz que ocupa o cargo por apenas setenta dias. No final de julho é nomeado Frederico Lisboa Romão. Em 2004, a SEPP promove a posse dos trinta Conselheiros do OP. Em março do corrente ano, realizam-se as primeiras Plenárias Temáticas. Discutindo cinco temas: gênero, portadores de necessidades especiais, afros-descendentes, juventude e geração de emprego e renda. Retiraram-se vinte e cinco demandas e vinte e nove delegados. Os eventos contaram com a presença de mais ou menos 300 pessoas. Foi ainda realizado o décimo Fórum de Delegados, na qual foi discutido parcialmente o Plano de Investimento 2004/2005. A Secretaria começa a estreitar as relações com os conselhos das demais secretarias municipais. E, para mostrar os trabalhos do OP nesses quatro anos o, Centro de Documentação e Memória da SEPP monta exposição num em um dos Shoppings da cidade. O ano de 2004 termina sem a realização das Plenárias Informativas e dos fóruns previsto para discussão das demandas do PI 2004/2005.

Este breve histórica do OP em Aracaju evidencia algumas coisas. As instâncias de participação popular do OP ainda apresentam deficiências, como a falta de continuidade regular dos eventos e das esferas de participação. Ou seja, os instrumentos participativos ainda não teve tempo para consolidar pois essa consolidação é um processo estão fortalecidos e executados regularmente. Todavia a OP em Aracaju ainda não deve tempo para consolidar essa consolidação é um processo extremamente demorado em virtude do arcaísmo presente nas gerações anteriores. Por outro lado, na sociedade civil organizada o OP também não teve uma grande inserção. Tal fato, deve-se a relação habitual que os movimentos sociais e suas lideranças, tinham com o executivo e legislativo municipal. Relação muitas vezes clientelistas e assistencialistas que acabam dificultando o florescer de um novo projeto. É o caso, por exemplo, de por alguns vereadores que se diziam intermediários ou até "executores" das obras municipais.

Por outro lado às instâncias participativas são um avanço para a sociedade civil. A sociedade aracajuana tem uma Secretaria criada para promover a participação cidadina. O fato da população escolher o que pode vir a ser feito em suas comunidades incentiva a participação.

O OP de Aracaju tem plenas condições de por em prática os seus propósitos. A sua história mostra que isso é possível, entretanto isso só se concretizará com a sociedade civil e a administração construindo juntos esse projeto. Ou seja, para o OP ter êxito é necessário que as comunidades e o poder público estejam juntos cotidianamente.

NOTAS:

(1) PREEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Quadro Geral do OP. Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP) 197-1998.

(2) \_\_\_\_\_. Regimento Interno do Orçamento Participativo (RIOPA). Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP). Aracaju: s ed. 2003

(3) \_\_\_\_\_. Relatório Anual da SEPP. Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP). Aracaju: s ed. 2001

(4) \_\_\_\_\_. Relatório Anual da SEPP. Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP). Aracaju: s ed. 2002

(5) \_\_\_\_\_. Relatório Anual da SEPP. Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEPP). Aracaju: s ed. 2003



(Acima) 24ª Plenária Bairro Cidade nova – Aracaju 14/08/2003. 15ª Plenária do Orçamento Participativo do Bairro Siqueira Campos - Aracaju 29/07/2003